

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINAS DA MARGARIDA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**



# **PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**2015-2025**

**JUNHO DE 2015**

**PREFEITO(A)**

JORGE ANTONIO CASTELLUCCI FERREIRA

**VICE-PREFEITO(A)**

ROQUE MONTEIRO

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

GINALDO FERREIRA DE LIMA

**GRUPO COLABORATIVO**

**Hugo Silva Caetano**

Coordenação

**João Claudio Machado, Daniela Bonfim e Hugo Silva Caetano**

Análise Situacional do Município e Qualidade da Educação Básica

**Marta Cerqueira de Miranda e Josiane Macedo Soares**

Educação Infantil

**Carlos Sérgio Araújo da Silva e Rosenalva Mere dos Santos**

Ensino Fundamental

**Jaime Azevedo da Silva e Eniudes Pinheiro da Silva Ferreira**

Ensino Fundamental

**Valmira Rodrigues**

Educação Especial

**Rita dos Santos Braz**

Educação de Jovens e Adultos

**Marilin Barroso Costa França e Tiago Ferreira**

Educação Integral

**COBEPA, GRUPO GAIVOTA, APASC, COMAS, Grupo de Teatro da**

**Comunidade de São Antônio**

Educação de Comunidades Pesqueiras

**José Martins Ucha e Aristides Ferraz**

Educação Profissional

**Rute Santana dos Santos**

Ensino Superior

**Paulo Sérgio Marques dos Santos**

Valorização dos Profissionais da Educação

**Otávio José dos Santos**

Gestão Democrática do Ensino Público

## LISTA DE FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| Figura 01 - Antigo escritório da Companhia Salinas.....  | 14 |
| Figura 02 – Margarida Malmequer.....                     | 15 |
| Figura 03 – Marisqueira.....                             | 16 |
| Figura 04 – Moqueca gigante no Festival de Salinas ..... | 20 |

## LISTA DE TABELAS

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Tabela 01. População do Município de Salinas da Margarida-BA.....</b>   | <b>22</b> |
| <b>Tabela 02. População do Município com relação à faixa etária.....</b>   | <b>23</b> |
| <b>Tabela 03. Evolução da Matrícula de Educação Infantil no município de Salinas da Mrgarida, por dependência Administrativa e localização, período 2010 a 2014.....</b> | <b>27</b> |
| <b>Tabela 04. Taxa de escolarização da Educação Infantil no município.....</b>   | <b>27</b> |
| <b>Tabela 05. Taxa de escolarização da Educação Infantil do Município de Salinas da Margarida, por localização, 2013-2014.....</b>                                       | <b>27</b> |
| <b>Tabela 6. DEMOSNTRATIVO DE CRECHES QUE ATENDEM ALUNOS DE 0 A 3 ANOS.....</b>  | <b>28</b> |
| <b>Tabela 7. Demonstrativo de Creches que atendem alunos de 0 a 3 anos.....</b>  | <b>28</b> |
| <b>Tabela 8: DEMOSNTRATIVO DE ESCOLAS QUE ATENDEM ALUNOS DE 4 A 5 ANOS.....</b>  | <b>29</b> |
| <b>Tabela 9. Evolução das Matrículas no Ensino Fundamental nos anos iniciais por dependência administrativa 2007 – 2014.....</b>   |           |
| <b>Tabela 10. Evolução das matrículas de Ensino Fundamental nos anos iniciais por dependência administrativa 2007 a 2014.....</b>  |           |
| <b>Tabela 11. Evolução das matrículas do Ensino Fundamental nos anos iniciais por dependência administrativa e por etapa escolar na rede pública municipal</b>           |           |
| <b>Tabela 12. Evolução do aprendizado nos anos iniciais do Ensino fundamental de acordo com as informações da Prova Brasil.....</b>                                      |           |
| <b>Tabela 13. Evolução das taxas de aprovação nos anos iniciais do Ensino Fundamental na Rede Municipal.....</b>   |           |
| <b>Tabela 14. Proporção de alunos com reprovação e abandono na rede pública</b>  |           |

**Tabelas 15 e 16. Distribuição dos estudantes do 3º ano por nível de proficiência com base na ANA.....**

**Tabela 17. Perfil do Desenvolvimento escolar do Ensino Fundamental Anos Finais**

**Tabela 18. Evolução de matrículas do Ensino Fundamental – Anos Finais**

**Tabela 19. Perfil do Desenvolvimento Escolar do Ensino Médio**

**Tabela 20. Topos de deficiência na Rede Municipal de Ensino**

**Tabela 21. Unidades Educacionais no município de Salinas da Margarida**

**Tabela 22.**

## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Distorção idade-série no Ensino fundamental – anos Iniciais.....XX
- Gráfico 2 – Evolução do Percentual de estudantes por padrão de desempenho em leitura na rede pública municipal de Salinas da Margarida.....XX
- Gráfico 3 – Evolução do percentual de estudantes por padrão de desempenho em Matemática na rede pública municipal de Salinas da Margarida.....XX
- Gráfico 4 – Nível de Aprovação por escola 2011-2014.....XX
- Gráfico 5 – Percentuais de Reprovação (2011-2014).....
- Gráfico 6 – Evolução de Matrícula (2011-2014).....
- Gráfico 7 – Número de docentes por vínculo.....
- Gráfico 8 – Matriculados e Evadidos
- Gráfico 9 – Percentuais de Professores Efetivos com Ensino Superior.....
- Gráfico 10 – Participação de Professores em cursos de formação
- Gráfico 11 – Salários do profissionais da educação que têm o mesmo nível de graduação de outros profissionais de outras áreas.
- Gráfico 12 – Perspectivas dos Professores quanto à existência do Plano de Carreira
- Gráfico 13 – Percepção dos professores quanto à valorização profissional
- Gráfico 14 – Opinião dos professores quanto ao ser valorizado profissionalmente



## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ANA – Avaliação nacional da Alfabetização

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

BA – Bahia

CAE – Conselho de Alimentação Escolar

CEE – Conselho Estadual de Educação

CFN – Conselho Federal de Nutrição

CGFMIS – Conselho Gestor do Fundo Municipal de Interesse Social

EAD – Educação à Distância

EAN – Educação Alimentar e Nutricional

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EPI – Ensino Profissional Integrado

FACE – Faculdade de Ciências Educacionais

FAIBRA – Faculdade Integrada do Brasil

FAZAG – Faculdade Zacarias de Góes

FBB – Faculdade Batista Brasileira

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB – Fundo Nacional da Educação Básica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IFBA – Instituto Federal da Bahia

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação

NEE – Necessidades Educacionais Especiais



NRE – Núcleo Regional de Educação

PACTO/PNAIC – Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa

PAR - Plano de Ações Articuladas

PARFOR – Plano Nacional de formação de Professores da Educação Básica

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PETE – Programa Estadual de Transporte Escolar

PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social

PME – Plano Municipal de Educação

PMSM – Prefeitura Municipal de Salinas da Margarida

PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Programa Político Pedagógico

PROAM – Programa de Apoio aos Municípios

PROEC – Programa de Educação Continuada

PROGESTÃO – Programa Estadual de Formação de Gestores

PSF – Programa de Saúde da Família

PST – Prestação de Serviço Temporária

RCNEI – Referenciais Curriculares Nacionais

REDA – Regime Especial de Direito Administrativo

SEC – Secretaria de Educação

SENAI – Serviço Nacional da Indústria

UEE – Unidade Educacional Estadual

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

## SUMÁRIO

|              |  |          |
|--------------|--|----------|
| <b>1</b>     | <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                     | <b>X</b> |
| <b>2</b>     | <b>ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO.....</b> | <b>X</b> |
| 2.1          | ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO.....                      | X        |
| 2.2          | ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO.....                       | X        |
| <b>2.2.1</b> | <b>Níveis da Educação: Educação Básica e Superior.....</b> | <b>X</b> |
| 2.2.1.1      | <i>Etapas da Educação Básica.....</i>                      | X        |
| 2.2.1.2      | <i>Educação Infantil.....</i>                              | X        |
| 2.2.1.3      | <i>Ensino Fundamental.....</i>                             | X        |
| 2.2.1.4      | <i>Ensino Médio.....</i>                                   | X        |
| 2.3          | MODALIDADES E DESAFIOS EDUCACIONAIS.....                   | X        |
| <b>2.3.1</b> | <b>Educação Especial.....</b>                              | <b>X</b> |
| <b>2.3.2</b> | <b>Política da Alfabetização.....</b>                      | <b>X</b> |
| <b>2.3.3</b> | <b>Educação em Tempo Integral.....</b>                     | <b>X</b> |
| <b>2.3.3</b> | <b>Educação em comunidades pesqueiras.....</b>             | <b>X</b> |
| <b>2.3.4</b> | <b>Qualidade da Educação Básica.....</b>                   | <b>X</b> |
| <b>2.3.5</b> | <b>Educação de Jovens e Adultos (EJA).....</b>             | <b>X</b> |
| <b>2.3.6</b> | <b>Educação Profissional de Nível Médio.....</b>           | <b>X</b> |
| 2.4          | EDUCAÇÃO SUPERIOR.....                                     | X        |
| <b>2.4.1</b> | <b>Ensino Superior.....</b>                                | <b>X</b> |
| 2.5          | VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....             | X        |
| 2.6          | GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO.....                  | X        |
| <b>3</b>     | <b>DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME.....</b>         | <b>X</b> |
| 3.1          | DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME.....                | X        |
| <b>4</b>     | <b>ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME.....</b>              | <b>X</b> |

**REFERÊNCIAS..... X**

## **INTRODUÇÃO**

O Plano Municipal de Educação (PME) consiste em um documento que versa sobre o diagnóstico, a reflexão, a avaliação e o planejamento da educação municipal, no sentido pensar os rumos a serem tomados entre os anos de 2015 a 2015. Essa exigência é uma demanda provocada pelas reivindicações da sociedade brasileira, assumida pelo Estado e organizada pelos sujeitos ativos da educação.

A partir dessa mobilização social, a elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) tornou-se uma demanda oficial, garantida pela lei 13.005 de 25 de junho de 2014, que trata do Plano Nacional de Educação.

Com esse intuito, a aprovação dessa demanda social demonstra a vontade política da sociedade e do legislativo de democratizar todas as informações que dizem respeito aos(às) estudantes, aos professores, aos funcionários, à família e à sociedade em geral, com a prerrogativa provocar mudanças importantes na educação municipal.

Nesse sentido, a organização de um grupo colaborativo para coletar dados, ouvir a comunidade, discutir encaminhamentos e sistematizar as informações da forma mais responsável possível indica o compromisso de todos os educadores envolvidos nesse processo de atender às reivindicações da sociedade salinense. Um trabalho árduo, assumido com muito afinco, desejo de mudança e de justiça, luta incansável de educadores e educadoras que acreditam que, pela educação, é possível senão mudar, incidir na melhoria das condições de vida da sociedade e na relação com o mundo que os circunda.

Por outro lado, sem a participação popular, garantida através de uma conferência e de uma audiência pública, dois momentos decisórios importantes, os quais demonstraram, com muita força, o desejo da comunidade em opinar conscientemente sobre os rumos da educação, este Plano seria apenas uma decisão burocrática, simplesmente para cumprir uma demanda oficial imposta pelo Estado.

No entanto, o Plano Municipal de Educação só terá validade se a sociedade salinense participar efetivamente do processo de avaliação e monitoramento do mesmo. A aprovação de uma lei como esta, assim como outras leis propostas neste país, não terão poder de mudança caso os cidadãos deixem de opinar, reivindicar ou pressionar através dos meios oficiais e populares que estão à disposição para este fim. Se assim acontecer, há uma possibilidade de vislumbrar uma sociedade mais justa e mais cumpridora dos deveres que lhes cabe.

A educação de qualidade já é uma das garantias expostas não apenas na Constituição Federal e na Lei 9394/1996. A Lei Orgânica do Município, cumprindo com o proposto nestes documentos, em seu artigo 166, preconiza:

O Município manterá:

- I – Ensino fundamental obrigatório, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria com disciplinas relacionadas com a formação para o trabalho, observando as vocações econômicas e culturais do Município;
- II – Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência física e mental
- III – Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos
- IV – Ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- V – Atendimento ao educando no ensino fundamental, por meio de programa suplementar de fornecimento de materiais didáticos, transporte escolar, alimentação e assistência à saúde;
- VI – Poderá manter cooperação com outras organizações, com atividade de combate ao analfabetismo e a cidadania.

Nesse sentido, o Plano cumpre com uma prerrogativa legal, refletida nos ideais de democracia propugnados através da vontade popular.

Esperamos, assim, que o cumprimento do Plano Municipal de Educação pautar-se, também, por essa postura firme de respaldar as decisões da maioria. Nestes termos, as intervenções que a sociedade possa fazer muito contribuirão para o cumprimento do Plano Municipal de Educação.

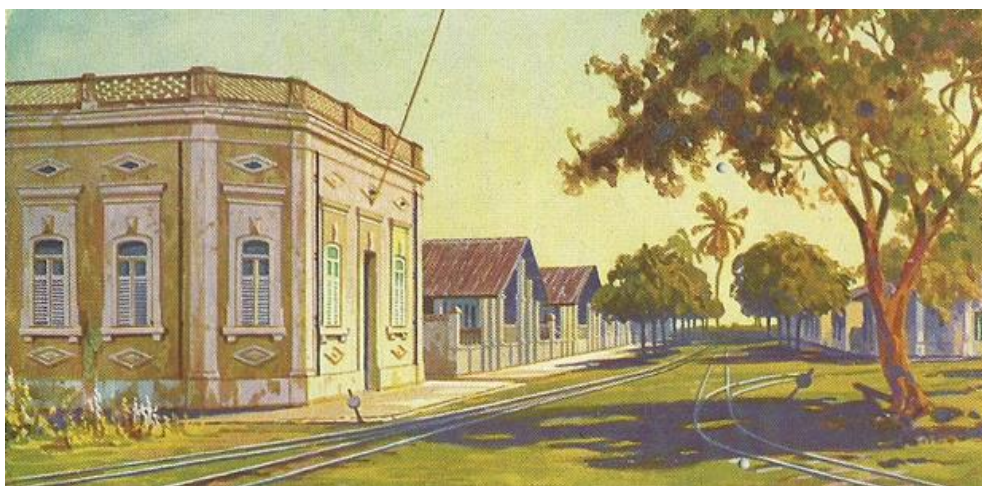
## 1. ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO

### 1.1. ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO

Segundo OLIVEIRA (2000), há indícios que, em sua origem, Salinas da Margarida-BA tenha sido habitada por índios tupinambás.

No final do século XVIII, mais precisamente em 1891, o então comendador Manoel de Souza Campos, juntamente com Horácio Úrpia Júnior, implantara, nesta região, uma empresa para exploração do sal, mediante processo de extração da água do mar, fato que dá origem ao primeiro nome do povoado. O complemento *da Margarida* está revestido de diversas versões, uma delas é a suposta homenagem à esposa ou filha do comendador. Porém, apesar de bastante reproduzida, essa versão se contradiz com a ordem cronológica da fundação da cidade, visto que antes mesmo de Souza Campos se estabelecer em terras salinenses, já se falava de uma localidade denominada Ponta da Margarida, local onde as tropas do exército, possivelmente, podem ter acampado durante a Independência da Bahia por volta de 1823.

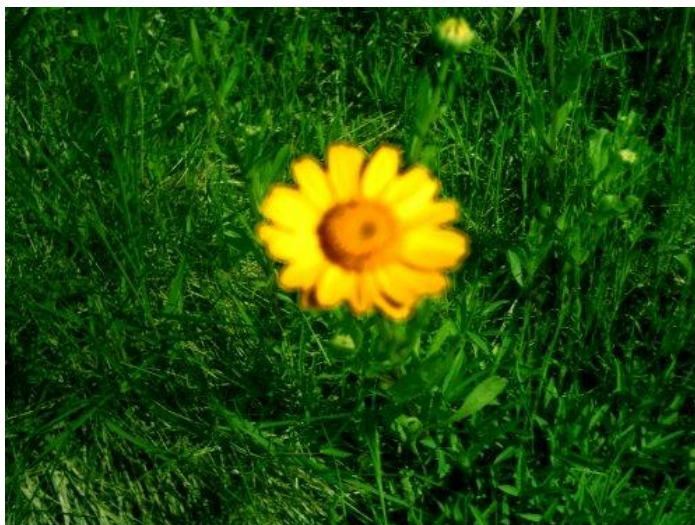
Figura 1: Antigo escritório da Companhia Salinas



Fonte: <http://conexobaiana.com.br/category/cidades/salinas-da-margarida/>

A versão mais aceita diz respeito a uma grande faixa de terra coberta por uma espécie de margarida, flor bastante conhecida na região pelo nome de *malmequer*, razão pela qual ao nome *Salinas* é acrescentado o complemento *da Margarida*.

Figura 2: Margarida Malmequer



Fonte: <http://olhares.sapo.pt/margarida-malmequer-foto193272.html>

No início do século XX, por volta de 15 de Janeiro de 1901, o distrito de Salinas da Margarida foi desmembrado do município de Jaguaripe-BA e integrado ao município de Itaparica-BA. Depois de seis décadas sob esta administração, em 27 de Julho de 1962, a localidade torna-se emancipada através da iniciativa de Manuel Dias de Albuquerque, articulada pelo então deputado estadual Padre Luis Soares Palmeira. O ato emancipatório tem como base a Lei Estadual nº 1945/61.

A partir da emancipação política, o município passa a organizar seus povoados, transformando-os em distritos, gradativamente. Entre eles estão: Encarnação, Porto da Telha, Conceição, Cairu e Barra do Paraguaçu. Com a implementação do sistema político, Salinas da Margarida realiza sua primeira eleição no dia 7 de outubro de 1962 na forma da lei estadual nº 1775/62.

Ao longo do histórico de administração pública, Salinas da Margarida passou por oito gestões diferentes. Entre os prefeitos, estão: Manoel Dias de Albuquerque, Genelício Teles Ferreira, Jayme Moreira Pedreira, Permínio de Souza Ferreira, Elba Chagas Santos, Carlos César Farias Ferreira, Wilson Ribeiro Pedreira e Francisco Santana. Atualmente, o município tem como prefeito Jorge Antonio Castellucci Ferreira, eleito em 7 de outubro de 2012. Dentre os gestores, três exerceram mandatos por reeleição: Manoel Dias de Albuquerque (1962 e 1972), Genelício Teles Ferreira (1966 e 1982) e Wilson Ribeiro Pedreira (1996, 2000 e 2008).

No primeiro mandato de Manoel Dias de Albuquerque, primeiro prefeito do município emancipado, foi dado destaque às festividades de caráter cívico, como o 7 de Setembro e o 2 de julho, datas que comemoram a independência do Brasil e da Bahia, em que a população salinense participava de desfiles e conferências sobre o tema. Neste primeiro mandato de Albuquerque, foi inaugurada a Escola 7 de Abril.

Entre 1970 e 1974, governo de Jayme Moreira Pedreira, acontece a criação do primeiro curso ginásial do município, através da iniciativa de Everaldo José da Silva, vereador do município, e do professor Guilardo Falcão de Campos, então diretor do Centro Educacional Carneiro Ribeiro.

Logo após a criação do curso ginásial, Salinas da Margarida foi contemplada com as seguintes ações na área de Educação:

- 1983-1988: Construção Escola Waldomiro Teles Ferreira, construção de escolas nos distritos de Conceição e Encarnação, construção da Creche Municipal Marama Carneiro na sede do município;
- 1989-1992: Aquisição de ônibus escolar para alunos de Conceição e Encarnação, criação da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;
- 1993-1996: Construção de colégio no distrito de Conceição
- 1997-2000: Convênio Rede UNEB 2000, implantação da casa do estudante no município de Valenç a-BA;
- 2001-2004: Convênio com a Faculdade de Ciências Educacionais (FACE) para graduação no curso Normal Superior;
- 2005-2008: Convênio com a Faculdade Zacarias de Góes (FAZAG) para curso de Pedagogia e Administração e com a Faculdade Batista Brasileira (FBB) para curso de Filosofia;
- 2009-2012: Convênio com a Faculdade Zacarias de Góes para curso de Enfermagem e Fisioterapia.

Salinas da Margarida localiza-se ao sul do estado da Bahia, faz fronteira ao norte com o município de Saubara e a Baía de Todos os Santos; ao sul, com os municípios de Jaguaripe e Vera Cruz; a leste, com o município de Itaparica; e a



oeste, com o município de Maragojipe. Dista da cidade de Salvador, capital da Bahia, a 265 km por acesso rodoviário direto e, utilizando o sistema ferry-boat, faz o percurso de 52 km até o Terminal de Bom Despacho, localizado no município de Itaparica, através da BA 001 e, daí, mais 13 km de travessia oceânica, dando um total de 69 km. O município está localizado na região Metropolitana de Salvador, deixando de fazer parte da região do recôncavo, após reordenação política.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Salinas da Margarida possui longitude 38°45'52 a oeste, abrangendo uma área de 148,33 km<sup>2</sup>. Sua área continental é de 65 km<sup>2</sup>. Possui um clima de úmido a sub-úmido, tendo em sua biodiversidade uma caracterização de floresta ombrófila densa, contando com um importante e frágil ecossistema fluviomarinho, identificado como manguezal, preenchendo grande parcela da costa do município. A localidade possui uma diversidade de paisagens produzidas pela geomorfologia, traduzindo-se em baixada litorânea, planícies marinhas, fluviomarinhos e tabuleiro do recôncavo.

O último censo populacional, realizado pelo IBGE no ano de 2010, constatou uma população total de 13.465 habitantes, apresentando um número pouco maior de mulheres. É predominante uma faixa de jovens de 15 a 19 anos de idade e a grande maioria dos habitantes é afrodescendente, concentrando-se mais da metade da população total na zona rural.

Como principal fonte de sustento, a população salinense sobrevive da pesca e da mariscagem. Outra parcela está integrada ao serviço público, normalmente alocados nas áreas de saúde, educação, assistência social, infraestrutura e a administração do município e do governo do estado, como professores, agentes de saúde, merendeiras, porteiros, etc.

A maioria das ruas do município está pavimentada, com exceção daquelas que vão surgindo com o aumento da população, através da ocupação de áreas isoladas. No entanto, existe a necessidade da criação de pontos fixos de coleta seletiva, pois, mesmo que o trabalho aconteça diariamente, o lixo produzido pelos moradores e pelas instituições, como hospitais e escolas, é levado diariamente

para um aterro sanitário em Vera Cruz-BA, consorciado por alguns municípios adjacentes.

A energia elétrica é fornecida por uma empresa especializada, porém, algumas ruas não dispõem de iluminação pública.

Segundo o site do Deepask<sup>1</sup>, no ano de 2011, o município de Salinas da Margarida investiu \$ 4. 635. 590, 73 em habitação e urbanismo. O diário oficial do município, de 09 de maio 2014 noticiou que, no dia 07 de maio do mesmo ano, o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (CGFMHIS) aprovou o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS, do município de Salinas da Margarida–BA, porém, não há um estudo específico que defina as condições de moradia da população menos abastada.

Em geral, as casas são construídas com blocos, areia e cimento, havendo uma diminuição significativa das moradias de pau-a-pique, embora o IDHM no ano de 2010 tenha atingido um percentual de apenas 0,617<sup>2</sup>. Entre 2000 e 2012, constata-se, porém, a construção de quatro conjuntos habitacionais no município, contemplando a sede e os distritos.

Na área de saúde, o município está estruturado com um hospital com farmácia, quatro Unidades de Saúde do Programa de Saúde da Família (PSF), localizados nos distritos de Encarnação, Porto da Telha, Conceição e Cairu. Quanto ao saneamento básico, o mesmo não possui um sistema de esgotamento sanitário e, comumente, os moradores recorrem ao uso de fossas ou até mesmo despejam os dejetos em áreas marinhas, como os manguezais. Segundo informações da Secretaria de Infraestrutura, existe um projeto em andamento para este fim, porém, inicialmente, só irá contemplar apenas a sede do município.

A ausência de uma política de saneamento básico pode ocasionar a existência de diversos impactos ambientais, contribuindo com o desaparecimento de espécies marinhas, algumas já não encontradas. Esses impactos, futuramente, podem incidir de forma devastadora na fauna e flora do município.

---

<sup>1</sup> Fonte: <http://www.deepask.com/goes?page=salinas-da-margarida/BA-Investimento-em-habitacao-e-urbanismo:-Veja-o-gasto-publico-no-seu-municipio>

<sup>2</sup> Fonte: [http://issuu.com/digasalinas/docs/atlasidhm2013\\_perfil\\_salinas-da-mar](http://issuu.com/digasalinas/docs/atlasidhm2013_perfil_salinas-da-mar)

A população salinense possui uma grande diversidade religiosa, que, em geral, engloba denominações de várias origens: evangélicas, católicas, de matriz africana e espíritas, com predominância do catolicismo. Ao mesmo tempo, observa-se também o crescimento do número de igrejas evangélicas, as quais vêm se organizando politicamente, através de associações que agregam variadas correntes litúrgicas cristãs.

A cultura institucionalizada, como casas de cultura, teatro, cinema, casas de shows, bibliotecas, acervos e museus, ou seja, atividades com a finalidade de promover cultura e arte inexistem, porém, a cultura popular de resistência, como casas de culto afro-brasileiro, teatro de rua, capoeira, samba de roda, a própria vida do pescador e da marisqueira, do canoeiro, as comunidades à beira mar, com seu modo de ser, as festas populares, como Santo Antonio, São João, São Pedro, de São Roque e 2 de Julho, com o caboclo, constituem muito daquilo que define o município de Salinas da Margarida.

Figura 3: Marisqueira



Fonte: [http://jomarlimafot.blogspot.com.br/2008\\_11\\_01\\_archive.html](http://jomarlimafot.blogspot.com.br/2008_11_01_archive.html)

Esses movimentos e manifestações são visíveis em espaços públicos pertencentes a outros segmentos alternativos, como associações de pescadores, de marisqueiras, de moradores. Ainda assim, o município, junto às comunidades, poderia incentivar a criação de projetos culturais que influenciassem positivamente a população, engrandecendo e promovendo mais amplamente a cultura local.

Entre os feriados municipais, destacam-se o da Emancipação Política do Município, dia 27 de julho, comemorado com desfiles cívicos e fanfarras, e o da padroeira da cidade, Nossa Senhora do Carmo, dia 16 de julho. Uma das principais atrações turísticas é o Festival de Salinas, popularmente conhecido como Festival do Marisco, atualmente realizado no final do mês de dezembro. Como principais atrações desse evento estão o concurso do garoto e da garota marisco, a culinária local, com sua moqueca gigante, o samba de roda, além de bandas locais, regionais e nacionalmente conhecidas. A festa atrai turistas da região e de diversas partes da Bahia e do Brasil.

Figura 4: Moqueca gigante no Festival de Salinas



Fonte: [http://www.criativaonline.com.br/index/noticias/id27709/festival\\_do\\_marisco\\_2013\\_em\\_salinas\\_da\\_margarida\\_tera\\_nova\\_data](http://www.criativaonline.com.br/index/noticias/id27709/festival_do_marisco_2013_em_salinas_da_margarida_tera_nova_data)

O futebol é o esporte em destaque, seguido do karatê e da natação. Embora o município, historicamente, não tenha contemplado as mais variadas atividades esportivas existentes, a criatividade dos munícipes tem promovido diversas ações, como o *baba das mães*, acontecido no segundo domingo de maio, os baba nos apicuns, nas quadras e nas ruas. Geralmente, por falta das condições de acessibilidade e estrutura para desempenhar uma diversidade de esportes, o mais comum termina sendo o futebol. Ainda assim, há carência de se pensar uma política de esportes mais ampla, que dê oportunidades à vocação esportiva do município.

Como principal modalidade de locomoção, o município possui o transporte rodoviário, feito regularmente por uma empresa de ônibus, que faz a conexão Salinas da Margarida ao terminal de Bom Despacho em Itaparica-BA, com idas e vindas constantes, bem como o trajeto Salinas da Margarida à cidade de Santo Antônio de Jesus-BA, uma vez ao dia. Existem, ainda, os transportes alternativos, realizados através de carros de passeio, micro-ônibus e vans, normalmente fazendo os mesmos itinerários. Localmente, além do transporte rodoviário alternativo, temos o transporte marítimo, realizado pelos canoieiros.

Para se comunicar, o município de Salinas da Margarida conta com serviços de telefonia fixa e móvel, com cobertura de quatro operadoras. Além destes, os habitantes usufruem de internet, através das redes sociais e blogs, oferecidas por três servidores implantados no município.

Em termos de comunicação de rádio e TV, grande parte dos habitantes utiliza os canais abertos e uma pequena parcela utiliza redes de canais fechados. Há, no entanto, um projeto piloto de TV Digital, idealizado por uma pequena empresa de comunicação implantada recentemente no município. Trata-se de um website de comunicação social que tem o intuito de mobilizar a comunidade no sentido da participação política e social, objetivando a identificação dos habitantes com os assuntos que dizem respeito ao próprio município.

Salinas da Margarida dispõe, ainda, de um posto dos Correios que, com muita dificuldade de estrutura, de pessoal e de logística, consegue atender a sede do município e os distritos. Além de um posto da Embasa, um posto do Banco do Brasil, uma franquia do Bradesco, casa lotérica, farmácias, padarias, supermercados, lojas de material de construção, delicatessen, bombonieres, restaurantes e bares.

Tabela 1: População do Município de Salinas da Margarida-BA

| Anos | Total da população | Homens | Mulheres | População urbana | População rural |
|------|--------------------|--------|----------|------------------|-----------------|
| 2000 | 10 377             | 5 109  | 5 268    | 4.611            | 5.766           |
| 2010 | 13 465 hab         | 6 554  | 6 902    | 7.493            | 5.972           |

Fonte: IBGE

Tabela 2: População do Município com relação à faixa etária

| População<br>localização/faixa<br>etária | Anos | 0 a 3<br>Anos | 4 a 5<br>anos | 6 a<br>14<br>anos | 15 a<br>17<br>anos | 18 a<br>24<br>anos | 25 a<br>35<br>anos | Mais<br>de 35<br>anos | Total  |
|--|------|---------------|---------------|-------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-----------------------|--------|
| Urbana                                   | 2000 | 359           | 480           | 528               | 603                | 869                | 544                | 404                   | 4.611  |
|  | 2010 | 400           | 527           | 549               | 574                | 1.138              | 930                | 673                   | 5.960  |
| Rural                                    | 2000 | 476           | 658           | 712               | 747                | 1.035              | 661                | 451                   | 5.766  |
|  | 2010 | 462           | 720           | 752               | 763                | 1.411              | 1.124              | 830                   | 7.496  |
| Total                                    | 2000 | 835           | 1.138         | 1.240             | 1.350              | 1.904              | 1.205              | 855                   | 10.377 |
|  | 2007 |               | 1055          | 1.073             | 1 146              | 2 351              | 1 582              | 1 139                 | 13.090 |
|  | 2010 | 862           | 1.247         | 1.301             | 1.337              | 2549               | 2054               | 1503                  | 13.456 |

## 1.2. ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO

### 1.2.1. Etapas da Educação Básica

#### 1.2.1.1. Educação Infantil

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) estabelece, pela primeira vez na história do Brasil, que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica. Visto isto, o objetivo dessa etapa da educação, com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil – RCNEI (BRASIL, 1998) é o auxílio na realização do trabalho educativo diário junto às crianças pequenas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil a definem como primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas. Esses lugares se caracterizam como espaços institucionais educacionais, públicos ou privados, não domésticos, que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

Considerando a fase transitória pela qual passam creches e pré-escolas na busca por uma ação integrada que incorpore às atividades os cuidados essenciais das crianças e suas brincadeiras, os RCNEI pretendem apontar metas de qualidade que contribuam para que as crianças tenham um desenvolvimento integral de suas identidades, capazes de crescerem como cidadãos, cujos direitos à infância são reconhecidos. O documento visa, nesse sentido, contribuir para que as instituições cumpram o objetivo socializador dessa etapa educacional, ao mesmo tempo em que propiciem o acesso das crianças à ampliação dos conhecimentos da realidade social e cultural.

O trabalho educativo pode, assim, criar condições para as crianças conhecerem, descobrirem e ressignificarem novos sentimentos, valores, ideias,



costumes e papéis sociais. A instituição de educação infantil, nesses termos, é um dos espaços de inserção das crianças nas relações éticas e morais que permeiam a sociedade na qual estão inseridas.

Por outro lado, percebe-se que a população da educação infantil de 0 a 5 anos não ainda não frequenta creches ou pré-escolas. O município de Salinas da Margarida-BA não dispõe de estrutura adequada para esse fim e carece de formação de docentes para lidar com as especificidades do processo ensino/aprendizagem da criança. Dessa forma, o acesso à educação infantil em tempo integral fica ainda mais comprometido, não atendendo plenamente às crianças de 0 a 3 anos de idade.

A superlotação em sala de aula é um dos fatores que dificulta o processo de aprendizagem e, além da formação continuada do profissional, é preciso ampliar o apoio pedagógico e a participação da família na escola, pois, embora o sistema educacional coloque profissionais para atender a demanda, o trabalho com a educação infantil demonstra-se insuficiente. Porém, os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil indica que é preciso estabelecer os requisitos necessários para uma Educação Infantil que possibilite o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Conforme os Parâmetros Nacionais (BRASIL, 2001), um indicativo de qualidade na Educação Infantil é que uma turma seja composta de 6 a 8 crianças de 0 a 2 anos para cada docente; para crianças de 3 e acima de 4 anos um docente deve assumir 15 e 20 crianças respectivamente.

O município de Salinas da Margarida contempla, parcialmente, a população da educação infantil de 0 a 5 anos. Parte das crianças que não frequentam se deve à opção dos pais em deixar mais tempo convivendo com a família ou, em alguns casos, a falta de informação dos mesmos quanto ao direito dos menores à educação. Além do mais, o município não dispõe de estrutura física adequada ao acolhimento de crianças de 0 a 3 anos, da mesma forma que falta qualificação dos professores para intervir de forma qualitativa no pleno desenvolvimento do processo ensino/aprendizagem das crianças.

Em 1988, a Constituição Federal reconhece o dever do Estado e o direito da criança a ser atendida em creches e pré-escolas e vincula esse atendimento à esfera educacional (BRASIL, 1988). Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente ratifica os dispositivos enunciados na constituição (BRASIL, 1990). O Ministério da Educação (MEC) também teve um importante papel nessa campanha, inicialmente na coordenação do Movimento da Criança Constituinte, em seguida nos compromissos assumidos internacionalmente na Conferência de Jomtien.

Desde então, o campo da Educação Infantil vive um intenso processo de revisão de concepções sobre educação de crianças em espaços coletivos e de seleção e fortalecimento das práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças. Em especial, essas práticas têm se mostrado prioritárias nas discussões sobre as orientações do trabalho junto às crianças de 0 a 3 anos em creches, bem como a forma de assegurá-las junto às crianças de 4 e 5 anos, prevendo formas de garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento, sem a antecipação dos conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

No município de Salinas da Margarida, os profissionais de educação infantil pouco recebem formação inicial ou continuada para as especificidades dessa modalidade. Alguns são formados em Pedagogia, outros fizeram ou fazem pós-graduação, mas em outras áreas, se distanciando das discussões sobre a educação infantil, normalmente por se identificarem com a proposta que estão estudando.

Não foi possível identificar nenhuma ação que tivesse a tentativa de articular as políticas de educação infantil com a assistência social, a justiça, os direitos humanos e os movimentos culturais. Outro fator que também é de suma importância são os investimentos em programas de incentivo à leitura voltados para professores da área. O pouco que existe acontece através de iniciativas da comunidade escolar, com projetos articulados nas próprias unidades.

A presença de uma psicopedagoga é uma alternativa que o município tem encontrado para ajudar no trabalho com as crianças portadoras de necessidades

educativas especiais, porém, falta estrutura adequada para o atendimento, bem como um espaço disponível e adequado para fazer os atendimentos, por exemplo.

**Tabela 03. Evolução da matrícula da Educação Infantil no município de Salinas da Margarida, por dependência administrativa e localização, período 2010 a 2014**

| Anos | Municipal |       | Estadual |       | Particular |       | Total |
|------|-----------|-------|----------|-------|------------|-------|-------|
|      | Urbana    | Rural | Urbana   | Rural | Urbana     | Rural |       |
| 2010 | 58        | 546   |          |       |            |       |       |
| 2011 | 62        | 540   |          |       |            |       |       |
| 2012 | 77        | 520   |          |       |            |       |       |
| 2013 | 90        | 666   |          |       |            |       |       |
| 2014 | 104       | 680   |          |       |            |       |       |

**Fontes:** MEC/Inep, para os dados de matrícula, Anuário Estatístico Estadual e Secretaria Municipal de Educação, 2014.

Com base na tabela acima, o número de matrículas da educação infantil no município aumentou, tanto na zona rural quanto na zona urbana. Isso significa que o município tem disponibilizado a construção de creches para atendimento dessa clientela. Porém, ainda não é oferecida a modalidade berçário, visto que as creches não possuem profissionais qualificados e nem equipamentos e móveis específicos.

**Tabela 4. Taxa de escolarização<sup>3</sup> da Educação Infantil do município (2013)**

| Segmentos               | População (A) | Matrícula (B) | Não matriculados | Taxa (C)% |
|-------------------------|---------------|---------------|------------------|-----------|
| Creche (0 a 3 anos)     |               | 502/535       |                  |           |
| Pré-Escola (4 a 5 anos) |               | 612 / 562     |                  |           |
| Total (0 a 5 anos)      |               | 1114 / 1097   |                  |           |

**(2014)**

**Fontes:** IBGE, para os dados de população; MEC/INEP, para os dados de matrícula

**Tabela 5. Taxa de escolarização da Educação Infantil do Município de Salinas da Margarida, por localização (2013) (2014)**

| Localização | População de 0 a 5 anos (A) | Matrícula (B) | Escolarização % |
|-------------|-----------------------------|---------------|-----------------|
|-------------|-----------------------------|---------------|-----------------|

<sup>3</sup> A taxa de escolarização refere-se à proporção de pessoas de uma determinada faixa de idade que frequenta a escola, em relação ao total de pessoas na mesma faixa etária.

|        |  |           |  |
|--------|--|-----------|--|
| URBANO |  | 267 / 254 |  |
| RURAL  |  | 847 / 843 |  |
|        |  |           |  |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

**Tabela 6: DEMOSNTRATIVO DE CRECHES QUE ATENDEM ALUNOS DE 0 A 3 ANOS**

| NUMEROS | NOME DA MODALIDADE            | LOCAL          | QUANT . DE ALUNOS |
|---------|-------------------------------|----------------|-------------------|
| 01      | CRIANÇA FELIZ                 | SALINAS        | 143               |
| 02      | SEMENTES DA ALEGRIA           | PORTO DA TELHA | 80                |
| 03      | PROFª HELENA SILVA DE QUEIROZ | CONCEIÇÃO      | 61                |
| 04      | CASA DE BELÉM                 | ENCARNAÇÃO     | 74                |
| 05      | TIO REIZINHO                  | ENCARNAÇÃO     | 78                |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

**Tabela 7: DEMOSNTRATIVO DE CRECHE QUE ATENDEM ALUNOS DE 0 A 3 ANOS E COM PRÉ-ESCOLA 4 A 5 ANOS**

| NUMEROS | NOME DA MODALIDADE | LOCAL | QUANT. DE ALUNOS |
|---------|--------------------|-------|------------------|
|---------|--------------------|-------|------------------|

|           |                             |                            |    |
|-----------|-----------------------------|----------------------------|----|
|           | EDVALDO GOMES<br>DE ASSIS   | NOVASALINAS<br>(CONCEIÇÃO) | 9  |
| <b>02</b> | VALDELICE SANTOS<br>PEREIRA | BAIUCA(CAIRÚ)              | 16 |
| <b>03</b> | CASA DE NAZARÉ              | CAIRÚ                      | 52 |

**Tabela 8: DEMOSNTRATIVO DE ESCOLAS QUE ATENDEM ALUNOS DE 4 A 5 ANOS**

| <b>NUMEROS</b> | <b>NOME DA ESCOLA</b>     | <b>LOCAL</b>   | <b>QUANT. DE ALUNOS</b> |
|----------------|---------------------------|----------------|-------------------------|
| <b>01</b>      | SEMENTINHA DO<br>SABER    | SALINAS        | 110                     |
| <b>02</b>      | SEMENTINHA DO<br>SABER II | ENCARNAÇÃO     | 96                      |
| <b>03</b>      | CANTINHO DO<br>SABER      | CONCEIÇÃO      | 72                      |
| <b>01</b>      | DRº JOSÉ DE<br>FIGUEREDO  | PORTO DA TELHA | 55                      |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

### 2.2.1.2 Ensino Fundamental - Anos Iniciais

A partir da política de municipalização do ensino fundamental e do convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Salinas da Margarida e o Governo do Estado em 1999, a rede pública municipal passou a gerir todas as escolas que ofertavam matrículas no ensino fundamental e, desde então, atende às demandas de matrículas nessa etapa escolar no ensino regular.

Conforme o Art. 32 da Lei 11.274 de 06 de fevereiro de 2006, “o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão(...)”.

Tabela 9: Evolução das Matrículas no Ensino Fundamental nos anos iniciais por dependência administrativa 2007 – 2014.

| ANOS | MUNICIPAL |       | PARTICULAR | TOTAL<br>DE MATRÍCULAS |
|------|-----------|-------|------------|------------------------|
|      | URBANO    | RURAL |            |                        |
| 2014 | 502       | 777   | 205        | 1484                   |
| 2013 | 557       | 820   | 138        | 1515                   |
| 2012 | 537       | 800   | 98         | 1435                   |
| 2011 | 526       | 733   | -          | 1259                   |
| 2010 | 563       | 860   | -          | 1423                   |

Fonte: MEC/INEP – Censo escolar

A análise da tabela acima indica que, com relação às matrículas na rede pública, a partir de 2010, há uma diminuição que persiste com pequenas variações, para mais ou para menos, até 2014, sem retomar ao patamar dos anos anteriores a 2010.

Por outro lado, os números referentes às matrículas nas escolas privadas vêm aumentando a partir de 2012. Isso pode indicar que houve uma parcela das matrículas que historicamente eram feitas na rede pública municipal, mas migraram para as escolas particulares.

Também é possível observar que, a partir de 2012, houve um sensível aumento da população, mesmo que de forma temporária, devido ao

desenvolvimento de um empreendimento industrial de grande porte na região, o que pode ter incidido na variação dos números, havendo uma diminuição em 2014. Este dado pode ter coincido com um aumento no número de matrículas nas escolas particulares.

Tabela 10: Evolução das Matrículas no Ensino Fundamental nos anos iniciais por dependência administrativa e por etapa escolar na rede pública municipal

| ANOS | MUNICIPAL |     |     |     |     |
|------|-----------|-----|-----|-----|-----|
|      | 1º        | 2º  | 3º  | 4º  | 5º  |
| 2013 | 229       | 255 | 387 | 328 | 324 |
| 2012 | 210       | 297 | 330 | 328 | 270 |
| 2011 | 212       | 372 | 327 | 302 | 252 |
| 2010 | 160       | 413 | 320 | 272 | 258 |

Fonte: MEC/INEP – Censo Escolar

Os dados demonstram um certo equilíbrio na demanda de matrículas do 1º ano no período observado, em consonância com as taxas de nascimento observadas a partir de 2005, visto que os nascidos no município nesta data foram matriculados no 1º ano em 2011 de acordo com as normas do ensino de 9 anos.

No 2º ano, podemos observar uma queda na demanda ao longo dos anos, porém, no restante das etapas e, levando-se em consideração a evolução por etapa de estudo que tange às taxas de aprovação, reprovação e evasão, é possível observar variações, possivelmente em função dos movimentos gerados pelo próprio desenvolvimento da qualidade do ensino/aprendizagem e das matrículas realizadas na rede particular.

Embora a rede pública municipal venha construindo condições para o estabelecimento de um ensino/aprendizagem de qualidade, com a qualificação e a orientação didático-pedagógica em todas as etapas do ensino fundamental dos anos iniciais, requalificando os três primeiros anos em um ciclo e suprimindo, com

qualidade, as reprovações históricas que ocorriam no 2º ano, em 2013 e 2014, não haveria um índice indesejado de reprovações no 3º.

Tabela 11: Evolução do Aprendizado nos anos iniciais do Ensino Fundamental de acordo com as informações da Prova Brasil.

| ANOS | MUNICIPAL               |            |
|------|-------------------------|------------|
|      | LEITURA E INTERPRETAÇÃO | MATEMÁTICA |
| 2013 | 26%                     | 15%        |
| 2011 | 18%                     | 10%        |
| 2009 | 20%                     | 13%        |

Fonte: Qedu

No gráfico acima, está demonstrada uma evolução significativa de 2011 para 2013 nos índices de evolução da aprendizagem relativa às duas principais competências curriculares e que são objeto de avaliação pela Prova Brasil.

De 2009 a 2011, houve queda de 2 (dois) pontos percentuais. Todavia, de 2011 a 2013, tivemos um avanço de mais 8 (oito) pontos percentuais, que podem ser explicados pela movimentação ocorrida desde a adesão ao Pacto com Municípios em 2012. Embora não impactando amplamente neste período, já que os alunos do 1º ano em 2012 só estarão no 5º ano em 2016. O Programa, que tem também uma vertente de formação continuada, influenciou um grupo de professores que, devido às idiossincrasias do sistema, migrou, dentro da rede, de uma etapa para outra, socializando esses conhecimentos, agregando boas práticas e elevando os níveis de aprendizagem.

Por outro lado, as reorientações dos gestores, as escolhas pedagógicas e a alocação de professores mais adaptados às etapas que pretendiam atuar como regentes possibilitaram também esses avanços detectados pela Prova Brasil em 2013.

Há, ainda, um fator importante a ser considerado na análise desses dados. As competências e habilidades ligadas à matemática estão significativamente distantes das aprendizagens em língua portuguesa. Entende-se que essa situação



pode estar associada à falta de uma política de formação continuada, que reflita as demandas dos professores da rede pública municipal em todos os aspectos e, particularmente, nas áreas onde há mais necessidade de fomento às aprendizagens significativas e a consequente qualidade da aprendizagem em toda a rede.

Tabela 12: Evolução das Taxas de Aprovação nos anos iniciais do Ensino Fundamental na Rede Pública Municipal.

| ANOS | 1º ANO | 2º ANO | 3º ANO | 4º ANO | 5º ANO |
|------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 2013 | 99,5%  | 95,9%  | 67,6%  | 72,9%  | 83,3%  |
| 2012 | 100%   | 96,1%  | 75,2%  | 81,4%  | 85,9%  |
| 2011 | 98,9%  | 77,0%  | 79,5%  | 78,9%  | 87,6%  |
| 2010 | 100%   | 63,2%  | 74,4%  | 77,2%  | 82,1%  |

Fonte: Qedu

### Aprovação

Ao analisar as taxas de aprovação, devemos observar sua importância dentro da política do ciclo de alfabetização (1º ao 3º ano). Aí, a aprovação é compreendida como direito de aprendizagem, garantido por lei:

A progressão continuada é uma forma de organização escolar que visa a garantir o acesso e a permanência do aluno à escola.

Uma das suas características é a composição do ensino por ciclos de aprendizagem, que pressupõem a não-reprovação ou repetência do aluno por um período que pode variar entre dois e 4 anos.

É uma prática que possibilita o combate à evasão escolar, à distorção idade-série e a prevenção da repetência<sup>4</sup>.

Isso implica na observância dos princípios pedagógicos da qualidade da educação, aplicados com o suporte dos Programas de alfabetização na idade certa dos governos federal e estadual. Essa medida tem aprofundado uma postura inclusiva, promovendo a equidade de tratamento e compreensão dos ritmos de

<sup>4</sup> Fonte: Qedu

aprendizagem em classes heterogêneas como as que se formam em nossa rede pública municipal.

Evolução das taxas no 2º ano indicam a incidência destas ações que resultaram na retirada de uma verdadeira “linha de corte” que se evidenciava até 2011 quando os alunos eram mais sujeitos à reprovação devido a inobservância da necessidade de garantir os direitos de aprendizagem e da alfabetização até os 8 anos de idade. Até então, achava-se que os alunos deveriam estar alfabetizados ao chegarem ao 2º ano, fato que não acontecia com a maioria, possibilitando uma certa “desobrigação” de alfabetizar na série seguinte, fazendo com que muitos alunos fossem reprovados e criando um fluxo negativo alto e desnecessário.

Tabela: 13: Proporção de alunos com reprovação e abandono na rede pública

| ANOS | REPROVAÇÃO  |           | ABANDONO    |           |
|------|-------------|-----------|-------------|-----------|
|      | PORCENTAGEM | ABSOLUTOS | PORCENTAGEM | ABSOLUTOS |
| 2013 | 15,3%       | 233       | 2,6%        | 40        |
| 2012 | 11,2%       | 162       | 1,6%        | 24        |
| 2011 | 14,0%       | 206       | 2,5%        | 37        |
| 2010 | 21,1%       | 301       | 2,9%        | 42        |

municipal.

Fonte: Qedu – com dados do censo Escolar

### Reprovação

O rendimento escolar compreende os resultados do final de um ano letivo em que os alunos matriculados em nossas escolas podem ser aprovados, reprovados ou abandonar os estudos.

Constata-se que as reprovações apresentam uma queda sensível ao longo do período de tempo observado. Como dito anteriormente, esses dados estão em consonância com as políticas adotadas na rede, em relação aos anos iniciais a partir de 2012. Os índices de reprovação em 2013 foram influenciados pelas reprovações no 3º ano. Desafio detectado em muitos municípios, já em que o ciclo de alfabetização termina nesta etapa.

Em 2014, a rede tomou providências para superar esta situação com a criação de um acompanhamento junto aos coordenadores pedagógicos para que a transição do 3º para o 4º ano se desse com a garantia da observação dos direitos de aprendizagem que não puderam ser consolidados no 3º ano.

É preciso conceber a escola como um espaço social onde os diferentes atores desempenham ensino e aprendizagem em conjunto, agindo e refletindo, num processo contínuo, sobre a ação e sobre seus importantes papéis para a promoção das aprendizagens significativas dos estudantes. Desta forma, foi preciso que a secretaria de educação tomasse providências em 2014 para garantir que a saída do ciclo e a entrada no sistema seriado convencional (com reprovação) pudessem acontecer com a continuação da garantia dos direitos de aprendizagem e, da forma como se concebeu os percursos de aprendizagem das crianças, foi necessário, dentre outras ações, uma reflexão sobre as matrizes curriculares e as metodologias do 4º e também do 5º ano para que essa passagem absorvesse e refletisse as estruturas existentes e as expectativas de construção de um ensino com mais qualidade em nosso município.

Ao propormos esta reflexão e a consequente ação na forma de agir nos períodos seguintes ao Ciclo de Alfabetização, procurou-se implementar as preocupações da equipe responsável pelo programa, de modo a assegurar que essa transição acontecesse com avanços qualitativos no processo de construção das aprendizagens dos estudantes. Para tanto, foi proposto criar um ambiente sensível ao acolhimento crítico das metodologias e práticas pedagógicas que inspiram o Ciclo de Alfabetização, entendendo para além dele, o trato com os alunos dos períodos finais do fundamental I.

Em 2015, o Pacto com Municípios instituiu um segundo ciclo, compreendendo o 4º e o 5º anos para dar conta desta situação e, prontamente, o município aderiu ao programa, indicando uma coordenadora multiplicadora, que vem cooperando com os professores e coordenadores destas etapas.

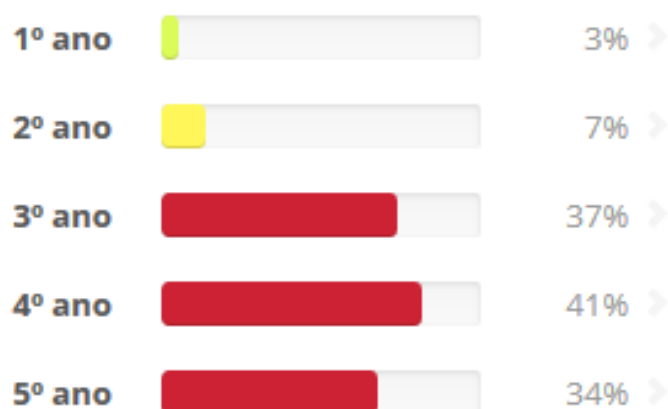
## Abandono

De acordo com os dados da tabela, as taxas de abandono são relativamente baixas e não são necessárias estratégias para conter o avanço, já que os números indicam um certo equilíbrio. Contudo, há uma necessidade de investir nas ações de gestão escolar para aproximar os pais e responsáveis, além do monitoramento das faltas e devidas providências para trazer esses alunos às salas de aula.

## Distorção Idade-Série

A proporção de alunos nas escolas que oferecem os anos iniciais do ensino fundamental em Salinas da Margarida, com atraso escolar de 2 anos ou mais, segundo dados do INEP 2013, podem ser observados no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Distorção idade-série no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, ano 2013.



De acordo com o que diz as notas do Qedu:

Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma mesma série.

Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país.

No 1º ano, com 3%, significa, na prática, que, de cada 100 alunos, aproximadamente 3 estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais. Para o 2º ano, com 7%, de cada 100, 7 alunos estavam com atraso. No 3º ano, quase 37 alunos a cada 100 estavam com atraso escolar. No 4º ano 41 e 34 no 5º ano.

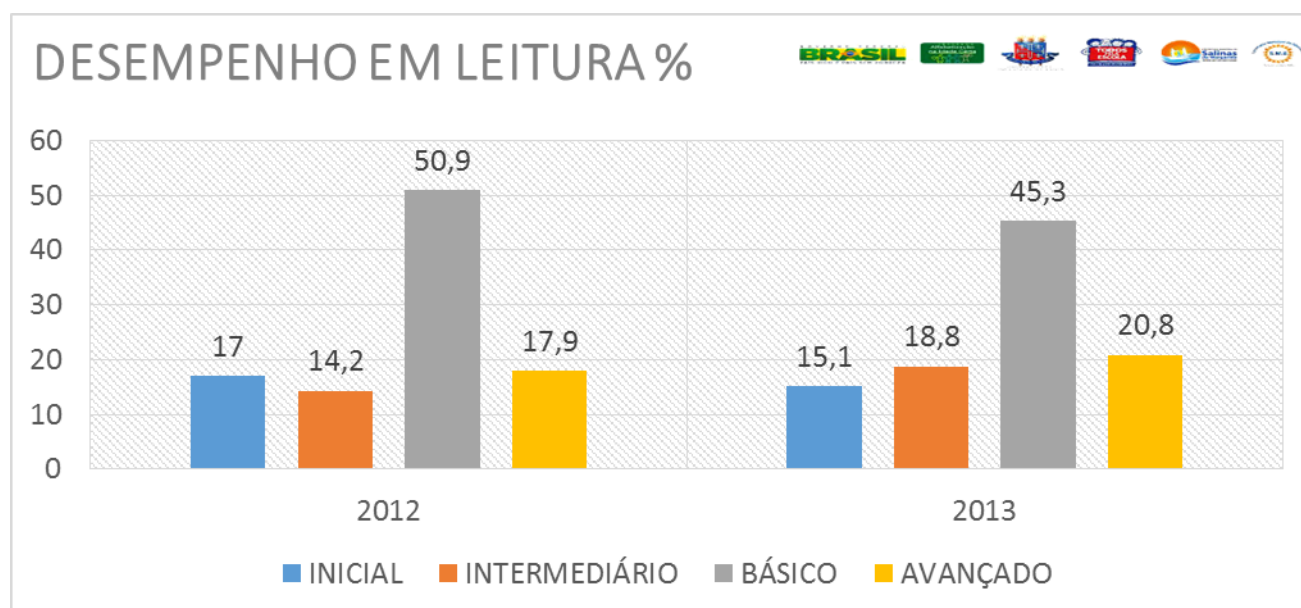
### **Provinha Brasil**

A Provinha Brasil é realizada 2 vezes no ano, a partir de 2013 (no início e no fim). Nas turmas de 2º ano, se avalia as aprendizagens em leitura e matemática. O processo se constitui no recebimento dos testes pela Secretaria; na organização do mapa de aplicação nas escolas; treinamento dos aplicadores e coordenadores da aplicação; aplicação; recebimento e organização dos resultados para a devolutiva em forma de análise desses dados nas escolas com vistas à construção de um plano de ação para reorientar as ações didático-pedagógicas em sala de aula e, também, a alimentação do sistema Alfa Bahia, que garante o retorno ao município dos dados analisados e que podem também subsidiar as novas ações nas escolas.

### **Avalie Alfa**

O Avalie Alfa, como teste aplicado às turmas de 2º ano no final de cada ano letivo, funcionou até 2013. Este sistema da Secretaria da Educação do Estado da Bahia avaliava a evolução das aprendizagens em leitura e matemática antes que a Provinha Brasil assumisse também a avaliação no final de cada ano letivo. O teste foi suspenso, mas o sistema de análise dos dados permanece e é parte das tarefas do coordenador local alimentar esse sistema online com os resultados da Provinha Brasil.

Gráfico 2: Evolução do percentual de estudantes por padrão de desempenho em Leitura na rede pública municipal de Salinas da Margarida – 2012-2013.



Fonte: Avalie Alfa/Provinha Brasil

Os Padrões de Desempenho indicam o grau de cumprimento dos objetivos educacionais considerados essenciais e expressos na Matriz de Referência para avaliação, bem como as metas de desempenho a serem alcançadas. (Avalie Alfa, 2012)

O gráfico acima mostra que o desempenho dos estudantes do 2º ano vem aumentando e atingindo níveis mais avançados. Em língua portuguesa, o Município de Salinas da Margarida apresenta uma proficiência média (grau ou nível de aproveitamento na avaliação) de 440,1, em comparação com o Estado da Bahia que apresenta 454,1, nos coloca no padrão BÁSICO de desempenho, posição ocupada pela maioria dos municípios baianos.

Gráfico 3: Evolução do percentual de estudantes por padrão de desempenho em matemática na rede pública municipal de Salinas da Margarida – 2012-2013.



Fonte: Avalie Alfa/Provinha Brasil

Em Matemática, acontece basicamente o mesmo progresso observado em leitura nas turmas de 2º ano. Neste componente, Salinas da Margarida registra uma proficiência média da ordem de 725,1 enquanto o Estado da Bahia apresenta 716,0, o que nos coloca também no padrão nível III.

### **Avaliação nacional da Alfabetização – ANA**

Esta avaliação externa é realizada simultaneamente com a Prova Brasil, de dois em dois anos, nas classes do 3º ano para avaliar os níveis de aprendizagem na saída do ciclo de alfabetização. Constitui-se de testes de leitura, escrita e Matemática e é aplicada por agentes externos assim como a Prova Brasil. Os seus resultados são disponibilizados diretamente do MEC para as escolas e no sistema online do Pnaic.

Tabelas 14 e 15: Distribuição dos estudantes do 3º ano por nível de proficiência com base na ANA

| ANOS | LEITURA         |         |         |         |                      |         |         |         |
|------|-----------------|---------|---------|---------|----------------------|---------|---------|---------|
|      | ESTADO DA BAHIA |         |         |         | SALINAS DA MARGARIDA |         |         |         |
|      | NÍVEL 1         | NÍVEL 2 | NÍVEL 3 | NÍVEL 4 | NÍVEL 1              | NÍVEL 2 | NÍVEL 3 | NÍVEL 4 |
| 2013 | 41,63%          | 36,6%   | 19,1%   | 3,21%   | 50,61%               | 30,29%  | 16,55%  | 2,55%   |

| ANOS | ESCRITA         |         |         |         |                      |         |         |         |
|------|-----------------|---------|---------|---------|----------------------|---------|---------|---------|
|      | ESTADO DA BAHIA |         |         |         | SALINAS DA MARGARIDA |         |         |         |
|      | NÍVEL 1         | NÍVEL 2 | NÍVEL 3 | NÍVEL 4 | NÍVEL 1              | NÍVEL 2 | NÍVEL 3 | NÍVEL 4 |
| 2013 | 34,32%          | 25,01%  | 18,83%  | 13,66%  | 24,54%               | 42,05%  | 13,91%  | 11,03%  |

| ANOS | MATEMÁTICA      |         |         |         |                      |         |         |         |
|------|-----------------|---------|---------|---------|----------------------|---------|---------|---------|
|      | ESTADO DA BAHIA |         |         |         | SALINAS DA MARGARIDA |         |         |         |
| 2013 | NÍVEL 1         | NÍVEL 2 | NÍVEL 3 | NÍVEL 4 | NÍVEL 1              | NÍVEL 2 | NÍVEL 3 | NÍVEL 4 |
|      | 40,91%          | 37,23%  | 12,35%  | 9,05%   | 52,68%               | 32,16%  | 8,66%   | 6,05%   |

Fonte: MEC/SIMEC.

O desempenho dos estudantes do 3º ano avaliados em 2013 pelo teste da ANA, embora ainda não permita uma comparação qualitativa, visto que foi o primeiro ano de aplicação, já indica que não estamos longe dos padrões apresentados em relação ao Estado da Bahia. Todavia, os números percentuais de leitura, escrita e Matemática mostram que é preciso avançar ainda mais para alcançarmos níveis mais altos de desempenho.

### **Ensino Fundamental/Anos Finais**

O Plano Nacional de Educação–PNE Lei nº 10.172/2001 (BRASIL, 2001) estabelece a implantação progressiva do Ensino Fundamental de 09 anos com a inclusão das crianças de 06 anos. Deve acontecer em consonância com a universalização do atendimento na faixa etária de 07 a 14 anos e, conforme o Art. 23 da Lei nº 9394/96 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), sugere-se que o Ensino Fundamental seja assim desenvolvido: 1º ao 5º ano anos iniciais e 6º ao 9º ano, anos finais.

Esta modalidade de ensino foi implantada gradativamente no município de Salinas da Margarida e atende toda demanda do ensino fundamental. Para isso, foi necessário desenvolver campanhas junto aos pais para evitar evasão escolar. O Programa Bolsa Família que atende grande número dos alunos matriculados contribuiu bastante para o crescimento da matrícula e a permanência dos alunos na escola.

O município de Salinas da Margarida conta atualmente com quatro escolas atuando no Ensino Fundamental nos anos finais, sendo duas consideradas rurais: Escola Modelo de Encarnação, Escola Ranulfo Domiciano dos Santos (criada em 2012 e extinta em 2015, funcionando sem registros) e Escola Modelo de



Conceição; e duas consideradas urbanas: Centro Educacional Permínio de Souza Ferreira e Escola Municipal Januário Eleodoro de Lima.

Segundo o Art. 208 da Constituição Federal, inciso VII, § 3º, “compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola”. Já o Art. 214, estabelece:

o Plano Nacional de Educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País;
- VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

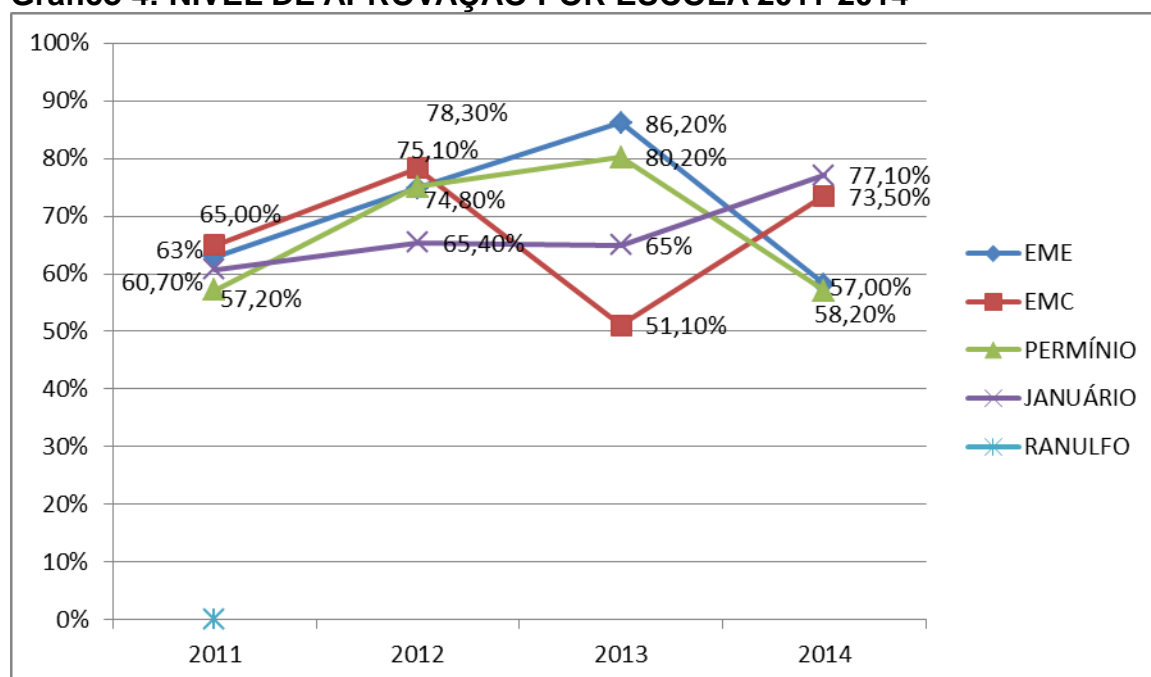
Tabela16: Perfil do Desenvolvimento Escolar do Ensino Fundamental – Anos finais

| Escolas/Anos   | Taxa Aprovação |       |               |     | Taxa Reprovação |           |               |     | Taxa Abandono |           |               |     |      |
|--|----------------|-------|---------------|-----|-----------------|-----------|---------------|-----|---------------|-----------|---------------|-----|------|
|  | Urban<br>a     | Rural | Matrí<br>cula | %   | Urban<br>a      | Rur<br>al | Matrí<br>cula | %   | Urba<br>na    | Rur<br>al | Matrí<br>cula | %   |      |
| Escola Modelo<br>de Encarnação                         | 2011           | -     | 257           | 409 | 63              | -         | 86            | 409 | 21,1          | -         | 63            | 409 | 15,5 |
|  | 2012           | -     | 110           | 147 | 74,8            | -         | 17            | 147 | 11,5          | -         | 20            | 147 | 13,6 |
|  | 2013           | -     | 187           | 217 | 86,2            | -         | 10            | 217 | 4,7           | -         | 20            | 217 | 9,3  |
|  | 2014           | -     | 115           | 198 | 58,2            | -         | 17            | 198 | 8,6           | -         | 19            | 198 | 9,6  |
| Escola Modelo<br>de Conceição                          | 2011           | -     | 151           | 233 | 65              | -         | 34            | 233 | 14,6          | -         | 19            | 233 | 8,2  |
|  | 2012           | -     | 174           | 222 | 78,3            | -         | 36            | 222 | 16,2          | -         | 12            | 222 | 5,4  |
|  | 2013           | -     | 113           | 221 | 51,1            | -         | 39            | 221 | 17,6          | -         | 50            | 221 | 22,6 |
|  | 2014           | -     | 153           | 208 | 73,5            | -         | 24            | 208 | 11,5          | -         | 31            | 208 | 14,9 |
| Centro<br>Educacional<br>Permínio de<br>Souza Ferreira | 2011           | 334   | -             | 598 | 57,2            | 137       | -             | 598 | 23,5          | 91        | -             | 598 | 15,6 |
|  | 2012           | 266   | -             | 354 | 75,1            | 74        | -             | 354 | 29,9          | 14        | -             | 354 | 3,9  |
|  | 2013           | 316   | -             | 394 | 80,2            | 67        | -             | 394 | 17            | 11        | -             | 394 | 2,7  |
|  | 2014           | 332   | -             | 584 | 57              | 102       | -             | 584 | 17,5          | 81        | -             | 584 | 14   |
| Escola<br>Januário<br>Eleodoro de<br>Lima              | 2011           | 77    | -             | 127 | 60,7            | 26        | -             | 127 | 20,5          | 23        | -             | 127 | 18,2 |
|  | 2012           | 74    | -             | 113 | 65,4            | 13        | -             | 113 | 11,5          | 26        | -             | 113 | 23   |
|  | 2013           | 74    | -             | 114 | 64,9            | 16        | -             | 114 | 14            | 24        | -             | 114 | 21   |
|  | 2014           | 159   | -             | 206 | 77,1            | 18        | -             | 206 | 8,7           | 29        | -             | 206 | 14   |

| Escola               | 2011    |      | Neste ano a escola não existia |     |      |      |    |     |      |      |    |     |      |
|----------------------|---------|------|--------------------------------|-----|------|------|----|-----|------|------|----|-----|------|
|                      | Ranulfo | 2012 | -                              | 154 | 228  | 67,5 | -  | 50  | 228  | 21,9 | -  | 24  | 228  |
| Domiciano dos Santos | 2013    | -    | 148                            | 207 | 71,4 | -    | 49 | 207 | 23,6 | -    | 10 | 207 | 4,8  |
|                      | 2014    | -    | 140                            | 206 | 67,9 | -    | 40 | 206 | 19,4 | -    | 26 | 206 | 12,6 |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

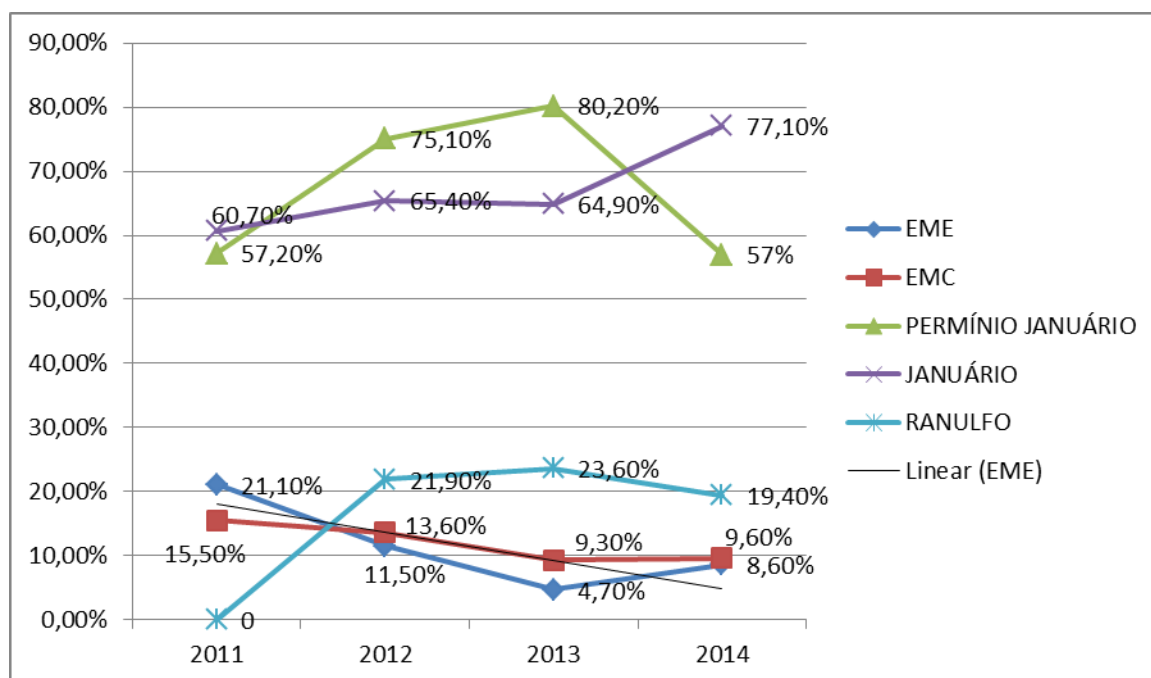
Gráfico 4: NÍVEL DE APROVAÇÃO POR ESCOLA 2011-2014



Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Analisando o gráfico acima, percebe-se aumento no índice de aprovação de duas escolas: Januário Eleodoro de Lima e Escola Modelo da Conceição, e redução nesse mesmo índice nas escolas Permínio de Souza Ferreira e Escola Modelo de Encarnação. Essa variação no índice das escolas com redução na aprovação não se deve ao fato da redução na matrícula, mas na proporção direta do número de matriculados e o número de aprovados; embora na Escola Modelo de Encarnação o número de matriculados em 2014 tenha sido menos que 50 (cinquenta) da matrícula em 2011, em virtude da não existência da Escola Ranulfo.

Mesmo que os trabalhos realizados nas escolas municipais sejam voltados para êxito do estudante, o processo ensino-aprendizagem ainda não alcançou o índice de aprovação desejável (100%). Entretanto, existe um esforço por parte dos educadores deste município a fim de que a educação mostre resultados de superação de dificuldades e favoreça o desenvolvimento integral do educando.

**Gráfico 5: PERCETUAIS DE REPROVAÇÃO (2011-2014)**

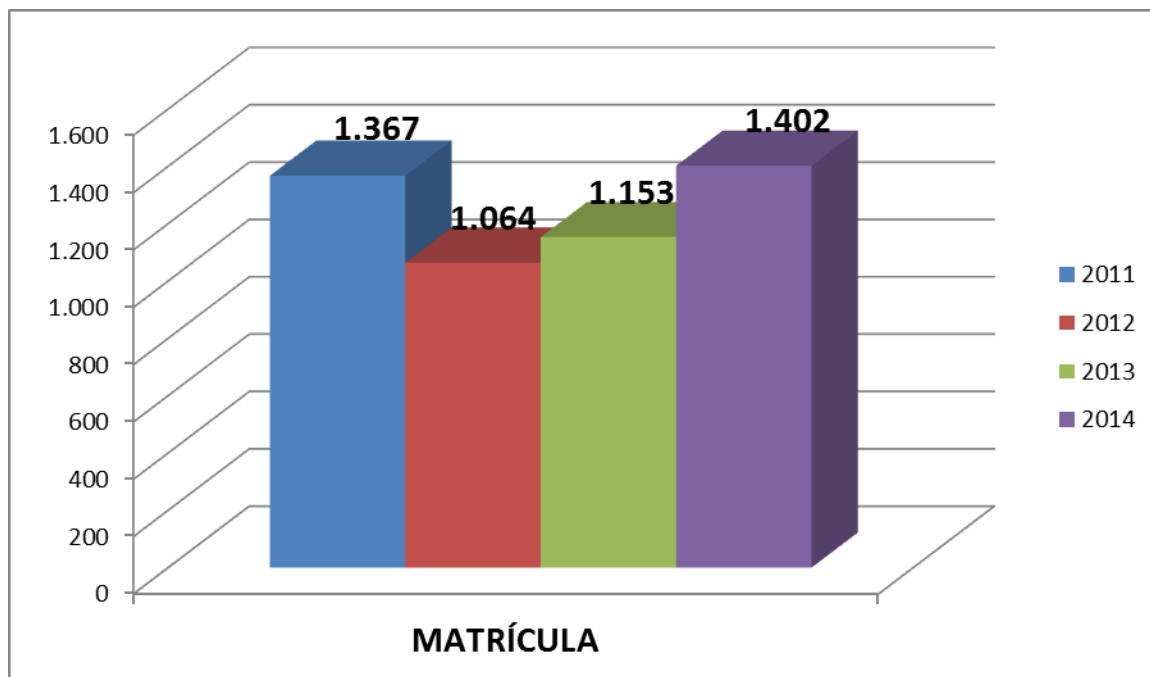
De acordo com o gráfico acima, percebe-se distância sensível nos índices de reprovação entre as escolas rurais e urbanas. As rurais apresentaram índices mais baixos com menos de vinte e cinco por cento, enquanto que as urbanas apresentam acima de cinquenta e cinco por cento.

**TABELA 17- Evolução das matrículas do Ensino Fundamental - anos finais**

| ANOS | MUNICIPAL |        | TOTAL |
|------|-----------|--------|-------|
|      | RURAL     | URBANA |       |
| 2011 | 642       | 725    | 1.367 |
| 2012 | 597       | 467    | 1.064 |
| 2013 | 645       | 508    | 1.153 |
| 2014 | 612       | 790    | 1.402 |

Fonte: SME

Ao observar o gráfico acima, nota-se que houve um aumento nas matrículas nessa modalidade de ensino. Em 2014, houve um aumento tanto na zona rural quanto na zona urbana em relação aos anos anteriores, havendo necessidade de construção de novas unidades escolares e infraestrutura adequada para atender a demanda.

**GRÁFICO 6: EVOLUÇÃO DE MATRÍCULA (2011-2014)**

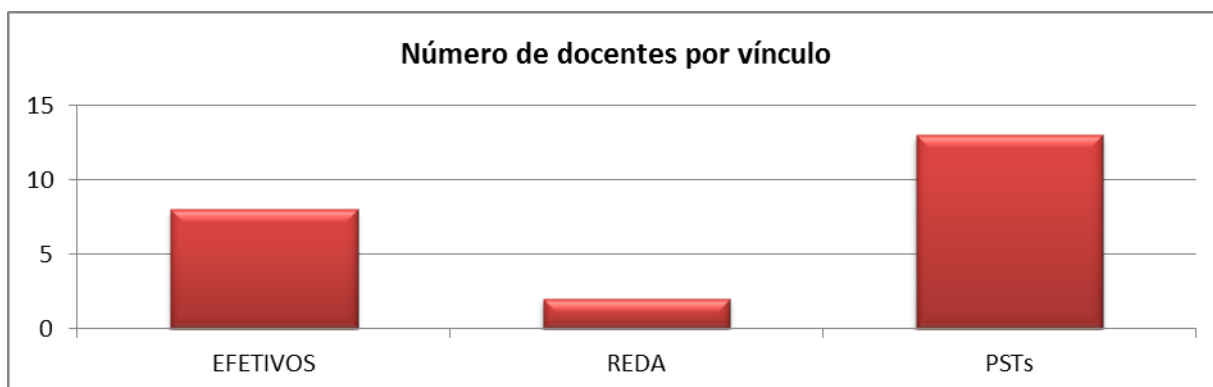
Com base no gráfico acima, percebe-se uma redução no total de matrículas do município ano de 2011 para 2012, porém, de 2012 até 2014, houve uma evolução do total de matrículas. Esse fato deve-se à criação da Escola Ranulfo Domiciano dos Santos no ano de 2012 a qual atendeu a clientela apenas do 6º e 7º anos, até o ano de 2014, ficando a Escola Modelo de Encarnação, de 2012 a 2014, com as turmas de 8º e 9º ano.

#### 2.2.1.4 Ensino Médio

O Colégio Estadual Juracy Magalhães caracteriza-se como uma unidade de ensino pública, mantida pelo Governo do Estado da Bahia e administrada pela Secretaria Estadual de Educação, por meio do Núcleo Regional de Educação (NRE-26/Salvador). No município de Salinas da Margarida, existe apenas esta unidade de ensino, oferecendo educação básica na modalidade do Ensino Médio Regular, atendendo às determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96 e as orientações do Conselho Estadual de Educação (CEE). Este módulo de escolarização tem duração de três anos, carga horária total de três mil horas-aula, distribuídas de acordo com a matriz curricular vigente, nos turnos matutino, vespertino e noturno.

Sedia-se à Rua São Cristovão, s/n, no município de Salinas da Margarida e, vale ressaltar, a unidade, atualmente, não possui título de propriedade do terreno, o que acarreta na impossibilidade de intervenção mais contundente por meio do Ministério da Educação (MEC) ou Governo do Estado. Até o presente momento, a escola funciona em um prédio com estrutura física inadequada para atender as necessidades de uma clientela do Ensino Médio, visto que o imóvel possui características arquitetônicas planejadas para crianças de séries iniciais. Mesmo passando por reformas, o prédio ainda encontra-se muito aquém do adequado.

Gráfico 7: Número de docentes por vínculo



A escola possui um corpo docente composto por 23 (vinte e três) profissionais, dos quais 08 (oito) são efetivos, 02 (dois) são concursados em Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) e 13 (treze) são prestadores de

serviços temporários (PSTs). Nota-se um elevado número de professores nas modalidades REDA/PST em comparação com o quantitativo de concursados efetivos. Observa-se também um número insuficiente de profissionais de apoio nas áreas de fiscalização, orientação dos discentes, limpeza e conservação do patrimônio.

No dia 25 de maio de 2015, entrou em funcionamento o anexo do povoado de Encarnação, atendendo aos anseios da numerosa população desta localidade. Este anexo é fruto de uma parceria do Governo do Estado (NRE-26 e UEE) com a Prefeitura Municipal de Salinas da Margarida e possui a gestão administrativa na Unidade Educacional Estadual (UEE) localizada na sede do município, acima caracterizada, sendo que a gestão pedagógica está compartilhada com o município bem como professores que complementam o quadro docente.

Tabela 18: Perfil do Desenvolvimento Escolar do Ensino Médio

| Ano letivo<br>2010 | Situação do aluno |                             |              |          |           |                   |             |
|--------------------|-------------------|-----------------------------|--------------|----------|-----------|-------------------|-------------|
|                    | Matriculados      | Matriculas<br>Suplementares | Transferidos | Abandono | Falecidos | Não<br>frequentes | Desistentes |
| 1ª SÉRIE -EM       | 163               | 92                          | 1            | 0        | 0         | 0                 | 0           |
| 2ª SÉRIE -EM       | 217               | 74                          | 1            | 0        | 0         | 0                 | 0           |
| 3ª SÉRIE -EM       | 142               | 55                          | 0            | 0        | 0         | 0                 | 0           |
| <b>TOTAL</b>       | <b>522</b>        | <b>221</b>                  | <b>2</b>     | <b>0</b> | <b>0</b>  | <b>0</b>          | <b>0</b>    |

| Ano letivo<br>2011 | Situação do aluno |                             |              |           |           |                   |             |
|--------------------|-------------------|-----------------------------|--------------|-----------|-----------|-------------------|-------------|
|                    | Matriculados      | Matriculas<br>Suplementares | Transferidos | Abandono  | Falecidos | Não<br>frequentes | Desistentes |
| 1ª SÉRIE -EM       | 117               | 53                          | 6            | 11        | 0         | 0                 | 33          |
| 2ª SÉRIE -EM       | 150               | 27                          | 34           | 1         | 1         | 0                 | 110         |
| 3ª SÉRIE -EM       | 178               | 24                          | 64           | 7         | 0         | 0                 | 81          |
| <b>TOTAL</b>       | <b>445</b>        | <b>104</b>                  | <b>104</b>   | <b>19</b> | <b>1</b>  | <b>0</b>          | <b>224</b>  |

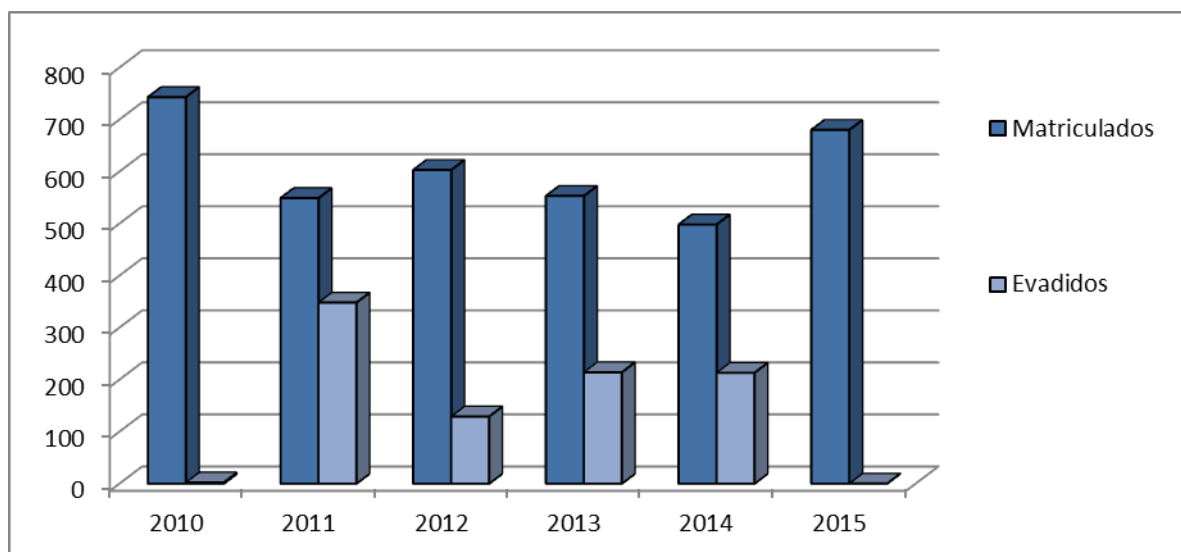
| Ano letivo<br>2012 | Situação do aluno |                             |              |          |           |                   |             |
|--------------------|-------------------|-----------------------------|--------------|----------|-----------|-------------------|-------------|
|                    | Matriculados      | Matriculas<br>Suplementares | Transferidos | Abandono | Falecidos | Não<br>frequentes | Desistentes |
| 1ª SÉRIE -EM       | 125               | 102                         | 0            | 0        | 0         | 0                 | 33          |

|                     |     |     |   |   |   |   |     |
|---------------------|-----|-----|---|---|---|---|-----|
| <b>2ª SÉRIE -EM</b> | 131 | 63  | 0 | 1 | 0 | 0 | 71  |
| <b>3ª SÉRIE -EM</b> | 125 | 57  | 0 | 0 | 0 | 0 | 24  |
| <b>TOTAL</b>        | 381 | 222 | 0 | 1 | 0 | 0 | 128 |

| <b>Ano letivo<br/>2013</b> | <b>Situação do aluno</b> |                                     |                     |                 |                  |                           |                    |
|----------------------------|--------------------------|-------------------------------------|---------------------|-----------------|------------------|---------------------------|--------------------|
| <b>Estágio/ciclo</b>       | <b>Matriculados</b>      | <b>Matriculas<br/>Suplementares</b> | <b>Transferidos</b> | <b>Abandono</b> | <b>Falecidos</b> | <b>Não<br/>frequentes</b> | <b>Desistentes</b> |
| <b>1ª SÉRIE -EM</b>        | 121                      | 87                                  | 1                   | 15              | 0                | 0                         | 39                 |
| <b>2ª SÉRIE -EM</b>        | 141                      | 38                                  | 0                   | 1               | 0                | 0                         | 81                 |
| <b>3ª SÉRIE -EM</b>        | 137                      | 29                                  | 2                   | 1               | 0                | 0                         | 74                 |
| <b>TOTAL</b>               | 399                      | 154                                 | 3                   | 17              | 0                | 0                         | 194                |

| <b>Ano letivo<br/>2014</b> | <b>Situação do aluno</b> |                                     |                     |                 |                  |                           |                    |
|----------------------------|--------------------------|-------------------------------------|---------------------|-----------------|------------------|---------------------------|--------------------|
| <b>Estágio/ciclo</b>       | <b>Matriculados</b>      | <b>Matriculas<br/>Suplementares</b> | <b>Transferidos</b> | <b>Abandono</b> | <b>Falecidos</b> | <b>Não<br/>frequentes</b> | <b>Desistentes</b> |
| <b>1ª SÉRIE -EM</b>        | 155                      | 27                                  | 2                   | 0               | 0                | 0                         | 93                 |
| <b>2ª SÉRIE -EM</b>        | 134                      | 30                                  | 0                   | 2               | 0                | 0                         | 60                 |
| <b>3ª SÉRIE -EM</b>        | 127                      | 15                                  | 1                   | 5               | 0                | 0                         | 50                 |
| <b>TOTAL</b>               | 416                      | 72                                  | 3                   | 7               | 0                | 0                         | 203                |

Em síntese, o que podemos observar é um número elevado de estudantes que evadem do sistema, constatado a partir do ano de 2011, conforme dados da própria escola.



## Desafios

- Muito embora a desmotivação com os estudos por parte dos alunos esteja presente em todos os turnos, evidencia-se em excesso no noturno;
- Excesso de docentes em condições de serviço temporário;
- Dificuldade em contratar professores especialistas resultando em um número excessivo de docentes atuando fora da sua área de formação;
- Excesso de docentes atuando sem motivação, refletindo em flagrante absenteísmo;
- Estrutura física inadequada para estudantes de ensino médio;
- Impossibilidade de intervenção definitiva na estrutura física do Colégio Estadual Juracy Magalhães por parte do Governo Federal (MEC) e Estadual (SEC), devido a ausência de escritura do terreno em nome da UEE;
- Deficiência no quadro de funcionários (profissionais de apoio escolar, segurança, cozinha e serviços gerais);
- Distanciamento entre os organismos político-administrativos;
- Falta de integração entre a escola e a comunidade;
- A pedagogia e a didática passam ao largo da realidade dos estudantes, negligenciando a diversidade de uma clientela escolar heterogênea do ponto de vista econômico, social e cultural;
- Significativa quantidade de homens e mulheres com Ensino Médio inconcluso, e a muitos anos sem frequentar uma unidade escolar.



### 1.3. MODALIDADES E DESAFIOS EDUCACIONAIS

#### 1.3.1. Educação Especial

De acordo com a legislação vigente no Brasil, inclusão escolar é acolher todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino, independente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas.

A lei 7853/89 rege que recusar a ensinar crianças e jovens com necessidades educacionais especiais (NEE) é crime e todas as instituições devem oferecer atendimento especializado. O artigo 208 da Constituição Federal especifica que é dever do estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, condição que também consta na lei nº 8.069/90, que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A legislação obriga, ainda, às escolas a oferecerem professores de ensino regular preparados para ajudar alunos com necessidades especiais a se integrarem nas classes comuns, ao invés de frequentar uma escola especializada. Em suma, os estudantes incluídos nessa categoria têm direito a cursar instituições comuns, e é dever dos professores elaborar e aplicar atividades que levem em conta suas necessidades específicas.

De modo geral, não apenas no município de Salinas da Margarida-BA esse atendimento não acontece satisfatoriamente, pois não há um consenso na definição do que pode ser considerada educação especial. Além do mais, as escolas não estão preparadas para receber crianças com deficiência, tornando a inclusão apenas em um motivo de colocar o aluno especial em sala de aula, mas com dificuldades na consolidação de uma educação especializada que contribua para o crescimento educacional.

*No município, a inclusão ainda é muito imatura. Apesar do percentual de alunos com necessidades especiais ser pequeno, os recursos que muitas vezes é gerido em muitos lugares pelos gestores escolares, aqui não acontece dessa forma. Os alunos são colocados nos espaços apenas para cumprir uma lei, mas não são dadas as condições para o profissional conseguir desenvolver as habilidades necessárias para inserir esses alunos na sociedade. Falta capacitação*

*voltada para essa área específica, recursos didáticos e pedagógicos para atender a essas necessidades e um psicopedagogo dentro de cada escola para auxiliar o professor que tem aluno especial (J.M.T. S., Coordenadora Pedagógica).*

As escolas recebem as crianças com deficiência, mas não estão preparadas para interagir com as mesmas. Não há cursos de qualificação para docentes e os atendimentos de apoio são inadequados, pois funcionam de forma insuficiente. O psicopedagogo conta apenas consigo mesmo e o paciente. Segundo Coll (2008, p. 23),

Não existe a preocupação com os aspectos psicológicos do portador de deficiência, nos dias atuais, os esforços desenvolvidos pelos órgãos responsáveis para proporcionar um atendimento especializado aos portadores de necessidades especiais ou com transtornos globais têm sido insuficientes.

A saber, além das diversas demandas de estrutura física e de recursos didáticos, há uma necessidade de preocupar-se com os aspectos psicológicos do portador de deficiência, pois, os esforços desenvolvidos pelos órgãos responsáveis para proporcionar um atendimento especializado aos portadores de necessidades especiais não têm qualitativamente a demanda existente. Além de acompanhar e fornecer os materiais didáticos de apoio, é fato inegável que a falta de investimento atrapalha o andamento dos serviços oferecidos.

Nesse sentido, a cooperação entre as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social deveria atender às necessidades dessa clientela mais qualitativamente, procurando melhorar o atendimento dos profissionais indicados para esse trabalho, visto que os mesmos assumem várias demandas em diferentes setores, dificultando assim os atendimentos prestados aos deficientes.

De certo modo, a rede municipal ainda não supre nenhuma dessas exigências, pois a efetivação de uma escola que garanta a valorização da cidadania dos deficientes tem se efetivado com certa precariedade. A necessidade de colocar em funcionamento salas multifuncionais que garantam o atendimento especializado, a presença de um professor e de um co-docente, de um psicólogo e de um psicopedagogo instrumentalizados com os aparatos necessários à aprendizagem são exemplos de que a inclusão pode ser aprimorada. Nesse

sentido, só ampliação dos investimentos poderia melhorar a inclusão de surdos, autistas, deficientes visuais, etc.

*A inclusão sem as ações tornou-se exclusão. Todas as Secretarias de Educação deveriam possuir equipe multidisciplinar para acompanhar cada aluno em suas especificidades (J. S., Professor)*

*O nosso município precisa criar núcleos de apoio para essas crianças com várias profissionais de áreas distintas e que esse mesmo núcleo fosse uma das ferramentas de apoio os profissionais de educação (E. P. S., Diretor).*

Além dessas questões, a resposta a muitas dessas necessidades educativas especiais supõe um esforço coordenado não somente dos governos, mas também da família e da escola. Para Coll, (2008, p. 23), “a resposta a muitas necessidades educativas especiais supõe um esforço coordenado entre escola e a família, embora nem sempre seja possível contar com essa colaboração”.

A instituição familiar demonstra-se em um estado de crise. Nesse sentido, é comum que a mesma delegue exclusivamente ao meio escolar a educação dos filhos especiais. A escola, por sua vez, deparando-se com essa situação, tenta suprir essa ausência através de reuniões de pais. No entanto, essas ações parecem não fazer o efeito esperado, visto que a família acredita que a escola está impondo o que fazer com seu filho, sem ouvir seus pontos de vista e sem considerar as possibilidades de reabilitação.

A bem da verdade, o currículo escolar ainda não contempla as crianças com necessidades especiais. Da mesma forma, os professores não recebem formação para lidar com esses alunos e, por causa disso, têm dificuldades em acompanhar o processo ensino-aprendizagem dessa clientela. Partindo dessa constatação, para que as políticas públicas sejam voltadas para esta modalidade de educação, todos os envolvidos no processo precisam estar a par das situações que acometem os deficientes e, nesse caso, a proposta pedagógica das escolas deveria estar integrada às necessidades do portador de deficiência.

*A escola acolhe, mas, não inclui. Isso porque os profissionais que fazem parte da escola não são preparados para lidar com estes estudantes. Todos deviam ser preparados para abraçar e incluir todos os alunos com necessidades educacionais especiais, pois existe uma grande demanda em nossa*

*instituição e gostaríamos de não somente acolher, como também incluir tais alunos nas dinâmicas educacionais, buscando assim integrar alunos com necessidades em nossa realidade social (A. S e G. M., Diretora e Coordenadora).*

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases (9.394/96), artigo 58, § 1º, a educação especial deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, havendo, quando necessário, serviços de apoio especializado. A lei nº 853.89 assegura o apoio das instituições às pessoas com deficiência, sua integração social, garantindo o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais. Já o ECA, no artigo 11, § 1º, estabelece: “a criança e o adolescente portador de deficiências receberão atendimento especializado”. O ordenamento do artigo 5º é contundente:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990).

O exposto na legislação exige o compromisso da sociedade em fiscalizar e cobrar as ações necessárias. É fato inegável que o não cumprimento da Lei inviabiliza, na escola, o andamento dos serviços oferecidos. Como dito anteriormente, a rede municipal ainda não está estruturada para atender alunos com transtornos globais, educativos e psicológicos, o que já vem acontecendo há bastante tempo. Além dessa dificuldade, existe a inabilidade de pais para lidar com as deficiências dos seus filhos, acreditando ser mais um transtorno levá-los para os atendimentos.

Outro fator ainda mais agravante são as condições dos pais, os quais não possuem recursos financeiros para começar ou concluir o tratamento. A falta de transporte, local inadequado para atendimento e a falta de profissionais especializados dificultam o diagnóstico das crianças. Quando acontece, é para pouquíssimos estudantes. Nesse sentido, a parceria entre as diversas instituições deve ser eficaz, dando condições para que os pais tenham motivação no processo de acompanhamento dos filhos e, conseqüentemente, no processo de inclusão. De modo que os mesmos possam desfrutar dos serviços que escola oferece nas mesmas condições de uma criança considerada normal.

*Inclusão social é adaptar todo um conceito social para receber qualquer tipo de deficiência – seja ela mental, física,*

*visual, auditiva – nas turmas regulares de ensino, preparando-os de forma adequada para recebê-los. Infelizmente os professores não são capacitados para tal (T. S., Professor).*

O serviço de transporte escolar não possui elevador para cadeirantes, as escolas, em sua maioria, não possuem banheiros adaptados. Motivos suficientes para uma revisão detalhada das políticas de educação especial no município, que leve em consideração a formação do profissional, um planejamento com base no diagnóstico do quadro da situação dos deficientes na escola, a organização pedagógica e a definição de metas a serem alcançadas.

Está contido na meta do Plano Nacional de Educação:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL, 2014).

No entanto, os dados nacionais não condizem com a realidade, visto que muitas crianças portadoras de deficiências globais não frequentam a escola e as que frequentam não são declaradas no censo escolar. Sem contar aquelas que os pais não admitem como portadores de algum tipo de deficiência, mesmo com o diagnóstico profissional. Existindo, a partir de então, um mapeamento local das crianças confirmadas ou suspeitas de apresentar determinadas deficiências, espera-se que o atendimento que necessitam seja realizado.

A resolução dessas demandas faria com que determinadas situações de constrangimento fossem amenizadas no processo de inclusão educacional, principalmente em termos de aceitação da diferença e do combate ao preconceito.

Normalmente, quando uma criança deficiente entra na escola regular, os pais tem a preocupação em saber se a mesma vai receber a atenção necessária e especializada, tanto dos colegas de turma quanto dos professores. Estes últimos, sem estrutura, logo se deparam com situações de discriminação e preconceito dos colegas, não sabendo como conduzir a situação. Como o docente pode ajudar as

crianças portadoras de necessidades especiais sem o conhecimento necessário para resolver esse tipo de situação? Nesse contexto, ele se torna responsável por diversos processos, muitos dos quais não fazem parte de sua função.

É necessário reconhecer que a rede pública de ensino ainda apresenta deficiências graves. Os programas educacionais geralmente não priorizam o aluno especial; não existem políticas públicas educacionais para combater as situações de discriminação e dos preconceitos que acabam destruindo a autoestima do portador de deficiência. Sendo assim, a inclusão acontece de forma precária e aleatória, sem monitoramento e sem garantia da permanência.

Faz-se necessário uma reflexão profunda sobre a educação especial. De maneira que todos os responsáveis (governos, escola e família) possam encarar o problema em conjunto, assumindo cada um suas responsabilidades, procurando desenvolver políticas efetivas, que assegurem os direitos dessa população, a qual se encontra excluída do processo de ensino e da sociedade. Incluir não é apenas depositar o aluno especial na escola. Incluir é dar condições a este e ao docente de desenvolver um aprendizado com qualidade.

Tabela 19: Tipos de deficiência na Rede Municipal de Ensino - ano 2015

| <b>Auditiva</b> | <b>Física</b> | <b>Mental</b> | <b>Hiperatividade</b> | <b>Autista</b> |
|-----------------|---------------|---------------|-----------------------|----------------|
| 05              | 01            | 14            | 28                    | 05             |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

### 1.3.2. Política de Alfabetização

Podemos falar em política de alfabetização partindo do entendimento de que começamos a organizar as ações no âmbito da rede pública municipal de Salinas da Margarida, de modo atender às demandas dos anos iniciais assumindo o compromisso de alfabetizar as crianças até, no máximo, o 3º ano do ensino fundamental de 9 anos.

Em 2011, a Secretaria Municipal da Educação de Salinas da Margarida firma compromisso e parceria com a Secretaria da Educação do Estado da Bahia para a implementação do Programa Pacto pela Alfabetização, (Pacto com Municípios) estabelecido pelo Governo do Estado através do Decreto nº 12792/11.

Assim, também, com o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa em 2012, instituído pela Portaria nº 867 de 4 de julho de 2012, no seu Art. 2º estabelece que:

Ficam instituídas as ações do Pacto, por meio do qual o MEC, em parceria com instituições de ensino superior, apoiará os sistemas públicos de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios na alfabetização e no letramento dos estudantes até o final do 3º ano do ensino fundamental em escolas rurais e urbanas(...)

É preciso ressaltar a importância desses Programas para a alfabetização com letramento no Município, o qual tem alcançado resultados significativos e que, além da sua função precípua de garantir os direitos de aprendizagem, avança no eixo da formação continuada de professores alfabetizadores.

Entende-se como acertada a decisão de dar continuidade a estes programas, garantindo o direito das crianças e reconhecendo as políticas de estado que devem ser assumidas por todos como um bem comum para além dos interesses pontuais de cada gestão. Isso, com certeza, trouxe benefícios ao sistema público municipal de ensino, o qual ficou mais fortalecido para conquistar um ensino/aprendizagem com mais qualidade para todos.

Há, ainda, a necessidade de avançar na implementação do ciclo de alfabetização na sua plenitude institucional, garantindo a revisão dos espaços e tempos escolares, das propostas pedagógicas, bem como da utilização de todos os

recursos didáticos garantidos pelas ações dos programas de alfabetização acima citados.

O processo de acompanhamento das classes que compõem o ciclo de alfabetização se expressa nas sondagens internas realizadas pela equipe de coordenação local do Pacto/Pnaic e pelas avaliações externas, como a Provinha Brasil, o Avalie Alfa e a Alfabetização Nacional da Alfabetização.



### **1.3.3. Educação Integral**

A educação é por definição integral na medida em que deve atender a todas as dimensões do desenvolvimento humano e se dá como processo ao longo de toda a vida. Assim, educação integral não é uma modalidade de educação, mas sua própria definição. Nessa perspectiva, todos – escola, família, comunidade e a própria cidade – são educadores e aprendizes de um mesmo e colaborativo processo de aprendizagem.

No contexto da Educação integral, surge o Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, que se constitui como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação-Integral.

As escolas das redes públicas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal fazem a adesão ao Programa e, de acordo com o projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico: educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

No atual cenário da política educacional brasileira, onde a sociedade cada vez mais exige a garantia de acesso à proteção e desenvolvimento pleno como direito das crianças, adolescentes e jovens, a educação integral torna-se o centro do debate da política pública fundamentada na concepção de uma educação que desenvolve na sua integralidade aspectos físicos, afetivos, cognitivos, intelectuais e éticos.

No município de Salinas da Margarida, o programa Mais Educação teve início em 2012, com três escolas contempladas. Hoje, conta com onze, que atendem um total de 1.261 alunos participantes.

O programa visa o acompanhamento pedagógico, valorizando o ensino aprendizagem com o apoio metodológico das atividades pedagógicas e lúdicas realizadas pelos monitores, nos turnos matutino e vespertino com ações pautadas no planejamento e no fortalecimento do diálogo entre escola e comunidade .

### PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO 2012/2013

| ESCOLAS                                | ALUNOS ATENDIDOS | MONITORES |
|--|------------------|-----------|
| CENTRO EDUC PERMINIO DE SOUZA FERREIRA | 100              | 5         |
| ESCOLA MODELO DE SALINAS               | 97               | 5         |
| ESCOLA WALDEMIRO TELES FERREIRA        | 72               | 5         |
| <b>TOTAL</b>                           | <b>269</b>       | <b>15</b> |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

### PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO 2014

| ESCOLAS                                       | ALUNOS ATENDIDOS | ANO DE ADEÇÃO |
|---|------------------|---------------|
| CENTRO EDUC PERMÍNIO DE SOUZA FERREIRA        | 250              | 2012          |
| ESCOLA MODELO DE SALINAS                      | 115              | 2012          |
| ESCOLA WALDEMIRO TELES FERREIRA               | 78               | 2012          |
| ESCOLA PROFESSOR VALDEMAR ALVES               | 125              | 2014          |
| ESCOLA MUNICIPAL DR JOSÉ DE FIGUEREDO         | 95               | 2013          |
| ESCOLA MUNICIPAL CLODOALDO BRITO              | 83               | 2013          |
| ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO   | 153              | 2013          |
| ESCOLA MODELO DE CONCEIÇÃO                    | 82               | 2013          |
| ESCOLA MODELO DE ENCARNAÇÃO                   | 71               | 2013          |
| ESCOLA NOSSA SENHORA DE ENCARNAÇÃO            | 181              | 2013          |
| ESCOLA MUNICIPAL ERALDO TINOCO                | 103              | 2013          |
| ESCOLA MUNICIPAL RANULFO DOMICIANO DOS SANTOS | 75               | 2014          |
| ESCOLA MUNICIPAL CONCEIÇÃO FERREIRA           | 56               | 2014          |

|   |             |             |
|---|-------------|-------------|
| ESCOLA MUNICIPAL<br>JANUÁRIO ELEODRO DE<br>LIMA | 78          | 2014        |
| <b>TOTAL</b>                                    | <b>1544</b> | <b>2014</b> |

**Fonte: Secretaria Municipal de Educação**

Os monitores que desenvolvem as oficinas passam por uma seleção após a divulgação pela Secretaria Municipal de Educação. O processo de seleção acontece considerando a formação específica dos candidatos, seus saberes, habilidades e competências e, aliado a esses critérios, o envolvimento social na comunidade, através da experiência na realização de trabalhos comunitários.

Esses monitores desenvolvem seu trabalho com os estudantes, geralmente, no turno oposto à escola regular. Com a carga horária de 15 horas semanais em efetiva atividade, são remunerados mensalmente após apresentar os documentos exigidos pelo programa, relatório de atividade mensal e frequência. São supervisionados pelo coordenador local e pela equipe gestora da escola.

O apoio financeiro ao Programa Mais Educação é realizado através de transferências bancárias por intermédio do PDDE/Integral para implementação do Programa e divididos em 2 categorias, assim distribuídas:

#### CUSTEIO

- ✓ Ressarcimento dos monitores
- ✓ Despesas de transportes e alimentação dos monitores responsáveis pelos desenvolvimentos das atividades
- ✓ Materiais pedagógicos, conforme os Kits sugeridos
- ✓ Aquisição de materiais de consumo e contratação de serviços necessários ao desenvolvimento da educação integral

#### CAPITAL

- ✓ Aquisição de bens ou materiais de acordo com os Kits sugeridos,
- ✓ Bens necessários ao desenvolvimento das atividades.
- ✓ Viagens e atividades culturais

O valor transferido às escolas em custeio e capital é calculado por número de alunos inscritos no Programa e destinados à compra de outros materiais

permanentes, de consumo e a contratação de serviços necessários ao desenvolvimento das atividades.

| Nº de Estudantes | Valor em Custeio R\$ | Valor Capital R\$ |
|------------------|----------------------|-------------------|
| Até 500          | 3.000,00             | 1.000,00          |
| 501 a 1000       | 6.000,00             | 2.000,00          |
| Mais de 1000     | 7.000,00             | 2.000,00          |

P

or  
ex  
em  
plo  
, a  
esc

ola que realiza atividade em outro espaço da cidade, cinema, teatro ou museu necessita deslocar os estudantes para o desenvolvimento da atividade. Então pode utilizar o recurso previsto na tabela acima para aluguel de ônibus, transportar os estudantes até o local da atividade, custear e a entrada dos mesmos, quando for cobrada a taxa específica, sendo que este recurso não pode ser utilizado para o transporte escolar de casa para a escola e vice-versa.

As atividades desenvolvidas pelas escolas do município de Salinas da Margarida foram selecionadas pelas equipes gestoras, conselhos escolares, alunos e membros da comunidade, sendo as oficinas selecionadas pelas escolas. O Macrocampo Acompanhamento Pedagógico é obrigatório e possui, agora, apenas uma atividade que contempla as diferentes áreas do conhecimento, envolvendo todas as atividades dispostas anteriormente (alfabetização, matemática, história, ciências, geografia, e línguas estrangeiras), denominada Orientação de Estudos e Leitura, escola urbana, do campo de conhecimento e escola do campo.

As demais selecionadas, tais como música, informática, desenho, Educação Patrimonial, Futebol, Futsal, pintura, capoeira, artesanato, percussão, brinquedoteca, karatê, teatro, contos, fotografia, rádio escolar, arte corporal e jogos, arte gráfica e literatura, canteiros sustentáveis, esporte na escola, atletismo e múltiplas vivências esportivas (basquete, futsal, futebol, handebol, voleibol e xadrex), são denominadas pelo Programa Segundo Tempo.

As atividades são realizadas no turno oposto ao das atividades do turno regular, tendo o acompanhamento de um coordenador local que trabalha juntamente com a equipe gestora da escola e que são acompanhados pelos técnicos da Secretaria de educação Municipal. Estes têm a responsabilidade de coordenar as atividades realizadas nas escolas participantes do programa, no âmbito da Secretaria de Educação, responsáveis por acompanhar a disponibilização das senhas, o preenchimento de dados pelos representantes das escolas, normalmente diretores, a tramitação dos documentos no SIMEC e a confirmação do plano consolidado.

O programa atende a onze escolas. Uma de educação infantil, três de Fundamental I, sete de de Fundamental II, sendo quatro localizadas na zona urbana e sete na zona rural, atendendo um total de 1.261 estudantes contemplados pelo programa.

O programa possui algumas dificuldades, tais como ausência de espaços físicos adequados para a oferta de Educação Integral. Esses espaços são alugados pela Prefeitura Municipal, mas nem sempre garantem o bom funcionamento do Programa.

#### **QUADRO DEMOSNTRATIVO DE ESCOLAS E ALUNOS ATENDIDOS**

| <b>Quadro ESCOLAS</b>                         | <b>Nº ALUNOS</b> |
|---|------------------|
| CENTRO EDUCACIONAL PERMÍNIO DE SOUZA FERREIRA | 150              |
| CLODOALDO BRITO                               | 155              |
| CONCEIÇÃO FERREIRA DO NASCIMENTO              | 55               |
| DR. JOSE DE FIGUEREDO                         | 131              |
| ERALDO TINOCO                                 | 100              |
| MODELO DE CONCEIÇÃO                           | 82               |
| MODELO DE ENCARNAÇÃO                          | 78               |

|                             |                 |
|-----------------------------|-----------------|
| MODELO DE SALINAS           | 178             |
| <b>COORDENADORES LOCAIS</b> | <b>11</b>       |
| <b>TUTORES</b>              | <b>44</b>       |
| <b>TCNICO DA SECRETARIA</b> | <b>01</b>       |
| <b>COORDENADOR GERAL</b>    | <b>01</b>       |
| NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO  | 152             |
| NOSSA SENHORA DA ENCARNAÇÃO | 125             |
| WALDEMIRO TELES FERREIRA    | 55              |
| <b>TOTAL:</b>               | <b>1.261,00</b> |

#### QUADRO DEMONSTRATIVO DE EQUIPE TÉCNICA E PEDAGOGICA

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

#### QUADRO DEMOSNTRATIVO DE OFICINAS OFERECIDAS

Acompanhamento pedagógico  
obrigatório

|                 |  |  |
|-----------------|--|--|
| <b>OFICINAS</b> | Campo do conhecimento rural, Orientação de leitura urbana, Música,, Informática, Desenho, Educação patrimonial, futebol, futsal, pintura, capoeira, artesanato, percussão, brinquedoteca, karatê, teatro, contos, fotografia, radio escolar, arte-coorporal, jogos, arte-gráfica, literatura, canteiro sustentável, esporte na escola, atletismo, Múltiplas vivencias esportivas (basquete, futsal, futebol, handebol, voleibol e xadrez), . | Essas são denominadas pelo programa <b>SEGUNDO TEMPO</b> |
|-----------------|--|--|

**Fonte: Secretaria Municipal de Educação**

#### 1.3.4. Educação de comunidades Pesqueiras

*“porque tudo que eu tinha lido eram livros nos quais os personagens eram estrangeiros, eu convenci-me de que os livros, por sua própria natureza, tinham que ter estrangeiros e tinha que ser sobre coisas com as quais eu não podia me identificar. Bem, as coisas mudaram quando eu descobri livros africanos (...). O que a descoberta de escritores africanos fez por mim foi: salvar-me de ter uma única história do que os livros são”.*

(Trecho do discurso de Chimamanda Adichie, escritora nigeriana, em ocasião do evento Technology, Entertainment and Design (TED))

Antes de falar de educação, de construção de plano, de currículo, conteúdo e também de escola, vale fazer um preâmbulo, trazendo a nossa reflexão algumas perguntas que impulsionará a inclusão de elementos, como **identidade, multiculturalismo, saber tradicional**. Os elementos mencionados certamente nos auxiliarão na fundamentação de argumentos coerentes para subsidiar nossas propostas.

Aprendemos nas mais diferentes esferas sociais, porém é a escola que nos coloca em evidência como o locus privilegiado de aprendizagem e, o que é um problema, o que mais suscita um modelo de letramento que, via de regra, exclui outras práticas sem conseguir considerar diversos usos da linguagem, modo que fazem sentido, que caracterizam as histórias e trajetórias de letramento dos diferentes grupos sociais. (SOUZA, 2014, p.)

O trecho acima, da professora Ana Lucia Souza, nos provoca a pensar os processos de letramento considerando o elemento **escola** como o lugar da educação formal e que ‘descarta’ o conhecimento/aprendizado que os indivíduos já adquiriram antes mesmo de entrar nesse espaço. Vamos refletir a educação de forma mais ampla, usando o método dos **‘porquês’**, ainda que no primeiro momento eles não tenham uma resposta objetiva ou satisfatória:



- ✓ Por que a escola, educação formal, é um importante instrumento de alienação?
- ✓ Por que, mesmo depois de dezessete anos de conquista da lei 10639/03 e sete anos da lei 11645/08, ainda existe resistência para implementação do ensino da história e cultura afro brasileira e indígena?
- ✓ Porque a educação formal nos obriga a estudar e conhecer a formação e desenvolvimento do continente europeu (como exemplo as histórias de Roma e Grécia), mas nega a importância do continente africano para construção econômica e social do mundo e silencia todo o seu desenvolvimento?
- ✓ Porque ainda se ensina nos ambientes de educação formal, respaldados por materiais didáticos oficiais, uma história errônea do descobrimento do Brasil com vários estereótipos e mitificações, subjugando os habitantes naturais dessas terras a meros seres primitivos e em favor de um eurocentrismo colonialista destruidor de povos e culturas?
- ✓ Porque o educador popular Paulo Freire, reconhecido mundialmente pela sua práxis educativa através de numerosas homenagens, inclusive recebendo o título de doutor *Honoris Causa* por vinte e sete universidades, foi expulso do Brasil?
- ✓ Porque educamos para o mercado e não para a vida? O que está por trás de uma educação tecnicista?
- ✓ Porque o ensino da **literatura** nas escolas não engloba as literaturas negras, marginal e periférica bem como a importância de escritores como Carolina de Jesus, Cuti, Ferréz, José Carlos Limeira e Conceição Evaristo?

A pesca artesanal é a mais importante atividade econômica de Salinas da Margarida. O município tem uma população adulta e ativa de, em média, oito mil

habitantes. Destes, cerca de seis mil são pescadores e pescadoras. Além disso, a pesca é um dos mais importantes patrimônios culturais do nosso povo, mas por que o currículo escolar do município não valoriza esse saber local e tradicional? E mais: por que as escolas só tratam esse tema de modo folclórico em datas comemorativas? Porque, mesmo diante da importância nutricional e de uma obrigatoriedade nos territórios tradicionais, os produtos da pesca, mariscagem e agricultura familiar não são incluídos na merenda escolar?

São tantos porquês e poucas respostas! Ou, quando elas aparecem, reproduzem discursos ideológicos conservadores. Mas, entre as poucas respostas, podemos afirmar que a escola, enquanto espaço de educação formal, sempre foi um para poucos e as políticas ainda são construídas por poucos para favorecer interesses que não são da maioria.

Essa escola ainda é um ambiente elitista, racista, excludente e que está a serviço da manutenção das superestruturas, do capital e do sistema.

Aqui em Salinas, muitos/as de nós somos frutos de uma escola que nos mandou estudar para não sermos pescadores/as como nossos pais. De uma escola que negou a importância do território pesqueiro e dos elementos que o identificam. Homens e mulheres foram constrangidos/as a negar sua identidade e isso nos trouxe um passivo muito grande: prejuízos de caráter étnico racial e nos direitos trabalhistas e previdenciários, além de inviabilizar o acesso às políticas públicas específicas de saúde, educação entre outras.

Grande parte dos pescadores/as com mais de 40 anos, que desenvolve a atividade pesqueira desde a infância, tem documentação profissional com menos de dez anos por ter sido levado a ocultar sua identidade (se identificavam como donas de casa, as mulheres), além de pensar que não valia à pena lutar pelos seus direitos.

O município de Salinas da Margarida é um Território Pesqueiro Tradicional. Algumas comunidades se identificam e se reconhecem quilombola, inclusive com o reconhecimento oficial pela Fundação Cultural Palmares em processo. A maioria da população é negra e vive da atividade pesqueira. A pesca e a mariscagem, atividade milenar, historicamente, moveu a economia do município e representa a principal identidade cultural do nosso povo.

A pesca artesanal tem significativa importância no município de salinas da Margarida e no Brasil, e cerca de 70% do pescado nacional vem da pesca artesanal.

Os pescadores e pescadoras são produtores de alimentos, responsáveis pela soberania alimentar do povo brasileiro, conforme afirma o Movimento Nacional dos Pescadores e Pescadoras.

Para além de romantismo e resistência a processos inclusivos, no que cerne a educação, é necessário atentar para o que indica explicitamente os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) referentes à importância de considerar a diversidade de raça, gênero e contextualização do Currículo, como também absorver as Orientações Curriculares Nacionais (2006) e observar também o que orienta a SEPIR, SEPRMI, Conselho Estadual para Povos e Comunidades Tradicionais e Conselho das Comunidades Negras e Fundação Cultural Palmares sobre a educação nos territórios tradicionais.

Recentemente, a subprocuradora Geral da República, coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Dr<sup>a</sup> Deborah Duprat, emitiu uma nota técnica referente ao objeto MP 665/14, exigindo olhar específico para os pescadores e pescadoras e afirmando sua identidade tradicional. A nota subsidia o debate e fortalece a luta dos/as pescadores/as artesanais.

O Movimento Nacional dos Pescadores e Pescadoras propõe e está 'tocando' uma Campanha Nacional de Regularização dos Territórios Pesqueiros, que tem como objetivo identificar e garantir os territórios tradicionais dos pescadores e pescadoras artesanais com efetiva implementação das políticas públicas específicas que possibilite a visibilidade e empoderamento deste importante grupo social.

Conforme ampla abordagem, leis nacionais e internacionais propõem, orientam e determinam políticas específicas para os povos e comunidades tradicionais. No que tange especificamente a política de educação, entende-se que ela deve ser inclusiva, respeitosa do saber tradicional e do multiculturalismo. Uma política educacional que deve estar atenta aos impactos sociais e ambientais que afetam a comunidade escolar e que, sobretudo, deve dialogar com a luta legítima da sociedade civil.

Considerando que a pesca tem a relevância acima mencionada, os pescadores e pescadoras representam a memória viva do município e existe uma relação peculiar e profunda com as águas.

É imprescindível que **o currículo contemple elementos como a pesca artesanal, o saber tradicional, as águas, o mangue a maré. Na verdade, estes devem ser os elementos centrais no currículo.**

A sociedade brasileira tem uma dívida histórica com os pescadores e as pescadoras. Esta dívida precisa ser reparada a fim de construirmos uma sociedade mais digna e mais humana, pautada no projeto do bem viver defendido pelos povos e comunidades tradicionais (pescadores/as, quilombolas, indígenas, ribeirinhos).

Estamos travando uma luta para superar o que Eliane Cavalleiro, professora adjunta da universidade de Brasília, identifica e conceitua no prefácio de *A África que Incomoda*, de Carlos Moore, como

“busca para recuperação da humanidade negada, da história e da cultura destruída durante séculos de escravidão e colonização. Somos a África que incomoda, por assumir com orgulho, sua negritude e a reivindica com orgulho para sair da dependência cultural ocidental alienante de interiorização contra nós forjada”.

A partir da década de 60, conforme partilha das experiências dos levantes populares, começam as lutas contra a lógica excludente existente no Brasil, de uma educação de direito de poucos. Paulatinamente, essa luta avança e também avançam as conquistas significativas. Entretanto, muito ainda está por fazer, visto que mesmo a educação formal, hoje, sendo mais acessível, ainda se manifesta de forma pouco efetiva e não contextualizada. Educamos para as pessoas venderem sua força de trabalho, produzir mais valia e serem espremidos até a morte.

Paulo Freire foi um importante aliado da luta da classe trabalhadora pela implementação de uma educação popular. Uma educação onde todos fossem parte e onde o povo abrisse as portas e dissesse qual conteúdo é aplicável a sua realidade. Neste processo, a leitura de mundo tinha destaque maior que a leitura das palavras. A capacidade de posicionamentos críticos era estimulada. Paulo Freire, como o próprio definiu, “mudou de esquina, mas não mudou de luta”. Que o método organizado por ele nos inspire! Alguns instrumentos já foram conquistados, como PRONERA e educação quilombola. Vale adequá-los.

A educação formal tem sentido quando serve para fortalecer a identidade do povo no território onde ela se aplica. Não é possível acreditar, defender ou apoiar processos educativos e curriculares se estes estão calcados em princípios conservadores, elitistas e excludentes. Uma educação que utiliza ideologias preconceituosas, que fortalece padrões hegemônicos, culturas degradantes e capitalista, destruidoras do ambiente e da vida não é educação, pode até ser informação, mas sobretudo é ausência de conhecimentos.

### **1.3.5. Qualidade da Educação Básica**

A educação básica no Brasil, ao longo dos últimos anos, tem sido alvo de vários debates sobre a qualidade, o investimento e a criação de diversos programas. Normalmente, o que tem se pensado em termos dessas mudanças tem forte relação com as condições socioeconômicas dos brasileiros, com a distribuição da renda e da riqueza no país e, de um modo geral, acredita-se que ações como essas determinam o acesso e a permanência dos estudantes na escola, condição essencial para mudança do quadro de desigualdade social existente.

Compreende-se por educação básica as modalidades de ensino que vão desde a educação infantil ao ensino médio. Nesse aspecto, esse campo “tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meio para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996). Nesse sentido, o que é relevante refletir neste documento são os princípios que alicerçam o exercício da cidadania dos salinenses, através do acesso ao ensino público e o investimento na qualidade da educação.

A Constituição Federal de 1988, através da Lei nº 9.394/96 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), no artigo 11, estabelece a autonomia dos municípios, considerando que os mesmos “incubir-se-ão de organizar, manter e

desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados”.

Com esse objetivo, para avaliar a qualidade da educação básica no município de Salinas da Margarida-BA, faz-se necessário indicar as condições que garantem a qualidade do ensino, quais sejam:

- verificação do atendimento à demanda por matrículas nas diversas modalidades de ensino;
- qualidade na infraestrutura das escolas;
- qualificação e valorização dos profissionais em educação;
- formação pedagógica adequada às modalidades de ensino;
- conhecimento e aplicabilidade da gestão democrática do ensino;
- diálogo entre família, comunidade e escola;
- condições de equidade para todos.

Para refletir sobre esses tópicos, no entanto, convém ter conhecimento do quadro situacional da rede municipal de ensino.

Atualmente, a rede municipal possui 28 (vinte e oito) unidades educacionais em funcionamento: 23 (vinte e três) são da rede pública municipal, 01 (uma) da rede estadual, 03 (três) são particulares e 01 (uma) filantrópica.

Dentre as unidades municipais, 08 (oito) são creches (três funcionam com pré-escola), 03 (três) são escolas de educação infantil, 08 (oito) são do ensino fundamental I (uma com educação infantil) e desenvolvem Educação de Jovens e Adultos (EJA) e 04 (quatro) atendem o ensino fundamental II.

Pelo menos, 14 (quatorze) escolas de ensino fundamental I aderiram ao Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PACTO/PNAIC), do governo federal. 10 (dez) escolas possuem laboratório de informática, porém, apenas 02 (dois) em funcionamento. Além dessas escolas, existe 01 (uma) no distrito de Encarnação que está abrigoando um núcleo do ensino médio em parceria com a escola da rede estadual.

Tabela 20: Unidades Educacionais no Município de Salinas da Margarida-BA/Ano 2015

| <b>UNIDADE EDUCACIONAL</b>                       | <b>DEPENDÊNCIA</b> | <b>LOCALIDADE</b> | <b>REGIÃO</b> |
|--|--------------------|-------------------|---------------|
| Centro Educacional Evangélico Integrado          | Particular         | Sede              | Urbana        |
| Centro Educacional Permínio de Souza Ferreira    | Rede Municipal     | Sede              | Urbana        |
| Colégio Estadual Juracy Magalhães                | Rede Estadual      | Sede              | Urbana        |
| Comunidade beneficente de São Roque do Paraguaçu | Filantrópica       | Sede              | Urbana        |
| Cooperativa Educacional de Salinas da Margarida  | Particular         | Porto da Telha    | Urbana        |
| Creche Edvaldo Gomes de Assis                    | Rede Municipal     | Conceição         | Rural         |
| Creche Municipal Casa de Belém                   | Rede Municipal     | Encarnação        | Rural         |
| Creche Municipal Casa de Nazaré                  | Rede Municipal     | Cairu             | Rural         |
| Creche Municipal Criança Feliz                   | Rede Municipal     | Sede              | Urbana        |
| Creche Municipal Professora Helena S. de Queiroz | Rede Municipal     | Conceição         | Rural         |
| Creche Municipal Sementes da Alegria             | Rede Municipal     | Porto da Telha    | Urbana        |
| Creche Municipal Tio Reizinho                    | Rede Municipal     | Encarnação        | Rural         |
| Creche Municipal Valdelice Pereira dos Santos    | Rede Municipal     | Cairu             | Rural         |
| Escola Clodoaldo Brito                           | Rede Municipal     | Cairu             | Rural         |
| Escola Conceição Ferreira do Nascimento          | Rede Municipal     | Encarnação        | Rural         |
| Escola Dr. José de Figueredo                     | Rede Municipal     | Porto da Telha    | Urbana        |
| Escola Eraldo Tinoco                             | Rede Municipal     | Encarnação        | Rural         |
| Escola Januário Eleodoro de Lima                 | Rede Municipal     | Cairu             | Rural         |
| Escola Modelo de Conceição                       | Rede Municipal     | Conceição         | Rural         |
| Escola Modelo de Encarnação                      | Rede Municipal     | Encarnação        | Rural         |
| Escola Modelo de Salinas                         | Rede Municipal     | Sede              | Urbana        |
| Escola Municipal Cantinho do                     | Rede Municipal     | Conceição         | Rural         |

|   |                |            |        |
|---|----------------|------------|--------|
| Saber   |                |            |        |
| Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição       | Rede Municipal | Conceição  | Rural  |
| Escola Municipal Professor Valdemar Alves Menezes | Rede Municipal | Sede       | Urbana |
| Escola Municipal Sementinha do Saber              | Rede Municipal | Sede       | Urbana |
| Escola Nossa Senhora da Encarnação                | Rede Municipal | Encarnação | Rural  |
| Escola Waldemiro Teles Ferreira                   | Rede Municipal | Sede       | Urbana |
| Escolinha Vila Sésamo                             | Particular     | Sede       | Urbana |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Quanto à infraestrutura, algumas escolas apresentam dificuldades com infiltração, impedidas de funcionamento provisório ou com aulas acontecendo em locais emprestados por outras secretarias. Em geral, os projetos de construção não são acompanhados por um profissional da secretaria de educação, pela direção ou pela coordenação pedagógica das escolas. Esse fator dificulta o olhar pedagógico sobre as obras realizadas.

As escolas necessitam, ainda, de espaços recreativos, bibliotecas, sala de professores, refeitório, troca de tanques e política de utilização das quadras poliesportivas. Há, também, dificuldades com a manutenção de serviços, como pintura, consertos de banheiro, caixa de gordura, etc. Falta equipe da Secretaria de Educação para este fim.

Os recursos para a resolução desses problemas, apesar de estarem direcionados à Secretaria de Educação, são geridos pela Secretaria de Finanças, dificultado o acesso imediato para a implementação dessas ações.

A merenda escolar possui a seguinte logística: os gêneros alimentícios são adquiridos por meio de Processo licitatório e chamada pública mediante condições estabelecidas na lei federal nº. 10.520/02 e subsidiariamente lei federal nº 8.666/93 e nos termos do artigo 14 da Lei nº 11.947/09, respectivamente.



O nutricionista descreve todos os itens e a quantidade a ser adquirida durante todo o ano, baseando-se no regulamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para embalagens de alimentos. Com a participação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), o profissional elabora o cardápio baseado nos objetivos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), como a oferta do alimento, a contribuição para a promoção de hábitos alimentares saudáveis e o atendimento às necessidades nutricionais dos alunos, no período em que permanecem na escola.

A definição do cardápio significa estabelecer o que as crianças vão comer na alimentação escolar, observando peculiaridades quanto a hábitos e restrições alimentares, a oferta e produção de gêneros alimentícios da região, a estrutura da cozinha para a preparação dos alimentos e a quantidade de funcionários.

A autorização de fornecimento dos itens é baseada nas preparações que compõem o cardápio mensal das Escolas, Creches, Mais Educação e do Programa Brasil Alfabetizado, observando as particularidades de cada modalidade de ensino.

Após elaboração do cardápio, é feita a programação de compra, que se dá através de autorização de fornecimento emitida pelo nutricionista, assinada pelo prefeito, secretário de educação e secretário da fazenda, posteriormente enviada para os fornecedores.

Os hortifrúteis são entregues às escolas quinzenalmente, os cereais, frios e a polpa de fruta mensalmente. A entrega dos hortifrúteis, devido a quantidade que é solicitada, por se tratar de 15 escolas, 8 creches e 11 unidades do Programa Mais Educação, ocorre durante o dia todo, o que ocasiona diversos transtornos, como carga horária excessiva, escolas fechadas e principalmente deterioração de diversos gêneros, devido ao binômio tempo-temperatura e a falta de equipamentos essenciais para a logística de entrega, como caixa vazada, paletes e carrinho para transporte de mercadorias.

A entrega dos frios não ocorre em veículo apropriado, o que acaba se tornando um risco para a saúde da clientela atendida pelo programa. Uma solução para essa questão seria a entrega desses itens pelo fornecedor às escolas ou a troca ou revestimento do baú do caminhão da alimentação escolar.

Alguns alimentos são entregues diretamente pelas empresas contratadas, como as polpas de fruta, por exemplo, sendo a ficha de distribuição feita previamente pelo nutricionista e acompanhada pela coordenadora da alimentação escolar.

A tarefa de garantir a qualidade da alimentação deve ser coletiva. Dela participam não só o nutricionista, mas também o CAE, a merendeira, a direção da escola, os professores, os alunos, os pais, enfim, todos os que fazem parte da comunidade escolar.

Compete ao nutricionista Responsável Técnico (RT) pelo Programa e aos demais nutricionistas lotados no setor de alimentação escolar coordenar e realizar, em conjunto com a direção e com a coordenação pedagógica da escola, ações de educação alimentar e nutricional (EAN). A Entidade Executora deverá oferecer condições suficientes e adequadas de trabalho para o profissional e cumprir os parâmetros numéricos mínimos de referência de nutricionistas por escolares, previsto na Resolução CFN nº 465/201.

As ações de Educação Alimentar e Nutricional são o conjunto de ações formativas, de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que objetiva estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo. Estão sendo planejadas ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), para serem aplicadas aos estudantes das pré-escolas do município.

A maioria das escolas precisa de estrutura adequada para receber os alimentos. Existe a necessidade de equipamentos e pessoal capacitado, pois não há o cumprimento do cardápio por uma parte significativa das merendeiras. Por esse motivo, é comum o acúmulo de alguns itens nas dispensas das escolas, dificultando a garantia de uma alimentação adequada para os estudantes.

O depósito está ainda em construção, precisando de adequação externa, por causa de roedores e insetos, de instalações elétricas, freezers, refrigeradores, prateleiras, ar condicionado, e não pode ser usado para outros fins além do qual se destina, tendo em vista que esses fatores podem vir a ocasionar diversos

problemas, principalmente danos à saúde da população que se beneficia com o consumo da alimentação escolar. É imprescindível a conclusão do depósito da alimentação escolar, pois o armazenamento de mercadorias é uma das etapas mais importantes do controle de qualidade de um serviço de alimentação e nutrição. As matérias primas devem ser armazenadas em condições cujo controle garanta a proteção contra contaminantes, a redução, ao mínimo, das perdas, a qualidade nutricional e a não deterioração dos produtos.

A rede municipal possui 04 (quatro) carros alternativos, 07 (sete) ônibus escolares e um para o transporte de professores, alguns necessitando de manutenção. Poltronas dos ônibus escolares precisam ser reformadas, fruto do dano causado pelos estudantes. Em geral, a frota consegue atender a demanda, porém, para atender melhor à população, há necessidade de manutenção de alguns carros. Os recursos destinados a essas ações são originados do Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e o Programa Estadual de Transporte Escolar (PETE).

Para facilitar o trabalho, a secretaria de educação, em 2014, criou uma coordenação, que cuida da logística do transporte, observando e administrando o controle das viagens dos estudantes, dos professores, das viagens para outras cidades e do abastecimento dos automóveis. Comumente, o abastecimento é realizado em um posto de gasolina que atende aos critérios de licitação regidos por lei.

Além das escolas, o município possui uma biblioteca pública, com acervo variado ainda não contabilizado e nem informatizado. Em geral, a instituição tem servido para atividades de leitura, pesquisa, eventos, reuniões, cursos, normalmente utilizada pelos mais variados grupos comunitários. No entanto, não existe ainda uma política de utilização do espaço, principalmente quanto às atividades de cunho literário. As poucas realizadas com essa finalidade são iniciativas das próprias funcionárias, as quais não possuem formação para atuar neste serviço.

Não há no histórico da educação de Salinas da Margarida-BA registro de que houve déficit no atendimento das demandas estruturais e pedagógicas.

Conforme dados da Secretaria de Educação e do INEP, a oferta da educação básica no município de Salinas da Margarida-BA contempla quase cem por cento de sua população. Objetivando alcançar a qualidade da educação e proporcionar à população os direitos garantidos na constituição, percebe-se que, através da adesão a alguns programas, a realidade tende a se modificar nos próximos anos, haja vista os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), passando de um quadro de 3.3 em 2011 para 4.1 em 2013, meta planejada para 2017.

Em termos qualitativos, porém, há, ainda, muito por fazer. Mesmo que seja possível perceber a atuação dos programas nas escolas, nem sempre o município oferece as condições estruturais e pedagógicas necessárias para a realização de um trabalho eficaz.

Ainda que os resultados do IDEB se demonstrem satisfatórios e a adesão a alguns programas (PDDE Escola, PDDE Estrutura, Mais Educação, Brasil Alfabetizado, EJA, PACTO/PNAIC, entre outros) tenham influenciado os percentuais de qualidade da educação, o município ainda precisa rever a infraestrutura das escolas, melhorar as condições de salário dos profissionais da educação, investir na qualificação profissional<sup>5</sup>, através de formação continuada de professores, gestores, secretários e pessoal de apoio; revisar a estrutura curricular e pedagógica das escolas, fomentar cursos de pós-graduação *scrito senso* e projetos de extensão em educação em parceria com universidades públicas. Incentivar a autonomia das escolas através de eleições para gestores, promover a autonomia dos conselhos escolares, do FUNDEB, da Alimentação Escolar e do Conselho Municipal de Educação.

Há necessidade de avaliação de desempenho do corpo de gestores escolares, fazendo um acompanhamento permanente, no sentido de orientar a implementação e afirmação da gestão democrática e a ampliação das informações sobre a utilização dos recursos financeiros da escola, aproveitando do

---

<sup>5</sup> Certificando-os ou adequando-os ao nível/modalidade de ensino para o qual foi capacitado(a). É muito comum encontrar nas escolas de ensino fundamental dos anos finais professores com formação em Pedagogia ministrando disciplinas específicas. Situações similares também ocorrem no ensino médio.

conhecimento adquirido em cursos de formação para gestores, a exemplo do PROGESTÃO. Ações como essas são de suma importância para o desenvolvimento da autonomia da instituição escolar do ponto de vista das políticas educacionais do município.

Diante do panorama apresentado, embora os números do IDEB apontem avanços significativos na educação municipal, verifica-se, ainda, uma discrepância entre os resultados e a realidade. Para se ter uma ideia, uma parcela considerável dos estudantes da rede pública de ensino no município tem dificuldade de interpretação. Esse fator é o ponto de partida para que os educandos não se desenvolvam em quaisquer disciplinas que impliquem o mínimo de reflexão, seja Português, Matemática, Geografia, História ou outras. Tal situação implica análises aprofundadas das avaliações externas e dos processos de atualização dos dados censitários, no sentido de garantir a confiabilidade das informações.

Tendo em vista o diagnóstico dessa situação, entende-se que a ausência de recursos ou investimento, seja na qualificação dos servidores em educação, seja na infraestrutura das escolas e/ou em outros serviços públicos, interferem de modo crucial na qualidade da educação.

Diante dessa responsabilidade, verifica-se que muito se faz necessário para se alcançar esses objetivos, do mesmo modo que atingir as demandas que norteiam o processo de qualificação da educação em todo o território brasileiro, e especificamente em Salinas da Margarida-BA, exige um conhecimento mais aprofundado sobre a realidade educacional do município e uma estruturação mais efetiva da rede de ensino.

Tabelas 21, 22, 23, 24: Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB)

**Anos Iniciais do Ensino Fundamental**

|                                   | IDEB Observado |      |      |      |      | Metas |      |      |      |      |
|-----------------------------------|----------------|------|------|------|------|-------|------|------|------|------|
|                                   | 2005           | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2007  | 2009 | 2011 | 2013 | 2021 |
| <b>Total</b>                      | 3.8            | 4.2  | 4.6  | 5.0  | 5.2  | 3.9   | 4.2  | 4.6  | 4.9  | 6.0  |
| <b>Dependência Administrativa</b> |                |      |      |      |      |       |      |      |      |      |

|                  |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
|------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| <b>Estadual</b>  | 3.9 | 4.3 | 4.9 | 5.1 | 5.4 | 4.0 | 4.3 | 4.7 | 5.0 | 6.1 |
| <b>Municipal</b> | 3.4 | 4.0 | 4.4 | 4.7 | 4.9 | 3.5 | 3.8 | 4.2 | 4.5 | 5.7 |
| <b>Privada</b>   | 5.9 | 6.0 | 6.4 | 6.5 | 6.7 | 6.0 | 6.3 | 6.6 | 6.8 | 7.5 |
| <b>Pública</b>   | 3.6 | 4.0 | 4.4 | 4.7 | 4.9 | 3.6 | 4.0 | 4.4 | 4.7 | 5.8 |

### Anos Finais do Ensino Fundamental

|                                   | IDEB Observado |      |      |      |      | Metas |      |      |      |      |
|-----------------------------------|----------------|------|------|------|------|-------|------|------|------|------|
|                                   | 2005           | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2007  | 2009 | 2011 | 2013 | 2021 |
| <b>Total</b>                      | 3.5            | 3.8  | 4.0  | 4.1  | 4.2  | 3.5   | 3.7  | 3.9  | 4.4  | 5.5  |
| <b>Dependência Administrativa</b> |                |      |      |      |      |       |      |      |      |      |
| <b>Estadual</b>                   | 3.3            | 3.6  | 3.8  | 3.9  | 4.0  | 3.3   | 3.5  | 3.8  | 4.2  | 5.3  |
| <b>Municipal</b>                  | 3.1            | 3.4  | 3.6  | 3.8  | 3.8  | 3.1   | 3.3  | 3.5  | 3.9  | 5.1  |
| <b>Privada</b>                    | 5.8            | 5.8  | 5.9  | 6.0  | 5.9  | 5.8   | 6.0  | 6.2  | 6.5  | 7.3  |
| <b>Pública</b>                    | 3.2            | 3.5  | 3.7  | 3.9  | 4.0  | 3.3   | 3.4  | 3.7  | 4.1  | 5.2  |

### Ensino Médio

|                                   | IDEB Observado |      |      |      |      | Metas |      |      |      |      |
|-----------------------------------|----------------|------|------|------|------|-------|------|------|------|------|
|                                   | 2005           | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2007  | 2009 | 2011 | 2013 | 2021 |
| <b>Total</b>                      | 3.4            | 3.5  | 3.6  | 3.7  | 3.7  | 3.4   | 3.5  | 3.7  | 3.9  | 5.2  |
| <b>Dependência Administrativa</b> |                |      |      |      |      |       |      |      |      |      |
| <b>Estadual</b>                   | 3.0            | 3.2  | 3.4  | 3.4  | 3.4  | 3.1   | 3.2  | 3.3  | 3.6  | 4.9  |
| <b>Privada</b>                    | 5.6            | 5.6  | 5.6  | 5.7  | 5.4  | 5.6   | 5.7  | 5.8  | 6.0  | 7.0  |
| <b>Pública</b>                    | 3.1            | 3.2  | 3.4  | 3.4  | 3.4  | 3.1   | 3.2  | 3.4  | 3.6  | 4.9  |

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Fonte: Saeb e Censo Escolar.

4ª série / 5º ano      8ª série / 9º ano

| Município ↕          | Ideb Observado |        |        |        |        | Metas Projetadas |        |        |        |        |        |
|----------------------|----------------|--------|--------|--------|--------|------------------|--------|--------|--------|--------|--------|
|                      | 2005 ↕         | 2007 ↕ | 2009 ↕ | 2011 ↕ | 2013 ↕ | 2007 ↕           | 2009 ↕ | 2011 ↕ | 2013 ↕ | 2015 ↕ | 2017 ↕ |
| SALINAS DA MARGARIDA | 2.4            | 2.5    | 2.9    | 3.0    | ***    | 2.4              | 2.6    | 2.9    | 3.3    | 3.7    | 4.0    |

| Município ↕          | Ideb Observado |        |        |        |        | Metas Projetadas |        |        |        |        |        |
|----------------------|----------------|--------|--------|--------|--------|------------------|--------|--------|--------|--------|--------|
|                      | 2005 ↕         | 2007 ↕ | 2009 ↕ | 2011 ↕ | 2013 ↕ | 2007 ↕           | 2009 ↕ | 2011 ↕ | 2013 ↕ | 2015 ↕ | 2017 ↕ |
| SALINAS DA MARGARIDA | 2.7            | 3.6    | 3.6    | 3.6    | 3.8    | 2.8              | 3.1    | 3.5    | 3.8    | 4.1    | 4.4    |

### 1.3.6. Educação de Jovens e Adultos

O Município de Salinas da Margarida oferta, de forma gratuita, o ensino para jovens e adultos no turno noturno e a suplência no diurno. Essa modalidade de ensino faz parte da grade curricular no ensino fundamental dos anos iniciais.

Em todos os turnos, é oferecido lanche e/ou café para todos os educandos, garantido assim, o direito a alimentação. O município ainda não oferece a EJA integrado à formação profissional, porém os estudantes são estimulados a dar continuidade no processo educacional, fazendo a formação continuada em cursos profissionalizantes em instituições de ensino profissional.

Periodicamente, os estudantes são avaliados através de exames. Busca-se, também, fazer o monitoramento dos mesmos em diversas áreas, como assistência social, saúde e proteção à juventude, a exemplo do conselho tutelar.

Toda a equipe que trabalha com a modalidade de jovens e adultos é mobilizada a divulgar o período de matrículas e o incentivo à permanência na escola, seja através das redes sociais e/ou visitas domiciliares, a fim de inserir maior número de jovens e adultos nesta modalidade. Em geral, é comum encontrar dificuldades em relação à construção das turmas, necessitando, assim, que o município, em parceria com as escolas e a comunidade, encontre maneiras de incluir toda a demanda de estudantes jovens e adultos em condição de alfabetização.

Nesse propósito, a Secretaria de Educação tem se ocupado continuamente da captação de recursos e de alternativas pedagógicas que intensifique a prática da Educação de Jovens e Adultos. Uma dessas iniciativas é a formulação de projetos que objetivam a inclusão de pessoas em situação de exclusão social, a exemplo dos presos, as quais precisam se beneficiar também desta oferta. Como indica Freire (1999, p. 77), “somos seres capazes de aprender [...]. Os únicos em que aprender é uma aventura criadora. [Nesse sentido], aprender, para nós, é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e a aventura do espírito”.

Nessa perspectiva, educadores e construtores de uma educação libertadora, mesmo sabendo das dificuldades diárias, devem buscar melhorar a nossa prática educacional com o objetivo de promover uma educação que, de fato, inclua jovens e adultos na escola, assegurando o direito à educação, conforme o que diz a legislação vigente.

Tabela 25: Situação da Educação de Jovens e Adultos no município/Anos 2013-2014

| Unidade Educacional                           | Ano  | Numero de Turmas | Alunos | Aprovados | Desistentes | Conservados | Transferidos | Falecidos |
|---|------|------------------|--------|-----------|-------------|-------------|--------------|-----------|
| Escola Waldomiro Teles Ferreira               | 2013 | 04               | 30     | 10        | 13          | 3           | 1            |           |
|   | 2014 | 04               | 32     | 12        | 18          | 00          | 00           |           |
| Centro Educacional Permínio de Souza Ferreira | 2013 | 04               | 173    | 57        |             | 06          | 1            |           |
|   | 2014 | 04               | 197    | 51        | 77          | 41          | 4            | 1         |
| Encarnação                                    | 2013 | 00               | 00     | 00        | 00          | 00          | 00           |           |
|   | 2014 |                  | 120    | 43        | 74          | 11          | 00           |           |
| Conceição                                     | 2013 | 00               | 00     | 00        | 00          | 00          | 00           |           |
|   | 2014 |                  | 108    | 21        | 66          | 16          | 5            |           |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação



### **1.3.7. Educação Profissional**

O campo da educação profissional em Salinas da Margarida, em termos oficiais, tem sua origem em 2011, com a chegada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA. Em 2014, a partir das demandas de serviços indicadas dentro de um empreendimento naval implantado em Enseada do Paraguaçu, região pertencente ao município de Maragojipe, próxima do município.

Inicialmente, o convênio realizado entre o IFBA e a Prefeitura Municipal de Salinas da Margarida (PMSM) atendeu, até maio de 2015, 873 (oitocentos e setenta e três) alunos e profissionais nos cursos de Informática na modalidade subsequente, no Programa CERTIFIC de certificação profissional em Preparo de Pescados - Higienização e nos cursos do PRONATEC em Solda, Programação Web, Desenhista Gráfico, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Recursos Humanos, Auxiliar Financeiro, Auxiliar de Cozinha, Almoxarife e Costureiro Industrial. Nesse período, o montante de recursos transferido a título de bolsas para os estudantes ultrapassou o valor de R\$ 496.000,00.

O curso técnico subsequente em Informática é fruto de convênio entre o IFBA e a PMSM, no qual o município assume o salário dos profissionais que ministram aulas, o investimento do material didático e a manutenção da estrutura física dos prédios e o IFBA assume a logística e a coordenação pedagógica dos cursos. Desse trabalho, a prefeitura municipal, junto a uma empresa de manutenção de micros, tem contribuído com a geração de bolsas para estagiários

oriundos dos cursos ministrados pelo IFBA e incentivado a criação de empresas do ramo.

Objetivando a ampliação das vagas em cursos profissionalizantes, a PMSM tem buscado conveniar com o IFBA a oferta do curso Técnico Subsequente em Administração.

A implantação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 2014, é, também, resultado de convênio firmado com a Prefeitura Municipal. O espaço construído com essa finalidade, abriga turmas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Entre os objetivos, está a continuidade à educação e à formação profissional de jovens, na perspectiva de encontrar uma vaga de emprego, seja na indústria naval, implantada nas proximidades do município, ou em qualquer empresa do setor produtivo e de serviços em geral.

Os cursos ministrados até então são os de Lixador, Almoxarife, Eletricista Industrial, Marceneiro, Caldeireiro e Encanador Industrial, Assistente de Planejamento e Controle de Produção. Em geral, os estudantes aprendem matérias comuns a todos os cursos, como Língua Portuguesa, Matemática básica e Empreendedorismo e Orientação Profissional e depois as disciplinas específicas.

Além das novas instalações físicas disponibilizadas, do fardamento e do material didático, todo aluno que tiver frequência comprovada durante os três meses de curso tem direito ao Auxílio Estudantil, que pode ser no valor de R\$ 480,00 ou R\$ 600,00.

## **2.4. EDUCAÇÃO SUPERIOR**

### **2.4.1. Ensino Superior**

*A educação superior é um referencial básico para o desenvolvimento econômico social, científico cultural de uma nação. Isso porque “nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior (PNE, 2001).*

O Ensino Superior constitui um grande desafio, sobretudo em relação ao papel que o profissional desempenha nas instituições de ensino. O Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014) estabelece uma política de formação dos profissionais da educação, buscando, assim, garantir que os agentes que fazem parte desse segmento possuam formação específica de nível superior nas áreas de conhecimentos que atuam. A política do novo PNE estabelece as metas e estratégias para se alcançar os percentuais desejados.

Nesse sentido, o município de Salinas da Margarida alimenta a experiência de elevação do acesso ao emprego digno, capaz de garantir o sustento familiar, desenvolvimento pleno do cidadão e a sua atuação efetiva na sociedade. Para isso, deve buscar a qualificação profissional e preparação para o trabalho, levando-se em consideração a vocação acentuada que seus munícipes têm especialmente no âmbito educacional.

A educação superior tem, entre outras finalidades, a de formar cidadãos nas diferentes áreas de conhecimento, capazes de serem inseridos no mercado de trabalho cada vez mais exigente. Na última década, a política de universalização do ensino superior, bem como de valorização e qualificação dos profissionais em educação, promoveu um crescente ingresso dos educadores nos cursos superiores. Assim, através de convênios e parcerias com o governo estadual, federal e instituições privadas de ensino superior, os municípios têm capacitado seus professores para garantir um ensino de melhor qualidade.

Na Rede municipal de ensino, existiam, até o ano 2000, 171 (cento e setenta e um) discentes estatutários e cento e cinquenta com função temporária distribuídos entre as 23 escolas municipais. Desses, 247 (duzentos e quarenta e sete) professores tinham formação em Magistério e oito com Formação Geral. Em 2000, implantou-se o curso de Pedagogia através do programa Rede UNEB 2000, que ofereceu o curso para os professores que atuavam nas séries iniciais do ensino fundamental. O curso de graduação em Pedagogia era ofertado no turno noturno, e permitia aos já inseridos no mercado de trabalho (que em sua maioria exerciam suas atividades profissionais durante o dia) freqüentar o ensino superior; paradoxalmente. Na primeira etapa, (2000 a 2003) foram graduados 70 (setenta professores) e na segunda (2003 a 2006) 99 (noventa e nove professores). O curso apresentou vários problemas na parte estrutural e pedagógica. Nem todos os alunos faziam parte de rede municipal e não tinham formação em magistério, o que acarretou problemas quanto ao estágio supervisionado. A parte estrutural não atendia aos anseios dos professores-alunos, bem como da coordenação do curso. Faltava água potável, transporte para locomoção dos professores formadores, acomodações edequadas, material didático, alimentação adequada, sala de informática com aparelhos em bom estado de conservação, uma linha telefônica para melhor comunicação com os professores, coordenador geral do curso e professores alunos. Além disso, não havia pessoal suficiente para desenvolver os trabalhos administrativos na sede onde funcionava o curso.

No período de 2004 a 2007, a Secretaria Municipal assinou convênio com a FACE – Faculdade de Ciências Educacionais e graduou 96 (noventa e seis) alunos com o curso Normal Superior. Como funcionava no mesmo prédio onde era

ofertado o curso de Pedagogia, os mesmos problemas estruturais e de pessoal foram observados.

No ano de 2005, foi implantado no município o instituto LUME que ofereceu cursos de Pedagogia, Filosofia e Administração. A Faculdade Zacarias de Góes substituiu o LUME e formou 142 (cento e quarenta e dois) alunos em Pedagogia e 66 (sessenta e seis) em Administração. A Faculdade Batista Brasileira – FBB, que também substituiu o LUME, formou 42 (quarenta e dois) alunos em Filosofia. Todos estes cursos foram mantidos pela Prefeitura Municipal.

O curso de Filosofia oferecido pela Faculdade Batista Brasileira- FBB, contemplou inicialmente, 46 (quarenta e seis) alunos. Sendo que, destes, quatro deixaram de freqüentar e, 42 (quarenta e dois) continuaram cursando. O curso de Pedagogia oferecido pela FAZAG – Faculdade Zacarias de Góes, contemplou inicialmente 210 (duzentos e dez) alunos. Destes, 103 (cento e três) deixaram de freqüentar e 107 (cento e sete) concluíram. A Faculdade Zacarias de Góes – FAZAG, então conveniada com a Prefeitura, ofereceu cursos de Enfermagem e Fisioterapia, hoje já em fase de conclusão.

. O curso de Pós-graduação oferecido pela FACE – Faculdade de Ciências Educacionais, contemplou inicialmente 36 (trinta e seis) alunos, sendo que destes, um aluno desistiu e 35 (trinta e cinco) concluíram.

Em 2010, os professores também foram beneficiados com cursos de capacitação através da Plataforma Freire/UNEB/Prefeitura, nas áreas de Letras contemplando 100 (cem) alunos em Matemática, História, Geografia, atendendo 50 (cinquenta) para cada uma delas. Os cursos são oferecidos nos finais de semana a partir de sexta à tarde.

No entanto, o curso perdeu certa credibilidade no município devido à falta de estrutura adequada para ministrar as aulas, hospedagem e alimentação para os professores formadores, greves da própria universidade, dificuldade de deslocamento dos alunos e mudanças constantes de coordenadores. Além disso, a estrutura física do prédio onde são ministrados os cursos não oferece as condições necessárias, não só para os professores-alunos, mas também aos professores formadores. Havia precariedade nas instalações físicas, tais como salas de aulas sem ventilação e sem lâmpadas, portas quebradas, quadros inapropriados,

bebedouros insuficientes para atender a demanda, ausência de um acervo bibliográfico, falta de internet e insuficiência de computadores.

Os alunos não conseguiram sustentar mais essa situação e, ao longo dos anos, foram desistindo. Hoje, o curso de Letras conta com uma clientela de 47 (quarenta e sete) alunos, 27 (vinte e sete) alunos de História, 17 (dezesete) alunos de Geografia e 20 (vinte) alunos de Matemática frequentando.

Até 2012, o quadro de docentes possuía 83% (oitenta e três por cento) dos professores já graduados em Pedagogia, 17% (dezesete por cento) dos educadores apenas com formação em Ensino Médio. Destes, 52 (cinquenta e dois) profissionais possuíam Pós-Graduação nas áreas de Psicopedagoga e Metodologia do Ensino Superior.

Em 2013, com o apoio da Secretaria Municipal de Educação, foi ofertado pela Faculdade Integrada do Brasil (FAIBRA), Instituição credenciada através do Programa de Educação Continuada – PROEC, os cursos de Pós-graduação *Latu sensu* em Gestão e Coordenação Pedagógica para 34 (trinta e quatro) alunos, agora já em fase de conclusão. Do total de matriculados, 32 (trinta e dois) alunos conseguiram concluir; Extensão Universitária na área de Pedagogia, com matrícula inicial de 63 (sessenta e três) alunos e quarenta e cinco cursando efetivamente; *Pós-graduação latu sensu* em Educação infantil com ingresso de 20 (vinte) alunos e em fase de conclusão com apenas dezesseis alunos frequentando. Os cursos citados acontecem na modalidade semipresencial e o município contribui com transporte para os estudantes e cessão de espaço físico.

Em 2014, também, foi oferecido cursos gratuitos de coordenação e gestão pedagógica pela UFBA para coordenadores pedagógicos atuarem como técnicos multiplicadores da secretaria municipal e coordenadores locais das escolas. O curso acontece na modalidade EAD com encontros presenciais a cada dois meses. Dos sete escritos, apenas 02 (dois) ainda estão cursando.

Seguem, abaixo, tabelas dos demonstrativos de professores que obtiveram graduação em nível superior e suas respectivas instituições de formação:

**Tabela 26: DEMOSNTRATIVO DE PROFESSORES EFETIVOS COM ENSINO SUPERIOR**

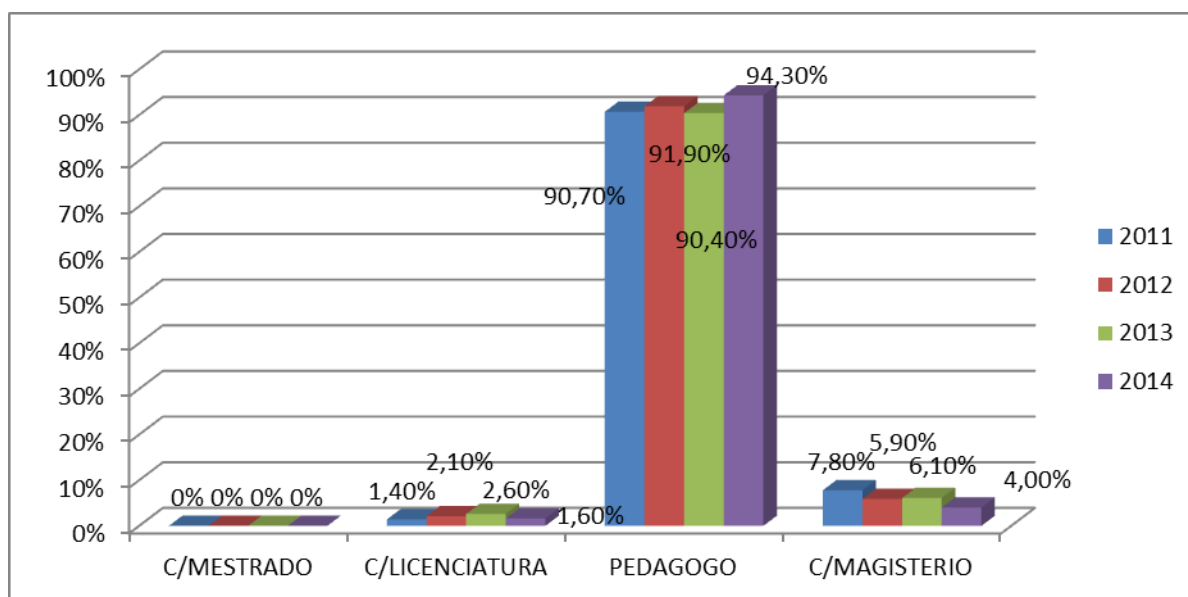
|                        | PERÍODOS |      |      |      |
|------------------------|----------|------|------|------|
|                        | 2011     | 2012 | 2013 | 2014 |
| <b>C/ MESTRADO</b>     | -        | -    | -    | -    |
| <b>C/ LICENCIATURA</b> | 03       | 05   | 07   | 04   |
| <b>C/GRADUAÇÃO</b>     | 186      | 217  | 238  | 233  |
| <b>C/ MAGISTÉRIO</b>   | 16       | 14   | 16   | 10   |
| <b>TOTAL</b>           | 205      | 236  | 261  | 247  |

Fonte: Prefeitura Municipal de Salinas da Margarida

Conforme observado na tabela acima, em 2011, do total de professores da rede, apenas 03 (três) possuíam licenciatura, 186 (cento e oitenta e seis) concluíram a graduação e apenas 16 (dezesesseis) tinham magistério. Em 2012, o número de licenciados aumentou para 05 (cinco), os graduados para 217 (duzentos e dezessete) e 14 (quatorze) com formação em magistério. Em 2013, houve um aumento muito significativo no número de graduados, em função da admissão de 110 (cento e dez) professores no quadro da rede, passando para 238 (duzentos e trinta e oito). 07 (sete) com licenciatura e 16 (dezesesseis) professores com magistério. O aumento de professores com magistério se deu pelo fato desses profissionais que antes trabalhavam na função de serviços gerais conseguirem concluir o magistério e, conseqüentemente, foram promovidos para outra função, ou seja, começaram a atuar como professores da rede. Já em 2014, percebemos uma redução em todas as modalidades. Alguns dos que foram admitidos em 2013, através do concurso, não residiam no município e, em função das dificuldades de locomoção, houve rescisão do contrato.

Apesar de apresentar um número significativo de professores com formação em nível superior, o município ainda precisa pensar em políticas voltadas para o acesso e permanência dos profissionais da educação básica em todas as áreas, especialmente os que ainda não conseguiram graduação. Ao mesmo tempo, precisa ampliar o quadro de professores licenciados. Segue abaixo os percentuais de professores efetivos que concluíram o ensino superior:

**Gráfico 9: PERCENTUAIS DE PROFESSORES EFETIVOS COM ENSINO SUPERIOR**



Fonte: Secretaria Municipal de Educação.

De acordo com o gráfico acima, de 2011 a 2014, percebe-se que, no município, ainda não se têm professores com mestrado, menos de 3% com especialização, aproximadamente, e 90% de forma crescente com graduação e menos de 10% com apenas o magistério. Isso indica que o município tem procurado, ao longo desses quatro anos de referência, atender às exigências da



Lei de Diretrizes e Bases da Educação, qualificando seus professores para o exercício da docência, conforme o exposto a seguir:

II-Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua. (BRASIL, 1996).

Porém, de acordo com a tabela, ainda há a necessidade de assegurar a implementação de cursos de especialização para melhor atender a demanda. Observa-se que, durante os anos de referência, os percentuais se mantiveram sem alteração para mais. Dos professores que atuam no Ensino Fundamental II, mais de 90% não são licenciados, mas possuem alguma experiência em área de Matemática, Língua Portuguesa, História, Geografia, Ciências, Educação Ambiental. Somente nas disciplinas de Educação Física e Inglês, é que os professores possuem graduação, porém não fazem parte do quadro efetivo dos profissionais em educação da rede.

Logo abaixo, se observa o quadro de cursos e quantitativos gerais, tanto de professores efetivos quanto de professores contratados, que não que concluíram cursos de nível superior, a partir do ano 2000.

**Tabela 27: DEMONSTRATIVO DE INSTITUIÇÕES E OFERTAS DE CURSOS**

**UNIVERSITÁRIOS**

| ANO  | INSTITUIÇÃO | CURSOS                         | Nº DE CURSISTAS |
|------|-------------|--------------------------------|-----------------|
| 2000 | UNEB        | PEDAGOGIA                      | 70 alunos       |
|      |             |                                |                 |
| 2004 | FACE        | NORMAL SUPERIOR                | 96 alunos       |
|      |             | METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR | 22              |
| 2005 | FAZAG       | PEDAGOGIA                      | 142 alunos      |

|      |        |  |           |
|------|--------|--|-----------|
|      |        | ADMINISTRAÇÃO  | 66 alunos |
| 2005 | FBB    | FILOSOFIA  | 42 alunos |
| 2006 | UNEB   | PEDAGOGIA  | 99 alunos |
| 2010 | UNEB   | MATEMÁTICA   | 20 alunos |
|      |        | LETRAS   | 47 alunos |
|      |        | HISTÓRIA   | 27 alunos |
|      |        | GEOGRAFIA  | 17 alunos |
| 2011 | FAZAG  | ENFERMAGEM   | ?         |
|      |        | FISIOTERAPIA   | ?         |
|      |        | PÓS GRADUAÇÃO  | 35 alunos |
| 2013 | FAIBRA | PÓS GRADUAÇÃO GEST.                                      |           |
|      |        | COORD. PEDAGÓGICA  | 32 alunos |
|      |        | PEDAGOGIA  | 45 alunos |
|      |        | EXTENÇÃO UNIVERSITÁRIA                                   | 16 alunos |
|      |        | EDUCAÇÃO INFANTIL  | 20 alunos |
| 2014 | UFBA   | PÓS GRADUAÇÃO GEST. E<br>COORDENAÇÃO<br>PEDAGÓGICA (EAD) | 2 alunos  |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, maio de 2015

De acordo com a tabela acima, o município de Salinas da Margarida conseguiu, através de convênios com universidades públicas e privadas, potencializar as ofertas de vagas para o ensino superior com a implantação de cursos em diversas modalidades, considerando às necessidades locais.

Ao observar o quadro acima, percebe-se que, durante os anos 2000 até 2014, foram oferecidos cursos de Pedagogia, Normal Superior, Filosofia, Enfermagem e Fisioterapia. Foram ofertados também, em 2010, os cursos de licenciatura em Língua Portuguesa, Matemática, Geografia e História e cursos de pós-graduação em Coordenação Pedagógica e Educação Infantil através de instituições privadas com a contrapartida da prefeitura. Nesse sentido, a nova LDB diz, em seu artigo 44, que a educação superior abrangerá entre outros o curso de:

III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino. (BRASIL, 1996).

De acordo com a tabela acima, o curso com maior número de graduados foi Pedagogia, com aproximadamente 343 (trezentos e quarenta e três) professores, ofertados pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB e pela Faculdade Zacarias Góes - FAZAG. Logo em seguida, vem o curso Normal Superior, com 96 (noventa e seis graduados), ofertados também pela FAZAG, e depois os cursos de pós-graduação, com aproximadamente 69 (sessenta e nove) professores.

É digno de nota que uma parcela bastante significativa dos professores que conseguiram concluir licenciatura não fazem parte do quadro efetivo de professores da rede municipal. Isso implica na parte operacional, visto que não se pode contar a todo o momento com esses profissionais para atender as demandas relacionadas. Não houve critérios no momento das inscrições e nem supervisão, posto que esses cursos deveriam ser oferecidos apenas aos professores estatutários da rede e que estavam atuando no ensino fundamental II. Dessa forma, o município não atende ao que rege os trâmites legais referentes à formação para os educadores que trabalham nessa modalidade de ensino.

## **2.5. Valorização dos Profissionais da Educação**

O município de Salinas da Margarida tem o desafio de garantir um Plano Municipal de Educação que possibilite a melhoria da qualidade da educação pela valorização dos seus profissionais.

Para esse fim, deve-se pensá-lo em duas frentes: a primeira diz respeito às condições funcionais inerentes à carreira, à remuneração, às condições de trabalho, formação, e saúde do profissional da educação; a segunda se refere ao reconhecimento social e dignidade profissional dos mesmos.

São conquistas destes últimos anos o concurso público de 2011, a reestruturação do Plano de Cargos e Carreira (Lei complementar nº 001/2012, que dispõe sobre o Estatuto dos Profissionais da Educação do Município), o acesso ao Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR), o programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e o Programa de Capacitação à Distância para Gestores Escolares (PROGESTÃO), acontecido entre 2013 e 2015.

A gestão municipal passou a cumprir o piso salarial conforme Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, estabelecendo as garantias expostas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a saber:

Art. 67º. os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - piso salarial profissional;

IV- progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho (BRASIL, 1996).

É inconcebível pensar em valorização profissional sem atender às necessidades básicas para o bom desempenho das funções profissionais ou proporcionar aos educandos uma escola de melhor qualidade. Como constata a lei, o cumprimento de metas que reafirmem a valorização dos profissionais deve ser uma das principais exigências do município, visto que a promulgação da Constituição Federal de (1988) define que:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas (BRASIL, 1988).

A constituição é clara quanto à forma de acesso e ingresso ao serviço público. Existem, porém, alguns ajustes necessários para que o município se adéque de fato a lei.

Um dos objetivos centrais do Plano Nacional de Educação é a melhoria da qualidade de ensino. Essa melhoria só poderá ser alcançada se for promovida, ao mesmo tempo, a valorização do magistério.

Tabela 28: Identificação do número de professores

| <b>ANO</b>  | <b>EFETIVO</b> | <b>CONTRATO</b> |
|-------------|----------------|-----------------|
| <b>2011</b> | 203            | 154             |
| <b>2012</b> | 237            | 159             |
| <b>2013</b> | 338            | 79              |
| <b>2014</b> | 338            | 84              |

Fonte: Prefeitura Municipal de Salinas da Margarida

O concurso de 2012 proporcionou um aumento significativo no quadro de professores efetivos. Apesar de, em 2011, haver uma redução do número de pessoas que entram no serviço público municipal por meio de contrato temporário, o que existe ainda é consideravelmente alto. A realização de concurso para o preenchimento dessas vagas torna-se uma demanda emergente.

Tabela 29: Professores com mais de um trabalho

| Rede Pública / Municipal |                   |     |                    |    |                            |   |
|--------------------------|-------------------|-----|--------------------|----|----------------------------|---|
| Ano                      | 1 estabelecimento |     | 2 estabelecimentos |    | 3 ou mais estabelecimentos |   |
| 2007                     | 95,5%             | 192 | 4,5%               | 9  | 0%                         | 0 |
| 2008                     | 95,8%             | 203 | 4,2%               | 9  | 0%                         | 0 |
| 2009                     | 97%               | 228 | 3%                 | 7  | 0%                         | 0 |
| 2010                     | 92,2%             | 213 | 7,4%               | 17 | 0,4%                       | 1 |
| 2011                     | 94%               | 235 | 6%                 | 15 | 0%                         | 0 |
| 2012                     | 85,9%             | 232 | 13%                | 35 | 1,1%                       | 3 |
| 2013                     | 84%               | 237 | 15,6%              | 44 | 0,4%                       | 1 |

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Pela leitura da tabela acima, percebe-se que um grande percentual de professores trabalha somente em um estabelecimento. ainda na mesma tabela, observa-se que, a partir de 2010, professores buscaram mais de um estabelecimento para trabalhar, o que pode estar relacionado ao não suprimento das suas necessidades imediatas ou ao crescimento da oferta de trabalho.

### TABELA 30: PROFISSIONAIS DE APOIO

|                        | <b>EFETIVO</b> | <b>CONTRATO</b> | <b>TOTAL</b> |
|------------------------|----------------|-----------------|--------------|
| <b>MERENDEIRA</b>      | 12             | 30              | 42           |
| <b>PORTEIRO</b>        | 6              | 5               | 11           |
| <b>SERVIÇOS GERAIS</b> | 24             | 82              | 106          |

**FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Nas unidades de ensino, não é apenas o professor que educa, mas cada profissional que atua na escola. a merendeira, o porteiro, o pessoal de serviços gerais e serventes, todos possuem um papel educativo. por este motivo, é preciso pensar que o grupo de apoio escolar são membros importantes no processo educativo. se se observar a tabela anterior, será visto que a maioria desses funcionários é temporária e, conforme a legislação vigente, o funcionário público, além de concursado, deve possuir uma carreira única na educação, na qual todos os profissionais possam se qualificar.

Outro dado a ser observado é a situação de formação desses profissionais. de modo geral, os funcionários que pertencem ao quadro de apoio escolar encontram-se em defasagem idade-série. para facilitar o trabalho, os mesmos deveriam estar em melhores condições profissionais e de formação. nesse sentido, é necessário estruturar a rede municipal de educação, de modo que essas pessoas sejam ocupantes de cargos efetivos da rede e estejam com um nível escolar compatível com a sua função.

### **TABELA 31: TEMPO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO**

|                  |    |
|------------------|----|
| <b>UM ANO</b>    | 28 |
| <b>DOIS ANOS</b> | 12 |
| <b>TRÊS ANOS</b> | 46 |
| <b>NUNCA FEZ</b> | 24 |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Sendo assim, o município deve estabelecer metas voltadas para a melhoria da qualidade da educação, visto que o número de profissionais sem formação adequada é bastante acentuado. Questões como estas impactam diretamente nos resultados e principalmente na qualidade da educação.

Tabela 32: Perfil da gestão escolar municipal

| <b>Função</b>            | <b>Efetivo</b> | <b>Contrato</b> | <b>Total</b> | <b>Formação na área</b> |
|--------------------------|----------------|-----------------|--------------|-------------------------|
| <b>Diretor</b>           | 23             |                 | 23           | 12                      |
| <b>Vice diretor</b>      | 14             | 1               | 14           | 04                      |
| <b>Coord. pedagógico</b> | 21             | 1               | 22           | 9                       |
| <b>Sec. escolar</b>      | 13             | 9               | 22           | 03                      |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Os dados demonstram que metade dos gestores das escolas tem formação em sua área, graças a um programa de formação de gestores, o Progestão. Contudo, o mesmo não acontece com os coordenadores pedagógicos. Dos vinte e três, somente nove possuem a formação esperada para a função e apenas uma é concursada. O que demonstra a necessidade de uma formação voltada para a referida área e a realização de concurso para suprir tais vagas.

Tabela 33: Inscritos no PROGESTÃO

| <b>DIR.</b> | Vice dir. |      | Coord. ped. |      | Sec. esc. |      | Outros |      | Total |      |       |
|-------------|-----------|------|-------------|------|-----------|------|--------|------|-------|------|-------|
|             | cont.     | efe. | cont.       | efe. | cont.     | efe. | cont.  | efe. | cont. | efe. | cont. |
| <b>18</b>   | 5         | 15   | 3           | 17   | 3         | 10   | 1      | 3    | 1     | 63   | 13    |

Fonte: Relatório Final do Programa Progestão

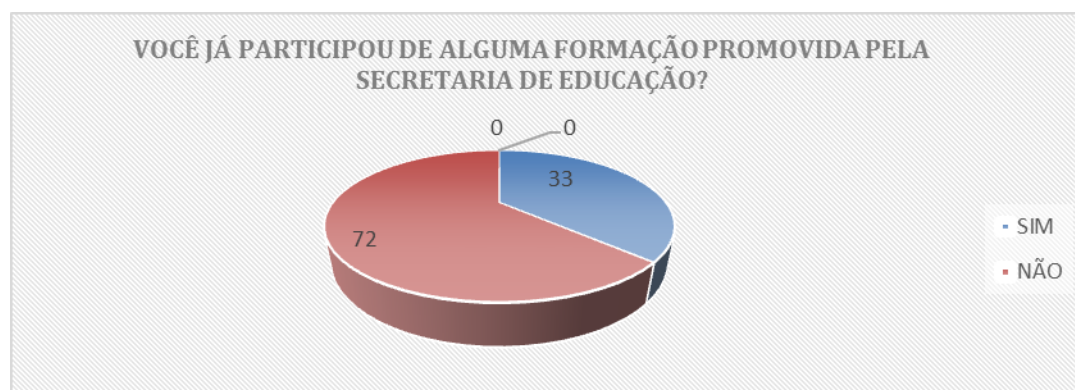
Enquanto os dados demonstram a adesão dos profissionais efetivos ao curso, observa-se uma oferta grande de profissionais que não fazem parte do quadro efetivo dos servidores do município. A demanda de aceitação dos cursos de formação, seja dos efetivos seja dos funcionários temporariamente contratados, exige, porém, a criação do centro de formação permanente e a implementação de



encontros anuais de educadores, visando à formação de profissionais para a garantia de uma escola básica de qualidade.

Para tanto, se faz necessário buscar parcerias com os governos federal e estadual, com órgãos como o PROAM<sup>6</sup>, com universidades públicas ou até mesmo instituições privadas. Como existe uma carência de oferta de cursos de formação no município, a ampliação do Progestão poderia atender a outros sujeitos, até mesmo para respaldar as eleições para gestor escolar.

Gráfico 10: Participação de professores em cursos de formação



Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Segundo o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001),

é preciso criar condições que mantenham o entusiasmo inicial, a dedicação e a confiança nos resultados do trabalho pedagógico. É preciso que os professores possam vislumbrar perspectivas de crescimento profissional e de continuidade de seu processo de formação.

Os dados do gráfico indicam a necessidade de uma política que contemple uma formação mais abrangente de todos os servidores da educação, no sentido de

<sup>6</sup> Órgão responsável pelo Progestão.

que melhorem a sua imagem profissional e tenham um rendimento mais satisfatório.

Tabela 34: Funções docentes por localização<sup>7</sup>

| Nível   | Funções docentes |      |      |      |       |
|---|------------------|------|------|------|-------|
|   | c/lic.           | c/gr | c/em | c/nm | total |
|   | c/lic.           | c/gr | c/em | c/ns | s/em  |
| <b>Regular – creche</b>                               | 05               | 71   |      | 04   |       |
| <b>Regular – pré – escola</b>                         |                  | 26   |      |      |       |
| <b>Regular – anos iniciais do Ensino fundamental</b>  |                  | 53   |      |      |       |
| <b>Regular – anos finais do ensino fundamental II</b> | 14               | 49   |      |      |       |
| <b>Ensino médio</b>                                   | 06               | 17   |      |      |       |
| <b>1. Educação de jovens e adultos – eja</b>          |                  | 15   |      |      |       |
| <b>sub total</b>                                      | 19               | 202  |      | 04   |       |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Os dados das tabelas anteriores constataam que existem duzentos e nove docentes atuando nas diferentes etapas da educação básica municipal. De um modo geral, os mesmos têm formação em pedagogia, porém, apenas quatorze têm licenciaturas, quatro têm formação em normal superior e trinta e um possuem pós-graduações em alguma área voltada para a educação. Este fato revela que os profissionais atuantes na rede municipal ainda necessitam ser motivados a investirem em suas qualificações, e que a secretaria de educação deve buscar meios para preencher essa lacuna.

Tabela 35: Professores atuando nos diversos níveis da rede municipal de ensino

| Dependência | Creche | Pré | Fundamental | Fundamental | Médio |
|-------------|--------|-----|-------------|-------------|-------|
|-------------|--------|-----|-------------|-------------|-------|

<sup>7</sup> Legendas para funções docentes: c/lic – com licenciatura; c/gr – com graduação; c/ns normal superior/em – com ensino médio

| administrativa    | escola | I  | II |    |
|-------------------|--------|----|----|----|
| <b>Municipal</b>  | 80     | 23 | 62 | 63 |
| <b>Estadual</b>   |        |    |    | 32 |
| <b>Particular</b> | 9      | 16 | 4  |    |

**Tabela 36: Nível de formação dos professores efetivos**

| Graduação  | Licenciatura | N. sup | Pós grad. |
|------------|--------------|--------|-----------|
| <b>320</b> | 19           | 04     | 31        |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Há que se reconhecer que a política de valorização do magistério, ao lado da formação continuada, deve, também, levar em conta a avaliação de desempenho dos profissionais da educação e, portanto, prever sistemas de ingresso e de promoção na carreira, bem como incluir no estatuto cláusulas que versem sobre a obrigatoriedade da participação do servidor em cursos de formação realizados pela secretaria de educação, uma vez que o município possui quatro escolas que promovem o ensino fundamental II e apenas quatorze professores com licenciatura.

### Valorização Financeira

**Tabela 37: Demonstrativo de aplicação do Fundeb**

| ANO         | RECEITA       | DESPESA             | FUNDEB 60    |
|-------------|---------------|---------------------|--------------|
| <b>2011</b> | 8.120.632,36  | 7.797.895,41        | 4.872.379,41 |
| <b>2012</b> | 9.193.720,51  | <b>9.178.412,62</b> | 5.516.232,30 |
| <b>2013</b> | 9.174.860,86  | 9.298.818,15        | 5.504.916,52 |
| <b>2014</b> | 10.159.339,10 | 10.130.003,63       | 6.095.603,46 |

Fonte: <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-dados-estatisticos/item/2212>

Tabela 38: Pisos salariais dos professores

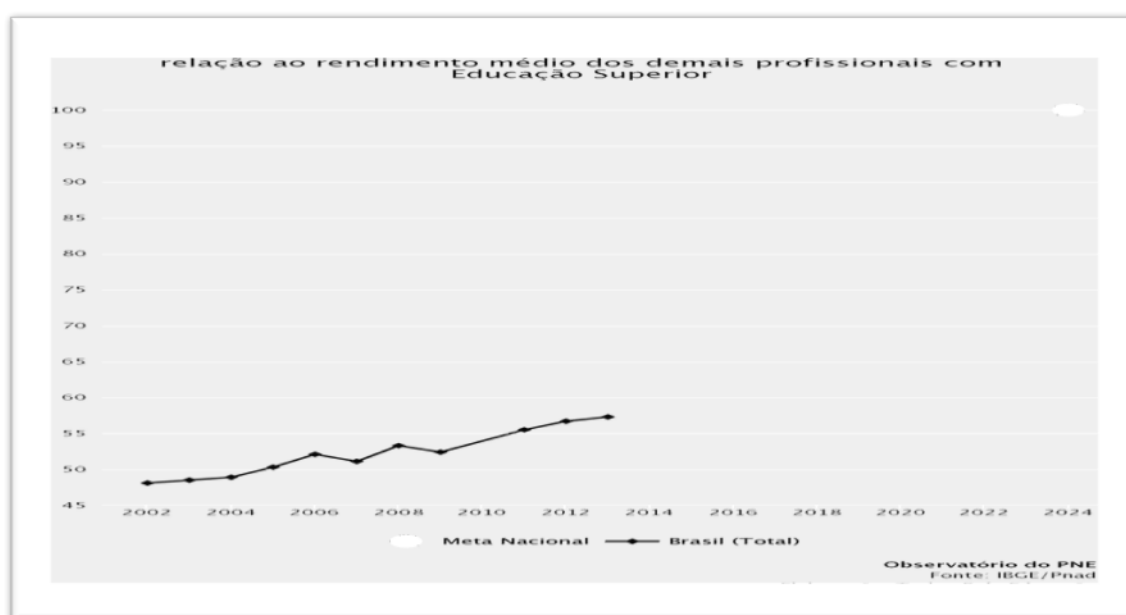
| Ano  | 20 horas | 40 horas |
|------|----------|----------|
| 2011 | 669,79   | 1.339,58 |
| 2012 | 818,50   | 1.637,00 |
| 2013 | 818,50   | 1.637,00 |
| 2014 | 818,50   | 1.637,00 |

Fonte: Prefeitura Municipal de Salinas da Margarida

Analisando os dados financeiros da educação, constata-se que, entre 2011 e 2014, houve um aumento significativo dos recursos destinados à educação do município via FUNDEB, com exceção de decréscimo observado em 2013.

Apesar de esse demonstrativo confirmar aumento na receita, isso não se expressou no crescimento salarial, nem mesmo no cumprimento mínimo do piso para este período nos anos de 2013 e 2014. Nesses termos, a Secretaria Municipal de Educação deve buscar parcerias para discutir estratégias que favoreçam a superação das necessidades da valorização financeira dos profissionais do magistério, uma vez que somente no ano de 2015 foi cumprido o que determina a lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

Gráfico 11: Salários dos profissionais da educação que tem o mesmo nível de graduação de profissionais de outras áreas.



Conforme dados do IBGE e do PNAD, a partir de 2002, há um abismo entre os salários pagos aos profissionais da educação que tem nível superior (cerca de 57,3%) em relação a outros salários de profissionais na mesma condição.

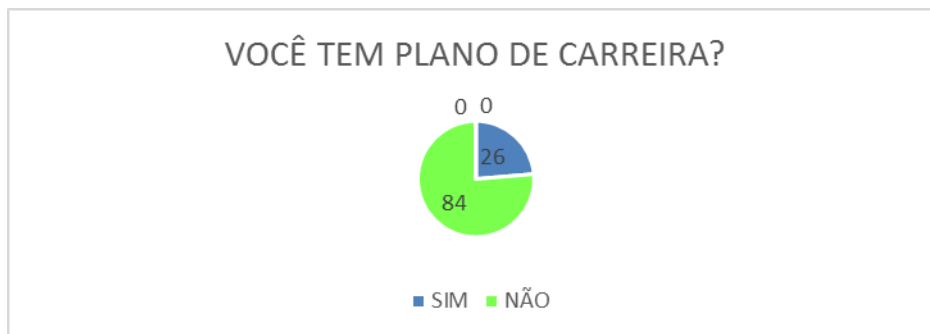
A meta nacional é que, em 2024, esta diferença seja equilibrada e os salários estejam equiparados conforme tabela acima, porém, as condições ideais para que isso aconteça demanda a qualificação profissional dos servidores, a adequação dos mesmos aos níveis e modalidades de ensino, o reconhecimento público da profissão, a organização desses profissionais, bem como o investimento na formação pessoal.

Nesses termos, a valorização dos profissionais de educação implica pensar em leis que garantam o conjunto dessas condições, pois só elas que legitimam os direitos e dão o respaldo necessário para que essas ações sejam realizadas. Por conseguinte, é importante pensar em planos de carreira que considere as especificidades dos profissionais da educação em todas as suas áreas.

A reestruturação do plano de cargos e carreira é uma demanda cumprida pela lei municipal complementar nº 001/ 2012 (Estatuto dos Profissionais da Educação do Município de Salinas da Margarida), contudo, o referido estatuto ainda necessita de algumas revisões e adequações aos novos contextos legais, de forma que se permita o cumprimento do mesmo em sua integridade.

Não seria interessante, por exemplo, que um dos motivos de melhoria da situação salarial fosse a saída da sala de aula para ocupar a função de diretor ou coordenador pedagógico. A atuação profissional nesse cargo vai além de uma remuneração mais justa. Mais amplamente, essa função demanda outras habilidades políticas e administrativas. Também por esse motivo, há a necessidade da construção de um plano de carreira que permita aos professores uma ascensão salarial sem que precisem sair da sala de aula.

Gráfico 12: Perspectivas dos professores quanto à existência do Plano de Carreira

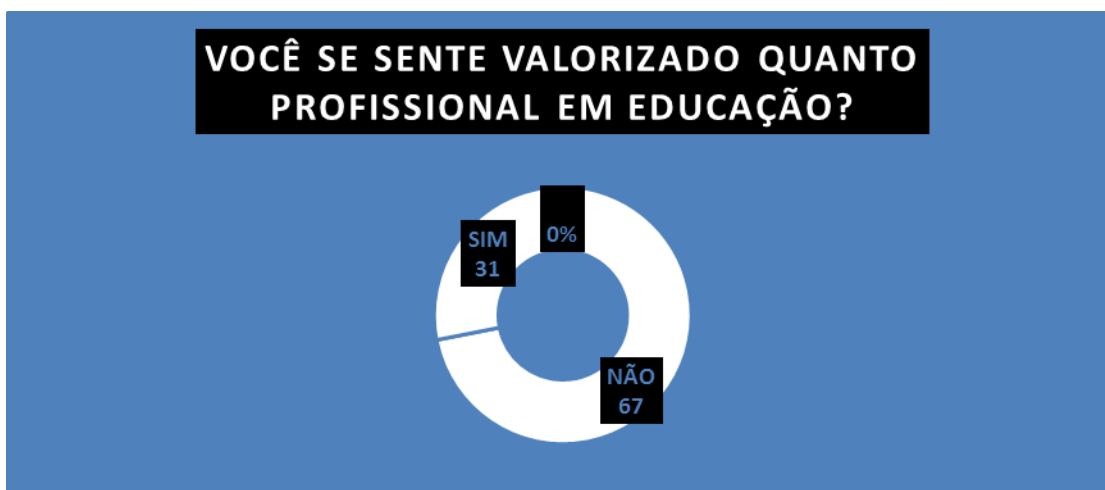


Fonte: Secretaria Municipal de Educação.

Diante das considerações, urge uma conscientização dos membros envolvidos e contemplados pelo plano de carreira, cabendo à secretaria de educação e ao sindicato da categoria a ampla divulgação dos pontos importantes que o próprio estatuto contempla.

A bem da verdade, um bom plano de carreira, se considerar as mudanças na legislação, tem validade de, no máximo, dez anos, levando-se em conta que a alteração da arrecadação do município e a constante demanda de novas vagas e outras necessidades dos servidores da educação são situações que sofrem certa dinâmica no processo histórico.

Gráfico 13: Percepção dos professores quanto à valorização profissional



Fonte: Secretaria Municipal de Educação

O gráfico demonstra o sentimento de desvalorização dos servidores da educação e da ausência de políticas públicas em sua vida profissional, visto que os

mesmos não se sentem contemplados por tais políticas, desde quando não as conhece. É perceptível um elevado índice de pessoas que não se sentem valorizadas enquanto profissional em educação, tudo indica em decorrência de vários fatores, tais como: falta de um plano de saúde para sanar eventuais patologias decorrentes da sua vida profissional, formação continuada, salários que contemplem as suas necessidades, reconhecimento público e condições dignas de trabalho.

Tabela 39: Percepção dos professores quanto à valorização do trabalho docente

|                         |     |
|-------------------------|-----|
| <i>Escola</i>           | 14% |
| <i>Família de aluno</i> | 23% |
| <i>Nenhuma destas</i>   | 61% |
| <i>Prefeitura</i>       | 08  |
| <i>Sec. de educação</i> | 04  |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

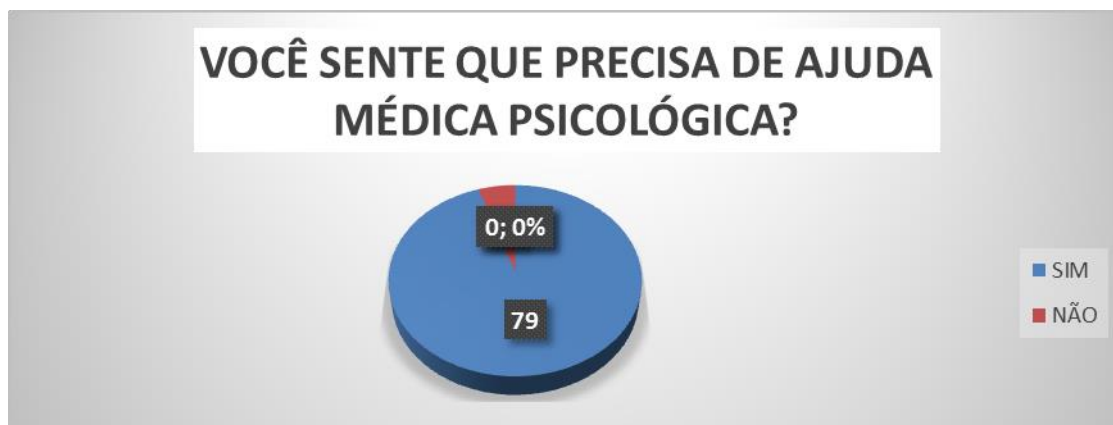
Gráfico 14: Opinião dos professores quanto ao ser valorizado profissionalmente



Fonte: questionário aplicado nas escolas em: 12/05/15

Nota-se que o sentimento dos profissionais passa pela condição financeira, o que explica as negativas na tabela e gráficos. Assim como os dados levantados nas tabelas anteriores demonstram a grande diferença salarial dos profissionais da educação em relação aos outros que tem a mesma formação.

Gráfico 13: Opinião dos professores quanto ao desgaste psicológico com o trabalho



Fonte: Secretaria Municipal de Educação

O número de profissionais em educação que se declaram necessitarem de ajuda médica e ou psicológica é muito alto, o que gera certa preocupação, pois, pelos dados levantados, compreende-se que se faz necessário uma intervenção do município cumprir com suas responsabilidades.

### **Conclusão**

Em virtude dos fatos mencionados, considera-se pertinente a necessidade de se adotar políticas para a valorização dos profissionais em educação, visto que existem lacunas a serem preenchidas. Essas ações serão somente exitosas se houver diálogo com a categoria dos servidores, a postura de gestores que tenham vontade política de realizarem tais ações, bem como leis muito bem embasadas e estruturadas dentro de uma realidade orçamentaria do município de Salinas da Margarida.



## **2.6. Gestão Democrática do Ensino Público**

A atual política de educação no município de Salinas da Margarida-BA vem buscando definir formas de gestão democrática do ensino público, por intermédio da ampliação do processo de democratização e participação da comunidade. Iniciativas de cursos para gestores escolares, como o PROGESTÃO, e a atuação dos conselhos constituem-se passos significativos nessa concepção. Porém, apesar desses avanços, a gestão da educação não compete apenas a quem está no interior da escola, como os diretores, secretários, pessoal de apoio escolar e professores. O trabalho de uma gestão democrática passa pela intervenção de outros sujeitos, como os conselhos, a família e a comunidade.

Nesse sentido, pensar a gestão da educação e da escola de forma ampla exige uma conscientização de todos os envolvidos da importância de um referencial educacional que contemple a diversidade e a pluralidade de opiniões dos cidadãos, contribuindo para a melhoria do padrão da escola pública. Assim, é preciso buscar mecanismos que aproximem mais ainda a comunidade deste processo, oportunizando, de fato, a participação política dos indivíduos, não

somente para cumprir as leis, mas também para permitir que a educação tenha verdadeiramente a identidade da comunidade local.

Conforme o artigo 206, inciso VI, da Constituição Federal, a educação deve observar o princípio constitucional de “gestão democrática do ensino público” (BRASIL, 1988), proporcionando, entre outros, a transparência, a autonomia e o processo democrático e permitindo que a participação popular seja assegurada. No que tange à legislação vigente, em especial a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), o município vem cumprindo as exigências de uma gestão participativa, visto que foram instituídos os instrumentos de Gestão Democrática da Educação, como os Conselhos Escolares, o Conselho Municipal de Educação, do FUNDEB e da Alimentação Escolar. Com efeito, caso a atuação dessas instâncias não se efetivem, o desenvolvimento e a qualidade da ação educativa tendem a comprometer diversos avanços.

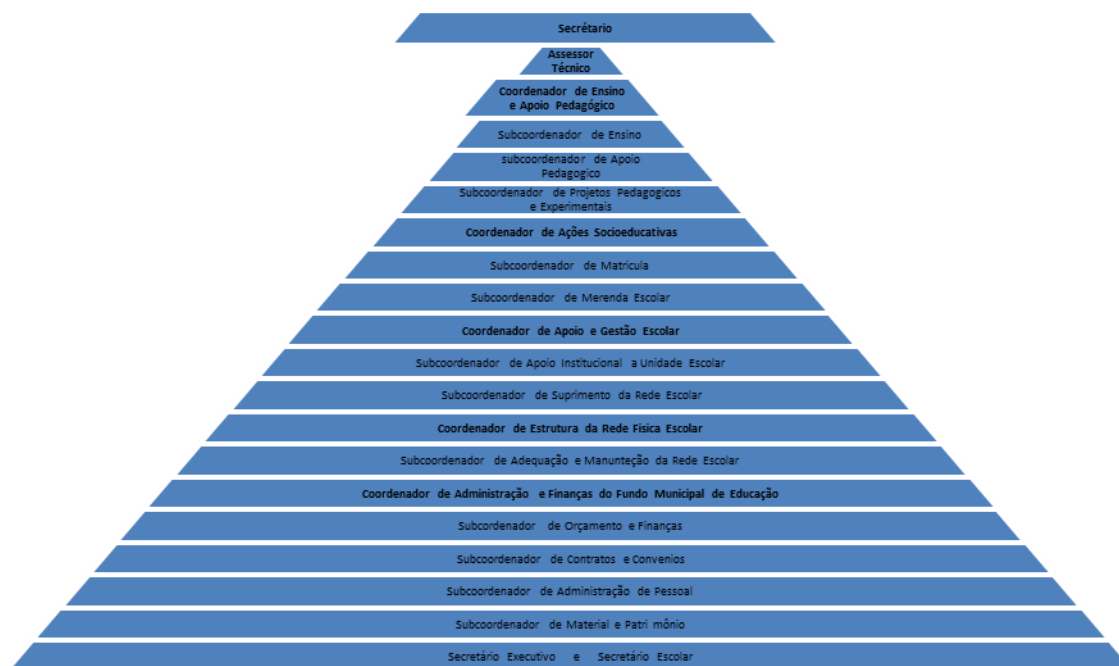
Através da Lei nº 369 de 11 de dezembro de 2008, foi instituído o Sistema Municipal de Educação. Por via desse instrumento normativo, fica sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação o planejamento, a execução, a supervisão, a avaliação e o controle dos programas e ações correlacionadas com a educação e com o ensino no território do município. Por conseguinte, de acordo com o artigo 15 da lei supracitada, a Secretaria de Educação tem papel fundamental na articulação e gerenciamento do ensino, a saber:

**Art. 15** - A Secretaria Municipal de Educação tem a seguinte estrutura básica:

**1 - Colegiado de Deliberação Superior:**

- a) Conselho Municipal de Educação;
- b) Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- c) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (Lei Municipal nº 498 de 02 de maio de 2013).

**2 – Subordinação Administrativa:**



Observando a pirâmide acima, percebe-se que o município conta com uma estrutura organizacional que permite satisfatoriamente o acompanhamento da realidade da educação em todos os aspectos, uma vez que, teoricamente, existem profissionais para verificar e sinalizar os diversos problemas que dificultem o bom funcionamento da rede. Caso haja funcionamento efetivo dessas instâncias, entende-se que a gestão do ensino público facilita o trabalho do secretário e resolve com mais rapidez as dificuldades encontradas.

Para além dessa estrutura administrativa governamental, o município conta, ainda, com outras instâncias fiscalizadoras, que são os conselhos, os quais têm a função de acompanhar as ações da Secretaria de Educação e da Gestão Municipal, no que respeita à gestão dos recursos e da qualidade dos serviços educacionais prestados à população. Estes documentos serão apresentados na sequência.

O *Conselho Municipal de Educação* foi criado pela lei municipal nº 217 de 16 de março de 2001 e reestruturado através da Lei Municipal nº 336 de 15 de dezembro de 2006. Está composto por 07 (sete) membros titulares e igual número de suplentes com mandato de 03 (três) anos, com possibilidade de uma única recondução ao cargo. O conselho é composto por representantes da sociedade civil organizada e por representantes de órgãos e entidades educacionais

legalmente organizados e com sede no município. Os membros são nomeados pelo Prefeito Municipal.

Por não ter estrutura física adequada para funcionamento, o Conselho se reúne regularmente, uma vez por mês, na sala de reuniões da Secretária Municipal de Educação. Sempre que necessário, emite parecer dos atos da Secretaria de Educação para o domínio público e para os profissionais em educação, porém, por não ter acesso aos demonstrativos de receitas e despesas, há dificuldades na divulgação dos dados. Para uma ação mais sistemática, que ajude a exercer o seu papel de forma mais eficaz e, assim, melhorar a utilização dos instrumentos legais, além do conhecimento dos dados sobre a educação municipal, os conselheiros precisam de capacitação e mais autonomia, cumprindo com o que está estabelecido na Lei Municipal 336, de 15 de Dezembro de 2006:

Art. 2º O conselho Municipal de Educação de Salinas da Margarida é um órgão de caráter permanente, normativo, deliberativo, consultivo e fiscalizador, com autonomia técnica, administrativa e financeira, cujo objetivo básico é a ampliação da garantindo à comunidade o direito de participar, ativa e organizadamente das definições políticas do setor educacional, observada a composição paritária de seus membros.

Mesmo que a lei defina as características deste órgão, o mesmo não dispõe de estrutura adequada, motivo que dificulta a organização do colegiado para exercer, de fato e de direito, sua participação social. Por outro lado, a qualificação dos conselheiros garante a viabilidade de sua atuação e qualidade nos processos de fiscalização. Ao contrário do proposto, sua ação torna-se inviabilizada caso haja desconhecimento de sua importância e das atribuições por parte de todos envolvidos.

O *Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB* – foi criado pela Lei nº 340 de 28 de fevereiro de 2007 e alterado pela Lei nº 529, de 05 de dezembro de 2014. O órgão está constituído por 11 (onze) membros titulares, acompanhados dos seus respectivos suplentes, conforme representação a seguir discriminada:

- 02 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais, pelo menos 01 (um), deve ser da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;
- 01 (um) representante dos professores da rede pública;
- 01 (um) representante dos diretores da rede pública;
- 01 (um) representante dos servidores técnico-administrativos da rede pública;
- 02 (dois) representantes dos pais de alunos da rede pública;
- 02 (dois) representantes dos estudantes da rede pública, indicado pela entidade de estudantes secundaristas;
- 01 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação;  
01 (um) representante do Conselho Tutelar.

Após sua reestruturação em 2014, seu colegiado tem demonstrado empenho e interesse, buscando, efetivamente, garantir o espaço de controle social, realizando reuniões mensais no espaço da Biblioteca Municipal, onde são analisados demonstrativos de receita e despesas dos recursos da educação municipal. Sempre que necessário, emite parecer para o domínio público e para os profissionais em educação, realiza visita às unidades educacionais, além de outras situações de competência do órgão.

Para que este conselho continue atuante, é preciso que sejam oferecidas as condições necessárias para a sua atuação, tais como transporte para as visitas nas escolas, local adequado para a realização das reuniões, apresentação dos estratos dos recursos da Secretaria de Educação em tempo hábil, no sentido de que o mesmo possa cumprir efetivamente suas atribuições.

O *Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE)* foi instituído pela Lei Municipal nº 012/96, alterado pela Lei Municipal nº 163/97 de 07 de fevereiro de 1997, e reorganizado pela lei municipal nº 223 de 25 de agosto de 2000. Órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para atuar nas questões referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar no âmbito municipal, o CAE está composto por 07 (sete) membros titulares em igual número de suplentes, por representantes da sociedade civil organizada, de órgãos e entidades educacionais legalmente organizados e com sede no município, com mandato de 02 (dois) anos,

permitindo uma única recondução subsequente aos cargos. Os membros são nomeados pelo Prefeito Municipal.

Quanto à situação atual do CAE, observa-se algumas queixas por parte dos conselheiros quanto à falta de comunicação de datas e horários das reuniões, as quais ocorrem quinzenalmente na Secretaria de Educação. O conselho não dispõe de estrutura física nem de capacitação para exercerem suas funções observando o exposto no artigo 9º da Lei 223, de 25 de agosto de 2000:

Art.9º Fica o poder executivo municipal autorizado abrir credito especial para cobrir despesas de instalação e funcionamento do CAE, especialmente aquelas relacionadas à convocação e divulgação.

O *Conselho Escolar* é um órgão colegiado da estrutura da escola, composto pelo diretor e por representantes dos professores, dos demais funcionários, dos pais ou responsáveis, dos estudantes e da comunidade local (se for o caso), que tem por atribuição decidir sobre questões pedagógicas, administrativas e financeiras no âmbito escolar.

Das unidades educacionais pertencentes à rede municipal, apenas uma não possui conselho escolar. Contudo, mesmo que o processo de construção da gestão democrática nas escolas tenha se iniciado, há uma necessidade de organização e funcionamento dos mesmos, visto que a grande maioria funciona apenas para assegurar programas, como o PDDE, Mais Educação, Mais Cultura, sem uma participação ativa nos aspectos relacionados à estrutura da escola, tanto administrativa quanto pedagógica. Uma dessas questões diz respeito ao Projeto Político Pedagógico (PPP).

A elaboração do PPP é uma forma de integrar os objetivos educacionais à vida do estudante e professores, propondo atender o que dispõe os princípios legais do Sistema Educacional Brasileiro. Nas escolas municipais, foi construído entre os anos de 2009 e 2010, elaborado por uma equipe de coordenadores que orientavam as unidades educacionais a desenvolverem atividades em que a comunidade escolar participasse da construção do plano. Os diretores asseguram que o Projeto Político Pedagógico foi construído com ampla participação da comunidade escolar.

Pelo tempo ocorrido, porém, o PPP atual precisa passar por uma adequação, visto que já está prestes a completar 06 (seis anos). Para os próximos, essa revisão deve contemplar a reelaboração do currículo escolar, dos planos de gestão e dos regimentos, tudo isso realizado com a participação dos profissionais da educação, estudantes e familiares. Caso contrário, não teremos uma educação democrática e participativa.

As observações permitem concluir que o fato de já ter um Conselho pensado e constituído para garantir a qualidade da gestão escolar já é um grande passo, mas não o suficiente para manter a dinâmica democrática da instituição. Por esse motivo, é importante que os conselheiros conheçam seu papel frente às demandas da escola, visando garantir o funcionamento de forma eficaz e participativa, aproximando a comunidade das decisões políticas das unidades educacionais e oportunizando de fato intervenções que possam contribuir com a melhoria da educação.

Dadas às reflexões, percebe-se a importância de garantir aos conselhos uma atuação política mais efetiva e de controle social. Para isso, é preciso investir nestes órgãos, fortalecendo sua estrutura e permitindo o exercício real de sua função. Frente às exigências da sociedade atual, essas instâncias precisam exercer realmente o seu papel de acompanhar e fiscalizar as ações e os recursos geridos pelo poder público municipal. Nesse sentido, o município precisa assumir, junto à sociedade, a responsabilidade de prover a estrutura adequada para o bom funcionamento dos conselhos. Inversamente, a inviabilidade do processo democrático implicaria na ausência de direitos adquiridos historicamente, fruto das reivindicações da sociedade e garantidos por lei.

Nestes termos, a capacitação para o entendimento dessas questões é de suma importância para o progresso da educação municipal. Por esse motivo, é preciso valorizar os cursos de formação para gestores, pois só a reflexão sobre os problemas cotidianos da educação é que pode dar conta de entendê-los e ir em busca de soluções.

Com esse objetivo, o município de Salinas da Margarida-BA implantou, em 2013, o Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares

(PROGESTÃO), com duração até início de 2015, no qual houve um número expressivo de profissionais.

Tabela 40: NÚMEROS DE INSCRITOS NO PROGESTÃO

| Diretores |          | Vice Diretor |          | Coordenador |          | Secretário Escolar |          | Outros  |          | TOTAL   |          |
|-----------|----------|--------------|----------|-------------|----------|--------------------|----------|---------|----------|---------|----------|
| Efetivo   | Contrato | Efetivo      | Contrato | Efetivo     | Contrato | Efetivo            | Contrato | Efetivo | Contrato | Efetivo | Contrato |
| 18        | 5        | 15           | 3        | 17          | 3        | 10                 | 1        | 3       | 1        | 63      | 13       |

Fonte: Relatório Final do Programa PROGESTÃO – Secretaria Municipal de Educação

Os dados da tabela demonstram o número de profissionais que participaram do PROGESTÃO, totalizando 73 (setenta e três), entre trabalhadores temporários e efetivos. Para muitos dos cursistas, o processo de formação foi um passo importante para a educação do município, visto que, a partir de então, o mesmo pode contar com profissionais capacitados para gerir o espaço escolar, compreendendo suas particularidades e contribuindo para uma gestão democrática e participativa nas unidades educacionais. Embora nem todos os participantes tenham continuado na gestão, por motivos de ordenação da rede, a compreensão de que a gestão pedagógica exige conhecimento sobre a escola e a educação foi um dos pontos importantes daquele acontecimento.

Depois da formação adquirida no PROGESTÃO, foi necessário que a Secretaria de Educação revisasse sua estrutura administrativa e pedagógica, reorganizando, assim, o quadro de gestores. Esta decisão implicou o remanejamento de alguns profissionais, focalizando a garantia dos direitos dos trabalhadores efetivos e a diminuição dos gastos com trabalhadores temporários. Sendo assim, a maior parte daqueles que passaram a assumir as direções das escolas foi escolhida a partir daqueles que participaram do processo de formação no curso para gestores.

Tabela 41: Perfil Atual da Gestão Pedagógica – ano 2015

| FUNÇÃO                 | QUANTIDADE | FORMAÇÃO NA ÁREA |
|------------------------|------------|------------------|
| Diretor                | 23         | 12               |
| Vice-diretor           | 14         | 04               |
| Coordenador Pedagógico | 21         | 9                |
| Secretário Escolar     | 13         | 03               |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação



No perfil atual da gestão pedagógica, já se percebe que grande parte dos gestores das unidades educacionais tem formação na área. No entanto, é preciso ampliar esta formação para todos os profissionais efetivos, visto que há necessidade de definir critérios objetivos para provimento de cargos de diretor e vice-diretor, já que os mesmos ainda são ocupados através da indicação política, via Secretaria de Municipal Educação.

Em oposição a essa forma, a Lei que dispõe sobre o Estatuto dos Profissionais da Educação do Município de Salinas da Margarida-BA prevê pleito direto pela comunidade escolar para os cargos de gestão escolar, conforme o exposto a seguir:

Art. 33 - A direção de unidade de ensino do Município será exercida pelo Diretor, Vice- Diretor e pelo Conselho Escolar de forma solidária e harmônica.

§ 1º - Os cargos em comissão de Diretor e de Vice-Diretor, providos por servidor integrante da carreira do Magistério, bem como os membros do Conselho Escolar serão eleitos em pleito direto pela comunidade escolar.

Por esta razão, é preciso estimular a formação, ampliando o número dos profissionais participantes, seja através do PROGESTÃO ou de outros cursos, a fim de permitir que eles possam compreender melhor o processo de gestão democrática e, assim, passem a cumprir com os requisitos exigidos pela lei. Falar da gestão das unidades escolares é falar da vida da escola. Por esse motivo, a ação do gestor tem papel fundamental na dinâmica de trabalho que acontece na instituição. A partir dessa perspectiva, espera-se como resultado uma melhora em suas práticas profissionais.

Esses aspectos colocam à vista o processo formativo dos coordenadores pedagógicos. Dos vinte e um profissionais que atuam na área, apenas nove fizeram algum curso de formação específica e somente uma é concursada para tal função, o que indica a necessidade de uma formação voltada para este campo, bem como a realização de concurso público para o suprimento de tais vagas.

Os coordenadores pedagógicos têm papel importantíssimo no processo de gestão, pois eles trabalham junto à comunidade escolar, buscando estratégias para melhorar a qualidade da educação. Nesse sentido, mesmo que todas as unidades de ensino fundamental da rede municipal possuam um coordenador pedagógico, a

maioria ainda precisa de formação específica. Além do mais, as creches contam apenas com um coordenador para cada 02 (duas) unidades, fato que precisa ser repensado.

É preciso destacar a importância deste profissional para o corpo docente, pois eles são os responsáveis pelo acompanhamento e orientação das atividades pedagógicas utilizadas e multiplicadores das propostas apresentadas pela Secretaria de Educação.

Outro aspecto a ser ressaltado é a questão do envolvimento político dos estudantes nas decisões sobre a escola. Das unidades educacionais de ensino fundamental do município, apenas uma iniciou o processo de mobilização para o grêmio estudantil.

Estimular a constituição e o fortalecimento dos grêmios como forma de estimular o protagonismo juvenil é uma necessidade importante, além de incentivar a criação de associações de pais e mestres como instrumento de aproximação e participação no cotidiano da escola.

Estes espaços servem para o debate e a construção de alternativas para fazer do espaço escolar um lugar atrativo para os alunos, assim como aproxima as famílias do ambiente escolar. No entanto, é muito importante permitir que esses espaços possam realmente atuar. Nesse sentido, é preciso que eles tenham espaço e estrutura adequada, oportunizando interação e troca de idéias entre a comunidade escolar.

Enfim, percebe-se a necessidade da manutenção da gestão democrática do ensino público na cidade de Salinas da Margarida, ampliando os espaços de decisão política, pois, apesar de terem sido implantados os mecanismos de controle social exigidos por lei, não se percebe realmente a participação.

Urge mostrar para a comunidade escolar e a sociedade civil organizada a necessidade de participar da construção de uma cidade melhor para todos, e a educação tem papel fundamental neste processo. Quando observamos os problemas de estrutura do funcionamento dos conselhos, mesmo as leis explicitando de onde deve vir o recurso, fica claro que os representantes destes órgãos ainda desconhecem suas atribuições.

Assim, para organizar o sistema de educação e garantir que ele realmente funcione, a eficácia na prática é fator primordial. Logo, é importante ver a gestão democrática como uma “engrenagem” que faz com que a “maquina” funcione melhor. Para isso, são necessários órgãos ativos, que fiscalizem e também proponham, estimulando a participação e assegurando a formação para os conselheiros; incentivando os adolescentes e jovens a se organizarem e mobilizar os familiares a participarem com os filhos do ambiente escolar. Enfim, mostrar para a comunidade que a política pública só chega até os até os cidadãos, se houver a participação de todos.

#### PROJETO DE LEI Nº , de 24 de junho de 2015

Aprova o Plano Municipal de Educação – PME do Município Salinas da Margarida-BA, em consonância com a Lei nº 13.005/2014 que trata do Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Salinas da Margarida, Estado da Bahia, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º É aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com duração de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I – erradicação do analfabetismo;

- II – universalização do atendimento escolar;
- III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV – melhoria da qualidade do ensino;
- V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII – promoção humanística, científica, cultura e tecnológica do País;
- VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação; e
- X - promoção dos princípios de respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ser cumpridas no prazo da vigência do PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município deverão ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 5º O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB será utilizado para avaliar a qualidade do ensino a partir dos dados de rendimento escolar apurados pelo censo da educação básica, combinados com os dados relativos ao desempenho dos estudantes apurados na avaliação nacional do rendimento escolar ou outro índice que venha sucedê-lo.

Parágrafo Único - Estudos desenvolvidos e aprovados pelo MEC na construção de novos indicadores, a exemplo dos que se reportam à qualidade relativa ao corpo docente e à infraestrutura da educação básica, poderão ser incorporados ao sistema da avaliação deste plano.

Art. 6º O Município, em articulação e integração com o Estado, a União e a sociedade civil e política, procederá à avaliação periódica de implementação do Plano Municipal de Educação de Salinas da Margarida-BA e sua respectiva consonância com os planos Estadual e Nacional.

§ 1º O Poder Legislativo, com a participação da sociedade civil e política, organizada e por intermédio da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores, Conselho Municipal de Educação e Fórum Municipal de Educação, acompanharão a execução do Plano Municipal de Educação.

§ 2º A primeira avaliação do PME realizar-se-á durante o segundo ano de vigência desta Lei, cabendo à Câmara de Vereadores aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas às correções de eventuais deficiências e distorções.

§ 3º O Conselho Municipal e o Fórum Municipal de Educação

I – Acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas

II – Promoverá a conferência municipal de educação

§ 4º A conferência municipal de educação realizar-se-á com intervalo de até 4 anos entre elas, com intenção fornecer elementos para o PNE e também refletir sobre o processo de execução do PME.

Art. 7º Caberá ao gestor municipal a adoção das medidas governamentais necessárias para o alcance das metas previstas no PME.

Parágrafo único. As estratégias definidas no anexo desta lei não eliminam a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumento jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados.

Art. 8º O Município elaborou o seu PME em consonância com as diretrizes, metas e estratégias, previstas no PNE, Lei nº 13.005/2014.

§ 1º O Município demarcou em seu PME estratégias que:

I - Asseguram articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais e culturais;

II- Consideram as necessidades específicas da população do campo e das comunidades tradicionais pesqueiras artesanais, assegurando a equidade educacional e a diversidade cultural;

III- Garantem o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurando o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;

IV- Promovem a articulação intersetorial na implementação das políticas educacionais.

Art. 9º Os Poderes do Município deverão empenhar-se em divulgar o Plano aprovado por esta Lei, bem como na progressiva realização de suas metas e estratégias, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 10 Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o poder executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízos das

prerrogativas desse poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 11 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 Revogam-se as disposições em contrário.

Salinas da Margarida, 24 de junho de 2015.

Jorge Antonio Castellucci Ferreira

Prefeito Municipal

**METAS E ESTRATÉGIAS**

**META 01:** Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

**Estratégias:**

- 1.1) Ampliar e construir escolas de educação infantil com salas adequadas, especialmente a altura das janelas, equipamentos e espaços de circulação às necessidades de visão e locomoção para melhor atendimento das crianças de 0 a 5 anos;
- 1.2) Adaptar as creches e escolas de educação infantil, garantindo materiais didáticos específicos para essa clientela, adequação dos vasos sanitários, pias e espelhos, bebedouros nas salas de aula, mesas e cadeiras, para receberem alunos com necessidades educativas especiais;
- 1.3) Construir refeitórios adequados à faixa etária e às necessidades especiais das crianças que frequentam às creches e pré-escolas;
- 1.4) Implantar berçário e fraldário, lugares adequados para descanso e sono nas creches para crianças de 0 a 3 anos;
- 1.5) Garantir de alimentação específica para crianças de 0 a 3 anos nas creches;
- 1.6) Selecionar auxiliares de classe através de análise de currículo, com qualificação específica na área de educação infantil e de creches;
- 1.7) Promover a integração através de parques e jogos eletrônicos educativos para auxiliar no desenvolvimento de habilidades e competências para essa modalidade ensino;
- 1.8) Oferecer cursos de formação inicial e continuada para professores da educação infantil de modo a garantir a qualidade do processo ensino/aprendizagem;
- 1.9) Realizar formação específica para os professores que trabalharem com alunos portadores de necessidades educativas especiais;
- 1.10) Promover a integração e a atuação articulada entre gestores e a equipe docente;
- 1.11) Implementar programas, projetos e ações que envolvam a participação da família nas unidades educacionais;

- 1.12) Premiar as escolas, gestores e professores que demonstrarem interesse na qualidade do processo ensino/aprendizagem e participam assiduamente em todas as atividades didáticas pedagógicas nas unidades de ensino;
- 1.13) Implantar videoteca e brinquedoteca nas unidades escolares;
- 1.14) Alocar os alunos e professores nas escolas, quantificando o número de alunos por turma, por idade e por número de professores de acordo com os Parâmetros Nacionais de qualidade para Educação Infantil;
- 1.15) Disponibilizar equipe multidisciplinar para realizar acompanhamento e encaminhamentos de casos em que não é de competência da escola, bem como acompanhamento dos professores;
- 1.16) Garantir que, ao final da vigência deste PME, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo;
- 1.17) Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;
- 1.18) Estabelecer, no primeiro ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches;
- 1.19) Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas às normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;
- 1.20) Implantar, até o segundo ano de vigência deste PME, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;
- 1.21) Fomentar o atendimento das comunidades pesqueiras na educação infantil por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada;



- 1.22) Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;
- 1.23) Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;
- 1.24) Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;
- 1.25) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;
- 1.26) Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;
- 1.27) Realizar e publicar, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento;
- 1.28) Estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

**META 2:** Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

**Estratégias:**

2.1) Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, no campo e na cidade, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.2) Criar mecanismos que privilegiem o acompanhamento individualizado dos (as) alunos (as) do ensino fundamental com dificuldade de aprendizagem;

2.3) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude:

2.4) Promover a relação das escolas com instituições e movimentos artísticos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades artísticas culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as), dentro e fora dos espaços escolares, ratificando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão artístico e cultural;

2.5) Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

2.6) Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos discentes para se sublinhar a expectativa da aproximação permanente entre escola e comunidade, inclusive mediante certames e concursos nacionais;

2.7) Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo municipal;

2.8) Articular com as IES programas de formação continuada e inicial de professores para atender as diferentes modalidades da educação de jovens e adultos, educação especial, educação do campo e para povos e comunidades tradicionais pesqueiras e outras necessidades encontradas na educação municipal;

2.9) Assegurar que a questão da diversidade cultural-religiosa, ética, sobre gênero, etnia e orientação sexual e ambiental seja objeto de tratamento didático-pedagógico e integre o currículo dos estudantes, integrando-se como eixos de estudo no Programa Nacional do Livro Didático;

2.10) Instituir e fazer parcerias com IES, Governo Federal e Estadual em programas na educação básica, em todas as etapas, níveis e modalidades, que contribuam para uma cultura em direitos humanos, visando o enfrentamento ao

trabalho infantil, o racismo, o sexismo, à homofobia e a todas as formas de discriminação;

2.11) Promover programas de formação de jovens e adultos, para os profissionais da educação, capacitando-os para atuar com o perfil da clientela através de cursos de Formação Continuada;

2.12) Garantir cursos de qualificação profissional, a fim de aperfeiçoar o trabalho docente e do pessoal de apoio promovendo, dessa forma, educação de qualidade, tornando possível resultados positivos do processo de ensino-aprendizagem.

2.13) Organizar a proposta curricular das unidades escolares, considerando os conteúdos contextuais, a fim de que criar condições de relacioná-los à realidade dos estudantes;

2.14) Promover o desenvolvimento do educando, de forma que o mesmo possa conhecer e transformar sua realidade, buscando respostas para os problemas do seu cotidiano;

2.15) Assegurar a permanência dos estudantes na escola, promovendo aprendizagem significativa, tendo como base as avaliações externas, a fim de melhorar o IDEB das escolas e do município;

2.16) Permitir as condições necessárias para que todas as escolas elaborem sua Proposta Pedagógica de acordo com suas demandas observando o que diz a Lei 9394/1996 (Diretrizes e Bases da educação Nacional);

2.17) Aperfeiçoar o ensino de língua estrangeira (Inglês) e implantar uma segunda língua como opção (Espanhol), visando preparar o aluno para o contato com estrangeiros e para incentivá-lo na sua carreira profissional.

2.18) Viabilizar o ensino de música, artes, filosofia e cultura no ensino fundamental a fim de promover um ambiente mais favorável à aprendizagem, assim como o bem estar dos envolvidos no processo;

2.19) Estreitar as relações da escola com o Conselho Tutelar, Promotoria Pública, promovendo atuações efetivas e mais frequentes destes órgãos, a fim de garantir a permanência do aluno na escola e o compromisso dos pais em relação ao processo de ensino aprendizagem dos mesmos objetivando a redução na taxa de abandono escolar.

2.20) Reduzir o índice de reprovação do Ensino Fundamental nos anos finais intensificando ações pedagógicas integrando a escola e a família;

2.21) Adequar a estrutura física de todas as unidades escolares (espaço interno e externo, refeitório, iluminação, área de lazer, água potável, rede elétrica,

instalações sanitárias e para higiene, adaptação de prédios para portadores de necessidades especiais), dentro dos padrões exigidos pelo MEC sendo acompanhadas pelo Conselho Municipal de Educação – CME.

2.22) Intensificar cursos de formação para professores da área específica do Ensino Fundamental II;

2.23) Garantir acesso e permanência dos professores com apenas magistério no ensino superior a fim de aperfeiçoar o exercício da docência na educação básica;

2.24) Garantir a certificação dos profissionais em educação que atuam nos anos finais, promovendo assim a formação em serviço.

**META 3:** Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

### **Estratégias:**

3.1) Consolidar e ampliar as medidas de melhoria na produção de recursos de apoio didático escolar com acompanhamento didático-pedagógico;

3.2) Replicar ou adaptar projetos reconhecidamente bem sucedidos de diminuição da repetência e evasão observados em outras unidades;

3.3) Adequar o currículo escolar e métodos didático-pedagógicos, levando-se em conta a Identidade Cultural local, considerando as perspectivas e necessidades dos estudantes;

3.4) Incentivar jovens e adultos da comunidade a regressarem ao ambiente escolar e concluírem o Ensino Médio Regular;

3.5) Criar projetos integradores de caráter educativo entre a UEE, envolvendo a comunidade salinense;

- 3.6) Acompanhar a aprendizagem dos estudantes com ajuda de profissional especializado, a exemplo de um psicopedagogo;
- 3.7) Incentivar a participação dos estudantes concluintes o Ensino Médio nas formas regulares de ingresso ao ensino superior e cursos técnicos suplementares;
- 3.8) Garantir a cooperação técnica entre a Secretaria de Educação do Município de Salinas da Margarida e a Secretaria Estadual da Educação na Unidade de Ensino Médio no sentido de suprir carências de pessoal;
- 3.9) Regularizar a transferência de título de posse do terreno onde situa-se o Colégio Estadual Juracy Magalhães com o intuito de garantir reformas estruturais que assegurem a infra e supra estruturas adequadas para os estudantes de ensino médio como exigidos pela legislação;
- 3.10) Alinhar ações pedagógicas entre a UEE e as escolas municipais.

**META 4:** Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

**Estratégias:**

4.1) Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007;

4.2) Promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou

superdotação, observado o que dispõe a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

4.3) Implantar, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas;

4.4) Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

4.5) Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.6) Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação;

4.7) Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;

4.8) Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

4.9) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais

do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

4.11) Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral;

4.12) Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

4.13) Definir, no segundo ano de vigência deste PME, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

**META 05:** Oferecer educação em tempo integral em 100% (cem por cento), das escolas públicas municipais de forma a atender, pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos (as) alunos (as) do ensino fundamental.

#### **Estratégias:**

- 5.1) Identificar, selecionar e potencializar as unidades escolares participantes do Programa Mais Educação que possam ser totalmente adequadas para a oferta da educação integral estendendo o atendimento em tempo integral a todos os alunos matriculados.
- 5.2) Fortalecer ações por meio de parcerias com programas federais, estaduais e iniciativa privada e recursos que permitam a adequação das escolas públicas por meio da instalação de quadras poliesportivas,

laboratórios, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outras instalações, bem como de produção de material didático e de formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

- 5.3) Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos e equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros e cinema.
- 5.4) Intersetorializar as ações da educação integral;
- 5.5) Articular a educação integral com os demais programas e projetos da secretaria municipal de educação;
- 5.6) Atender as escolas do campo na oferta de educação em tempo integral considerando as peculiaridades locais.

**META 6:** Contribuir, ao longo desse PME, com a reversão da “visão” de inferioridade dos homens e mulheres das águas (pescadores e pescadoras artesanais), através do reconhecimento do saber tradicional como uma modalidade de conhecimento importante e necessário para as comunidades pesqueiras artesanais, evidenciando sua importância cultural, social e econômica para a sociedade brasileira, além do seu significativo papel na salvaguarda do patrimônio imaterial e material/natural do povo salinense.

- 6.1) Incluir na proposta curricular das unidades escolares questões sobre o território pesqueiro tradicional, o desenvolvimento da atividade pesqueira e seus recursos, costeiros, manguezais, as águas, pescados, crustáceos, mariscos e suas propriedades e, especialmente, os sujeitos como elementos centrais da discussão pedagógica;
- 6.2) Aderir a cartografia social, os escritos e audiovisuais, literaturas negra marginal, periférica e produções das comunidades tradicionais como suporte ao currículo, contemplando o que Conceição Evaristo chama de *escrevivência*.
- 6.3) Estabelecer como leituras obrigatórias da comunidade escolar os livros: *Histórias dos Pescadores no Brasil*; *Salinas, o mar a lama e a vida*, bem como o projeto de lei de iniciativa popular de proteção e regularização dos territórios pesqueiros;



- 6.4) Inserir na merenda escolar produtos da pesca e mariscagem, considerando a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que determina a obrigatoriedade de utilização de no mínimo 30% de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar (pesca artesanal), como pescados, crustáceos e mariscos.
- 6.5) Providenciar meios para que, nos processos de formação continuada aos profissionais da educação, bem como nos conteúdos oferecidos aos discentes, seja destacado o valor nutricional dos pescados e mariscos, formas diferenciadas de preparo, e a importância da promoção da saúde, visto que estão livres de contaminantes, produtos químicos e de cultivos impactantes da cultura, da natureza e da vida.
- 6.6) Viabilizar que a dimensão cultural social e antropológica do saber tradicional dos pescadores e pescadoras sejam contemplados na forma de administração do conteúdo através de um amplo e permanente estudo sobre a história dos pescadores no Brasil.
- 6.7) Estabelecer relação estreita de diálogo e apoio às instituições sociais que desenvolva ações socioeducativas que promovam ações voltadas para a educação popular;
- 6.8) Incluir como conteúdo no currículo do ensino médio questões agrárias, do campo, da floresta e das águas, que viabilizem melhor desempenho no vestibulares específicos;
- 6.9) Estabelecer o espanhol como segunda língua, visando melhor interação com os outros países da América Latina, os quais têm viabilizado o acesso dos brasileiros a cursos de medicina, além de possibilitar melhor compressão dos conteúdos proposto no ENEM, visto que maioria dos escritos opta pelo espanhol;
- 6.10) Articular, em diálogo com a comunidade, ações ambientais que favoreçam sanidade do ambiente, da qualidade da água e dos manguezais, subsidiadas por estudos e pela experiência das comunidades tradicionais.

**Meta 7:** Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2016 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

**Estratégias:**

- 7.1) Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;
- 7.2) Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental incompleto, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;
- 7.3) Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;
- 7.4) Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em parceria com organizações da sociedade civil;
- 7.5) Assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental, às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais;
- 7.6) Possibilitar a construção de espaços adequados à clientela de jovens e adultos, bem como a aquisição de material didático específico, visando atender às especificidades da EJA;
- 7.7) Realizar a contratação de pessoal especializado para atuar de forma permanente e exclusiva na coordenação pedagógica e no planejamento de atividades próprios para a EJA.

**META 08:** Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta em pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

**Estratégias:**

- 8.1) Manter o oferecimento do curso técnico em Informática na modalidade subsequente e oferecer, na mesma modalidade, o curso técnico em Administração;
- 8.2) Apoiar o IFBA e/ou outras instituições de ensino profissional e superior na instalação de um Campus Avançado no município, visando a oferta de cursos técnicos e superiores, ouvidos a comunidade e os estudantes.

8.3) Apoiar o IFBA na oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC, através dos programas PRONATEC ou outros.

**META 9:** Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

| Anos Iniciais do Ensino Fundamental |      |      |      | Anos Finais do Ensino Fundamental |      |      |      |
|-------------------------------------|------|------|------|-----------------------------------|------|------|------|
| 2005                                | 2007 | 2007 | 2021 | 2005                              | 2007 | 2007 | 2021 |
| 3,8                                 | 4,2  | 3,9  | 6,0  | 3,5                               | 3,8  | 3,5  | 5,5  |

### **Estratégias:**

9.1) Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local;

9.2) assegurar que:

a) No quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos (as) alunos (as) do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) No último ano de vigência deste PME, todos os (as) estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

9.3) Constituir um conjunto municipal de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

9.4) Induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões

a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

9.5) Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

9.6) Desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos;

9.7) Orientar a política da rede de ensino, de forma a buscar atingir as metas do Ideb, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PME, as diferenças entre as médias dos índices do município.

9.8) Garantir transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes da educação na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;

9.9) Apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;

9.10) Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao (à) aluno (a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

9.11) Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e artes, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;

9.12) Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias

para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;

9.13) Informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e da secretaria de educação do Município, bem como manter programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias de educação;

9.14) Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

9.15) Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nos 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

9.16) Consolidar a educação de populações tradicionais, em especial a de pescadores e marisqueiras, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial;

9.17) Adequar currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os (as) alunos (as) com deficiência;

9.18) Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

9.19) Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

9.20) Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos (às) estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

9.21) Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos (das) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

9.22) Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

9.23) Instituir políticas de formação de professores e professoras e de alunos e alunas para promover e consolidar política de preservação da memória municipal;

9.24) Promover a regulação da oferta da educação básica pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação;

9.25) Estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no Ideb, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.

**META 10:** Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

**META 11:** Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o Plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

### **Estratégias:**

11.1) Cumprir o estatuto do magistério dos professores da rede pública municipal de ensino, mediante a aprovação do PME;

11.2) Assegurar a existência de comissão permanente de profissionais da educação com vistas ao cumprimento e avaliação contínua do estatuto do magistério em parceria com sindicato da categoria;

11.3) Proporcionar condições para que todos os professores da rede pública municipal de educação possam adequar a sua formação inicial às áreas em que atuam;

11.4) Realizar concurso público para o ingresso de professores, coordenadores pedagógicos e demais profissionais da educação conforme o exposto no artigo 67, I, da Lei 9394/1996, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

11.5) Proporcionar aos profissionais do magistério da rede pública municipal de educação, com 20 anos de exercício da profissão, a redução de carga horária, como condição para a melhoria da saúde física e mental mediante avaliação médica;

11.6) Implementar ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde dos profissionais da educação, inclusive buscando parcerias com clínicas médicas conveniadas;

11.7) Investir na formação continuada dos professores da rede pública municipal, inclusive no domínio das novas tecnologias, relações interpessoais e psicopedagógicas;

11.8) Instrumentalizar os profissionais da educação da rede pública municipal da educação básica, através do acesso gratuito aos instrumentos tecnológicos com acesso à internet;

11.9) Garantir a formação continuada aos profissionais administrativos e operacionais (merendeira, secretários escolares, porteiros entre outros), da rede pública municipal de educação;

11.10) Incluir o pessoal de apoio escolar no plano de cargos e carreira, como forma de valorização dos mesmos;

11.11) Promover, anualmente, um fórum municipal de educação para o debate sobre questões relacionadas à educação;

11.12) Instituir critérios técnicos e legais para a lotação, transferência e permuta dos professores municipais observando a legislação vigente;

11.13) Incentivar a produção de materiais criativos pelos profissionais da educação, valorizando e divulgando essas produções;

11.14) Assegurar recursos didáticos como: mapas, globo, data show, pen drive, caixa de som, impressoras, microfone e note book, em cada escola;

**META 12:** Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União, Estado e do Município.

### **Estratégias:**

12.1) Apoiar a formação dos conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, do conselho de educação, do conselho de alimentação escolar e dos demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados meios necessários, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

12.2) Constituir o Fórum Permanente de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME;

12.3) Estimular a constituição de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

12.4) Constituir e fortalecer conselhos escolares, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

12.5) Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

12.6) Definir critérios objetivos para o provimento de cargos de gestão escolar por professores efetivos, utilizando programas de formação de gestores em regime de



colaboração, prova específica, eleição e outras ações que garantam escolhas democráticas e a qualidade da gestão.

## Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. Avaliação do Plano Nacional de Educação. Brasília: Inep, 2010.

\_\_\_\_\_, Constituição Federal. Editora da Câmara. Brasília: 1988.

\_\_\_\_\_, Congresso Nacional. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014: Aprova o Plano Nacional de Educação e, dá outras providências.

\_\_\_\_\_, MEC. Ideb, 2011. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br> >. Acesso em 14 de maio de 2015

\_\_\_\_\_, MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF, 2004.

\_\_\_\_\_, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Bicas - Aspectos Históricos, Geográficos e Econômicos. Disponível em < <http://pt.wikipedia.org/wiki/salinasdamargarida> >. Acesso em 10 de abril de 2015.

\_\_\_\_\_, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Bicas – Dados Populacionais e Aspectos Socioeconômicos. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em 10 de abril de 2015.

\_\_\_\_\_, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Bicas – Taxa de Analfabetismo e Escolaridade Média. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em 11 de abril de 2015.

\_\_\_\_\_, MEC/INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Matrícula inicial por dependência administrativa no Educação Básica no Município de Bicas - MG 2010. Disponível em > <http://portal.inep.gov.br/>. Acesso em 20 de maio de 2015.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação – PNE: Subsídios para a Elaboração dos Planos Estaduais e Municipais de Educação. Brasília: INEP, 2001.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares. Secretaria de Educação Fundamental/ Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEF/SEESP. 1999.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

\_\_\_\_\_, Lei Orgânica Municipal de Salinas da Margarida.

\_\_\_\_\_, Plano de Cargos Carreiras e Salários do Magistério Público Municipal de Salinas da Margarida. instituído pela Lei complementar 001/2012 e suas alterações posteriores.

\_\_\_\_\_, Lei Municipal nº 369/2008. Cria o Sistema Municipal de Educação do Município de Salinas da Margarida e dá outras providências

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília: 1990.

\_\_\_\_\_ Plano Nacional de Educação. Ministério da Educação. Brasília: 2014.

\_\_\_\_\_, Referenciais Curriculares Nacional para a Educação Infantil. Ministério da Educação. Brasília: 1998.

\_\_\_\_\_, Parâmetros Curriculares Nacionais. Ministério da Educação. Brasília, 2001.

COLL, Cesar. MARCHESI, Alvaro. PALÁCIOS, Jesus. Desenvolvimento Psicológico e Educação. Vol 2. Editora Artes Médicas. Porto Alegre, 2004.

OLIVEIRA, Almir de. Salinas da Margarida: notícias históricas. Araguari-MG: Minas Editora, 2000.